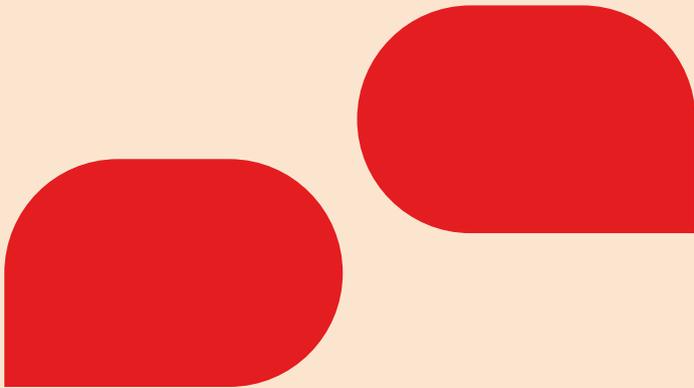


A

# sociolinguística em perspectiva:

pesquisa e ensino de línguas

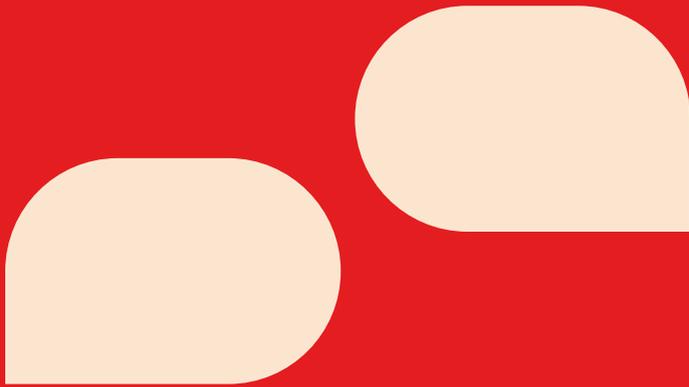


**Organizadores:**

Gilson Chicon Alves  
Cid Ivan da Costa Carvalho  
José Roberto Alves Barbosa



**A**  
**sociolinguística**  
**em perspectiva:**  
pesquisa e ensino de línguas



**Organizadores:**

Gilson Chicon Alves  
Cid Ivan da Costa Carvalho  
José Roberto Alves Barbosa



**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**

**Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

**Vice-Reitor**

Francisco Dantas de Medeiros Neto

**Diretor da Editora Universitária da Uern – Eduern**

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern**

Jacimária Fonseca de Medeiros



**Conselho Editorial das Edições UERN**

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

**Diagramação e capa:**

Alice Kelly Silva Oliveira

**Catálogo da Publicação na Fonte.**

**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

A Sociolinguística em Perspectiva: pesquisa e ensino de línguas [recurso eletrônico]. / Gilson Chicon Alves, Cid Ivan da Costa Carvalho, José Roberto Alves Barbosa (orgs.). – Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.

113 p.

ISBN: 978-85-7621-491-5 (E-book).

1. Sociolinguística. 2. Teoria e Análise Linguística. 3. Dialetoлогия. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 306.44

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>10</b>
<b>Os fundamentos da Sociolinguística para a pesquisa e o ensino de línguas</b>	<b>10</b>
<i>José Roberto Alves Barbosa, Cid Ivan da Costa Carvalho, Gilson Chicon Alves</i>	10
Introdução	10
A Sociolinguística	10
A relação entre língua e sociedade	10
A pesquisa em Sociolinguística: da sentença para o uso da língua	12
Direcionamentos para a pesquisa em sociolinguística quantitativa	13
As variações sociolinguísticas: dialetos, estilos, gênero e classes sociais	14
Bilinguismo e multilinguismo nos estudos da sociolinguística	15
A criticidade nos estudos sociolinguísticos: estilo, gênero e classe social	16
Sociolinguística, pesquisa e ensino	17
Considerações finais	18
Referências	18
<b>Capítulo 2</b>	<b>20</b>
<b>As estratégias de relativização no português falado sob a ótica variacionista</b>	<b>20</b>
<i>Francisco Rangel dos Santos Sá Lima, Cid Ivan da Costa Carvalho</i>	20
Introdução	20
Fenômeno da relativização	21
Metodologia	27
Tipo de pesquisa	27
Informantes e corpus	28
Análise e resultados	30
O traço semântico [±humano]	32
O traço semântico [±definido]	34
A função sintática do pronome relativo	36
Conclusão	37
Referências	39
<b>Capítulo 3</b>	<b>42</b>
<b>As percepções dos cegos e dos videntes sobre enunciados orais à luz da sociolinguística</b>	<b>42</b>
<i>Géssika Demétrio de Alcântara, José Roberto Alves Barbosa</i>	42
Introdução	42
A Sociolinguística	43
A prosódia na compreensão da língua	45
A percepção linguística das pessoas cegas	46
Metodologia	48
Analisando os Dados	50
Considerações Finais	55
Referências	56

<b>Capítulo 4</b>	<b>58</b>
<b>A variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural</b>	<b>58</b>
<i>Cleilson da Silva Costa, Cid Ivan da Costa Carvalho</i>	58
Introdução	58
A variação linguística	59
Metodologia	64
Análise e resultados	66
Conclusão	68
Referências	68
<b>Capítulo 5</b>	<b>70</b>
<b>“A rênti tem mar oportunidade”: a glotalização das fricativas anteriores</b>	<b>70</b>
<i>Aleide Josse Rodrigues Ataíde Costa, Cid Ivan da Costa Carvalho</i>	70
Introdução	70
Conceitos Fonológicos	72
O fenômeno da glotalização	72
Metodologia	74
Análise dos dados e resultados	76
Considerações finais	81
Referências	82
<b>Capítulo 6</b>	<b>84</b>
<b>Análise sociolinguística do comportamento do pronome-sujeito</b>	<b>84</b>
<i>Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro, Gilson Chicon Alves</i>	84
Introdução	84
Sociolinguística variacionista: um aparato metodológico necessário	85
O preenchimento do sujeito pronominal na perspectiva sociolinguística	87
Considerações finais	94
Referências	94
<b>Capítulo 7</b>	<b>96</b>
<b>A sociolinguística na prova de linguagens do Enem: uma análise da abordagem da variação linguística</b>	<b>96</b>
<i>Carlos Matheus da Silva Meneses, Gilson Chicon Alves</i>	96
Introdução	96
Sobre a Sociolinguística	97
Exame nacional do ensino médio – enem: compreendendo a prova do enem	98
Análise da abordagem da variação linguística na prova de linguagens do enem	99
Considerações finais	111
Referências	112

Os estudos linguísticos se desenvolveram, em seu delineamento histórico, por caminhos diversos, com enfoque nos aspectos formais da língua, também em sua dimensão social. E, a esse respeito, é preciso considerar que essas vertentes se cruzaram em vários momentos, ainda que, de acordo com o aporte epistemológico, as linhas seguiram por horizontes distintos. Na tradição acadêmica, em decorrência da influência do Estruturalismo, principalmente aquele influenciado por Ferdinand de Saussure, acatou-se que o objeto de estudo da língua deveria ser o sistema linguístico, e suas correlações valorativas, dentro da estrutura.

Mas, nesse mesmo período, alguns estudos linguísticos estavam sendo desenvolvidos, trilhando outras sendas, um dos teóricos que seguiu em outra direção foi Antoine Meillet, linguista francês que não obteve a mesma notoriedade de Saussure. A abordagem deste se pautou por um enfoque predominantemente social, em relação aos estudos linguísticos. Por esse motivo, alguns estudiosos defendem a linguística, enquanto ciência da linguagem, com enfoque na relação com a sociedade, deveria ter no francês sua paternidade, em virtude do desinteresse de Saussure por esse percurso.

A ênfase no estudo da relação entre língua e sociedade também foi ofuscada por um paradigma racionalista, que se instaurou no contexto dos estudos da língua. O Gerativismo de Noam Chomsky adquiriu proeminência acadêmica, ao centralizar seus esforços na busca por uma gramática universal, e na identificação de categorias gerais inatas dos seres humanos. Em decorrência dessa abordagem, o uso da língua - em alguns contextos - e suas dimensões comunicativas, tomou a rota de outras disciplinas, dentre elas, a sociologia da linguagem e a filosofia da linguagem.

Em outra direção, William Labov estabelecia os aportes teórico-metodológicos para os estudos da linguagem, atentando para os fatores sociais, mais propriamente a Sociolinguística. Para esse autor, os padrões sociolinguísticos não estão relacionados ao conceito de deficiência, antes depende da estratificação social. Sendo assim, o preconceito linguístico é uma demonstração da segregação social, ao negar a fala do outro, se interdita à sua própria identidade. As contribuições de Labov foram fundamentais, sobretudo para desmistificar as avaliações negativas em relação à fala dos grupos minoritários.

Em solo brasileiro, e no lastro dessas discussões, alguns trabalhos passaram a ser desenvolvidos, com destaque inicial para os estudos de Stella Maris Bortoni-Ricardo, discutindo a relação entre linguagem e sociedade, e suas aplicação ao ensino de línguas. Marcos Bagno, com

o mesmo prisma, se engajou na problematização dos preconceitos linguísticos, também resultando em propostas para a mudança no ensino de línguas, de modo a perceber as diferenças linguísticas, principalmente na sala de aula.

Nesses últimos anos, enquanto professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL/UERN), estamos envolvidos na pesquisa em Sociolinguísticas, em seus direcionamento quantitativo, qualitativo e crítico. E, ao mesmo tempo, interessados na pesquisa descritiva, identificando aspectos sociais da língua, bem como com enfoque aplicado, voltado para a prática da sala de aula. Neste livro, trazemos várias pesquisas, desenvolvidas ao longo desses três anos, dialogando com diferentes vertentes do discurso, e principalmente, situando-nos na proposta dos nossos projetos de pesquisa na academia, atreladas às suas linhas de pesquisa. Os capítulos que compõem este livro são resultantes dos trabalhos realizados por nossos orientandos nesse programa de pós-graduação.

No capítulo de abertura, os autores *José Roberto Alves Barbosa, Cid Ivan da Costa Carvalho e Gilson Chicon Alves* apresentam as informações necessárias para a compreensão dos princípios sobre os quais a sociolinguística se fundamenta. Eles mostram a relação da língua com sociedade, uma vez que não se pode separar o sistema linguístico dos seus respectivos falantes. Nesse sentido, eles direcionam o leitor para um olhar sobre a variação linguística de forma a perceber que esta é condicionada também por fatores extralinguísticos como gênero, classe social, estilo linguístico, etc. Eles destacam também que os estudos do bilinguismo e do multilinguismo costumam ser realizados no contexto da sociolinguística com o propósito de identificar a aquisição da competência linguística vinculada ao meio social. Como não poderiam deixar de lado, os estudos da sociolinguística contribuíram, e contribuem, para mudanças significativas no planejamento do ensino-aprendizagem de línguas, sobretudo da língua materna.

*Francisco Rangel dos Santos Sá Lima e Cid Ivan da Costa Carvalho* realizaram uma análise do fenômeno das orações relativas no português falado em Canindé (CE), para tanto, analisou os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o fenômeno variável da relativização em contexto de sintagma preposicionado no português falado. Ele partiu de várias entrevistas com informantes, catalogando ocorrências de orações relativas. Conforme destacado no seu texto, há um predomínio considerável das ocorrências de relativas cortadoras na fala dos jovens, e conclui que há na comunidade, uma possível mudança em curso da variante cortadora.

*Géssica Demétrio de Alcântara e José Roberto Alves Barbosa* partem da concepção de sistema sociolinguístico do português brasileiro

heterogêneo, a fim de identificar percepções sociolinguísticas de enunciados orais, fazendo um comparativo entre cegos e videntes da Paraíba. A pesquisadora se propôs a descrever fatores que motivam a identificação da variação linguística dos estudantes cegos, do estado da Paraíba, como também identificar percepções enunciativas dos cegos e dos videntes, comparando essas informações em relação aos videntes.

*Cleilson da Silva Costa e Cid Ivan da Costa Carvalho* analisaram a variação sociolinguística da concordância verbal com primeira pessoa do plural. Ele considerou que a escola é um dos principais lugares para desenvolver uma consciência sociolinguística diferenciada. O objetivo da sua pesquisa foi analisar as fontes sociolinguísticas que condicionam a variação da concordância verbal com primeira pessoa do plural na fala da região intermediária de Mossoró (RN). O pesquisador realizou várias entrevistas com informantes, a fim de demonstrar as ocorrências desse fenômeno.

*Aleide Josse Rodrigues Ataíde Costa e Cid Ivan da Costa Carvalho* realizaram uma pesquisa, a fim de analisar a glotalização das fricativas anteriores na fala dos ribeirinhos em Buriti (MA). Seu estudo se fundamenta no fenômeno da glotalização na fala, a partir dos pressupostos metodológicos da sociolinguística variacionista. A pesquisadora atentou para variáveis distintas, tais como escolaridade, sexo, localidade e faixa etária, e também posição da palavra, posição no segmento seguinte, e as consoantes. Sua pesquisa contribuiu significativamente, a fim de demonstrar que a realização da fricativa glotal na sílaba é influenciada por fatores sociolinguísticos.

*Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro e Gilson Chicon Alves* pesquisaram sobre o comportamento do sujeito pronominal, recorrendo à sociolinguística variacionista. O objetivo do seu trabalho, com base na pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, foi analisar o uso do pronome na posição de sujeito como um processo sociolinguístico. Ele avalia, conforme veremos em seu texto, a resistência da gramática normativa ainda é admitida, devido ao preenchimento predominante do sujeito, e que o sistema de flexão e o quadro atual de pronomes seguem simplificados no português brasileiro.

*Carlos Matheus da Silva Meneses e Gilson Chicon Alves* investigaram como os aspectos sociais, que estão intrinsecamente ligados à língua, influenciam nas relações de interação por meio da linguagem, tornando-se presente na sociedade contemporânea. Em relação aos seus resultados, adiantamos que revelam que as discussões da sociolinguística tem perdido espaço na prova de Linguagens do Enem. De modo que há uma predominância de questões puramente conteudistas, deixando de explicar uma perspectiva mais reflexiva sobre a linguagem, a partir das contribuições da sociolinguística.

Consoante ao exposto, ressaltamos que os capítulos que compõem este livro, recortam nossas propostas de trabalho ao longo desses anos recentes, no contexto de um programa de pós-graduação. Continuamos orientando outros trabalhos, alguns seguem em andamento, com a perspectiva contínua, de descrever e analisar a linguagem, para além das abordagens formalistas. E, principalmente, dialogando com outras disciplinas, que articulam a linguagem e sua relação com a sociedade, e no contexto da escolarização, contribuir para um ensino da língua materna cada vez mais comprometido com a diversidade social, e sem preconceito (sócio)linguístico.

Os fundamentos da Sociolinguística para a pesquisa e o ensino de línguas

José Roberto Alves Barbosa  
Cid Ivan da Costa Carvalho  
Gilson Chicon Alves

## **Introdução**

Os estudos sobre a linguagem podem ser comparados a mapas, que descrevem um fenômeno, ainda que não tenha a pretensão de ser a realidade desse. Sendo assim, ao nos depararmos com os fundamentos de qualquer ciência, precisamos considerar que estamos fazendo recortes. Mais especificamente, em relação à linguística, há quem considere que essa somente pode ser uma Sociolinguística. E que, por conseguinte, não é possível estudar esse fenômeno sem uma cartografia que atente para a relação entre língua e sociedade.

Neste capítulo, faremos um recorte epistemológico, que tente responder a esse desenho, que se inscreve em um modelo teórico, cujo fundamento seja língua e sociedade, em algumas das suas vertentes. Partiremos, inicialmente, do que significa propriamente o estudo social da língua, em seguida, trataremos sobre os estudos etnográficos. E, ao atentar para tais aspectos, consideramos também as variações linguísticas, e suas associações com estilos, gênero e classe social. E, nesse bojo, não podemos deixar de identificar aspectos críticos, que demonstram as estratificações sociais, alinhadas às práticas linguísticas.

E, ao final do capítulo, trataremos a respeito das possibilidades da pesquisa em Sociolinguística – abordando aspectos: qualitativos, quantitativos, interacionais e críticos. Posteriormente, com base nas contribuições da Linguística Aplicada, apontaremos algumas contribuições da Sociolinguística para o ensino-aprendizagem de línguas, tanto da língua materna quanto adicional. Nosso objetivo, ao longo desse trajeto – partindo desse mapa – será destacar – sobretudo para discentes que pretendem se iniciar nesses estudos – os rumos a serem considerados, para a pesquisa e ensino, com base na Sociolinguística.

## **A Sociolinguística**

### **A relação entre língua e sociedade**

A Sociolinguística abrange uma área ampla de estudos, cuja base é a relação entre língua e sociedade, em um diálogo no qual se identifica as estruturas sociais nas quais a língua se manifesta. Ao assumir o con-

ceito histórico de paradigma de Kuhn (2017), reconhecemos que essa é uma ruptura, em relação aos modelos formalistas nos estudos da línguas, principalmente àqueles difundidos pelo Estruturalismo e o Gerativismo. Enquanto esses enfatizam os aspectos sistemáticos da língua, a fim de descrever e explicar suas bases, a sociolinguística se volta para a língua em seus contextos.

A esse respeito, Wardhaugh (1992, p. 10) expôs as bases desse paradigma científico, ao ressaltar que “existem variedades possíveis entre a língua e a sociedade”. Uma dessas é a que a estrutura social pode ou influenciar ou determinar a estrutura linguística e/ou comportamento”. Entre os vários desafios do pesquisador – ou pesquisadora – está o de identificar até que ponto essa relação entre a estrutura linguística e a social acontece. Há os que preferem partir das estruturas linguísticas, enquanto outros optam pela ênfase na estrutura social.

Em todo caso, o objetivo principal dos estudos sociolinguísticos é mapear as variações linguísticas no contexto social, e assim, atentar para as variações em um determinado ponto do tempo – variação sincrônica; e as variações ao longo do tempo – variação diacrônica. Por esse motivo, é possível identificar estilos nas variações linguísticas, considerando que através dessas também os sujeitos são associados a determinados grupos. A língua é, portanto, no escopo da Sociolinguística, um recurso para avaliações sociais, na medida em que posiciona as pessoas, em seus (des)empoderamentos.

É preciso reconhecer que, ao considerar os pressupostos teóricos na análise linguística, o sociolinguista necessariamente não se opõe a linguista formalista. Enquanto esse último busca descrever a língua, ou mesmo identificar seus universais – a denominada faculdade da linguagem, os sociolinguistas estão prioritariamente interessados em como essas formas são negociadas na sociedade. E mais que isso, de que modo essas formas estão atreladas a aspectos religiosos, políticos e/ou econômicos, nas comunidades. Desde algum tempo, a sociolinguística tem se direcionado para um posicionamento crítico (Calvet, 2002).

Para tanto, tem havido uma preocupação em diferenciar a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem, ainda que na prática, essa distinção tem sido cada vez mais diluída, no contexto das pesquisas pós-modernas. Ainda assim, reconhecemos que os estudos de Bourdieu (2018), contribuíram significativamente, no âmbito da sociologia da linguagem, a fim de explicitar, como diz o título do seu livro em francês, “o que falar quer dizer”. E mais especificamente, de que modo as variações da língua funcionam como um capital social, a fim de prestigiar aqueles que detêm seus padrões mais valorizados.

Na tentativa de diferenciar a Sociolinguística e a Sociologia da linguagem, Spolsky (1998) defendia que essa era uma questão de ênfase.

Para esse autor, a sociolinguística prioriza os aspectos linguísticos, e sua relação com a sociedade. Enquanto a sociologia da linguagem privilegia o social, e como este influencia a língua. Contudo, conforme ressaltamos anteriormente, tal distinção não tem encontrado sustentação nas pesquisas realizadas recentemente. Na prática, a pesquisa acadêmica não tem atentado para essa distinção, por isso podemos encontrar sociolinguistas pesquisados com ênfase no social, e sociólogos da linguagem, com ênfase na língua.

## **A pesquisa em Sociolinguística: da sentença para o uso da língua**

A pesquisa em sociolinguística continua sendo desafiadora, desde seus primórdios, William Labov – um dos principais expoentes da área - discutia a respeito do “paradoxo do observador”. Um dos seus textos fundadores, Labov (1966) assumiu que para obter informações acuradas sobre o comportamento linguístico, fazia-se necessário comparar a performance do maior número de falantes. É nesse paradoxo que o pesquisador é desafiado a atentar para a fala casual, sendo capaz de identificar quando essa acontece de modo mais controlado pelo falante. Com essa sensibilidade para a pesquisa, será possível descrever e analisar variações socialmente relevantes, nas quais existem regularidades de uso da língua.

Para tanto, no processo de coleta de dados, algumas variáveis também precisam ser consideradas, as características do informante (idade, gênero, educação, lugar de nascimento e domicílio), a natureza do encontro da fala (localidade, topicalidade, relações sociais). De modo que o material disponível para a análise seja confiável, que representem significativamente os padrões sociolinguísticos, dentro da espontaneidade do informante, para que as amostragens sejam naturais, e de certo modo, menos controladas.

Em relação às gravações, essas são bastante comuns na pesquisa em sociolinguística, fazendo-se necessário atentar para os limites éticos dessa empreitada. É preciso que haja autorização dos informantes, tanto para a coleta de dados quanto para a utilização desses na socialização da pesquisa. A menos que seja material disponível em domínio público, a gravação clandestina, além de ter implicações éticas, pode acarretar juridicamente, sendo necessário, em alguns casos, submeter o estudo ao Comitê de Ética e Pesquisa.

Uma das vertentes para a pesquisa em Sociolinguística, bastante utilizada em seus primórdios, foi a etnografia da fala. Com base nas contribuições de Roman Jakobson, Dell Hymes desenvolveu um modelo com ênfase na competência comunicativa (HYMES, 1974). Ele defendeu que a língua, além de uma competência para gerar sentenças, tem a

ver com funções sociais, a partir das quais os usuários expressam significados contextualizados. A fim de estudar essa competência, Hymes (1974) propôs um modelo de etnografia da fala, com o objetivo analisar como acontecem os eventos comunicativos.

No bojo desse movimento comunicativista, outros paradigmas surgiram, no contexto dos estudos sociolinguísticos, dentre eles, a Análise da Conversação. Importante, nesse contexto, é o direcionamento para a oralidade, relegada a segundo plano, nos estudos estruturalistas. Fazia-se necessário, portanto, estruturar as conversas, compreender como as interações aconteciam, e mais precisamente, as negociações com os turnos da fala. Um dos estudos mais relevantes, no escopo da etnografia da fala e da análise da conversação, foi a investigação realizada por Goffman (1976), sobre as estruturas das conversas telefônicas.

A sociolinguística denominada interacional, em diálogo com a etnografia da fala e a filosofia da linguagem analítica, resultou em vários campos de estudos. A teoria dos atos de fala, com base em John Austin e John Searle, resultou em trabalhos sobre polidez, com destaque para as análises de Brown e Levinson (1987). Em linhas gerais, esses modelos sociolinguísticos, articulados com a Pragmática, são considerados uma ruptura de paradigma, na medida em que retira o foco da sentença, e coloca sobre a análise da língua contextualizada.

## **Direcionamentos para a pesquisa em sociolinguística quantitativa**

A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como a alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos. Antes do advento da metodologia da quantificação, a variação linguística era considerada secundária, aleatória ou mesmo impossível de ser cientificamente apreendida.

O uso de métodos estatísticos, contudo, tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio, estigma, entre tantas outras (Guy e Zilles, p. 72). Estudos utilizando tal modelo podem ser encontrados em Labov (2008). Esse modelo poderia ser utilizado caso a variável dependente fosse, por exemplo, a duração de uma vogal, no qual teríamos observações localizadas em uma faixa contínua.

Por outro lado, se a variável dependente for categórica (0 ou 1), poderíamos utilizar o modelo de regressão logística. Esse modelo poderia ser utilizado caso a variável dependente for composta de somente duas possibilidades, como a presença ou a ausência da concordância verbal. Se a variável dependente fosse categórica e apresentasse mais de duas possibilidades, poderíamos utilizar o modelo multinomial. Tal modelo poderia ser utilizado, por exemplo, no estudo do pronome você, caso fossem consideradas as realizações de mais de duas variantes, consideradas por hipótese como categóricas, como “você”, “ocê” e “cê”.

## **As variações sociolinguísticas: dialetos, estilos, gênero e classes sociais**

Os aspectos geográficos são fundamentais para explicar as variações linguísticas, para tanto, há um ramo denominado dialetologia, cujo propósito é o de identificar as diferenças, e essas são as que mais existem nas línguas. Uma dessas diferenças pode ser percebida nos estilos, nos quais são registrados as dimensões da formalidade, isso porque as línguas, dependendo dos contextos comunicativos, exigem níveis distintos de formalidade ou coloquialidade. Em situações educacionais, costuma-se requerer dos falantes ou escreventes um domínio maior dos gêneros textuais, principalmente, aqueles que circulam na academia (SWALES, 1990).

Ainda com base na dialetologia, é possível analisar as variações relacionadas a determinados vocabulários técnicos, considerando que existem alguns “jargões” que fazem parte de determinadas profissões ou grupos sociais. Há também as gírias, relacionadas às falas de alguns grupos, por meio dos quais demonstram identidade, pois aqueles que as dominam são identificados como membros do grupo que as partilha. Uma das características das gírias, conforme explica Spolsky (1998), é o de manter em segredo as interações pertencentes a um grupo social.

Desse modo, os grupos sociais e suas identidades são constitutivos das interações e variações linguísticas. Por esse motivo, faz-se necessário também considerar a relação entre língua e gênero social. A esse respeito, fazemos a distinção entre o gênero textual – às vezes, chamado de discursivo – e o gênero social, esse último tem a ver com as identidades dos sujeitos na sociedade. O primeiro, por sua vez, está relacionado aos padrões de textos, que circulam na sociedade, por meio do qual os sujeitos agem, para construir e negociar sentidos.

## **Bilinguismo e multilinguismo nos estudos da sociolinguística**

Os estudos do bilinguismo costumam ser realizados no contexto da sociolinguística a fim de identificar como crianças e adultos adquirem tanto a competência linguística quanto social. A esse respeito, é importante ressaltar que, para a uma investigação dessa natureza, não se deve considerar apenas a construção do domínio gramatical, nos termos pretendidos pela Gramática Gerativa, faz-se necessário abarcar como as sentenças são usadas pelos aprendizes das línguas, seja da língua materna ou adicional.

A noção de bilinguismo, nessa perspectiva, é concebida a competência que o sujeito desenvolve em duas línguas de maneira simultânea. E, em relação a esse domínio, faz-se necessário compreender e interpretar como a experiência se constrói, e sociolinguisticamente, de que maneira os usos da língua pelo falante bilíngue é avaliado pelos outros. Essa abordagem é necessária, sobretudo em relação à experiência de ensino-aprendizagem, porque há uma tendência de supervalorizar determinados padrões linguísticos, em detrimento de outros.

É paradoxal que falantes monolíngues sejam valorizados em detrimento daqueles que desenvolveram uma competência bilingue. Isso costuma acontecer em escolas de idiomas, nas quais um falante considerado nativo, tende a ser preferido, em preferência de um considerado não-nativo. Ademais, há quem exige de uma falante não-nativo, um domínio nos mesmos moldes de um falante considerado nativo. Nesses últimos tempos, conforme aponta Barbosa (2016), ao ponderar que o falante bilíngue tem vantagens, ainda que tenha uma língua “perfeita” – se é que essa existe – sobre os monolíngues.

Além desses aspectos atrelados às noções de valorização da língua do falante monolíngue e/ou bilingue, há outros que podem ser estudados, no escopo dos estudos sociolinguísticos. Dentre esses, demarcamos os contatos entre as línguas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, com destaque para o fenômeno da interlíngua e intralíngua, fenômenos que tem a ver com a experiência construída pelo aprendiz, e suas idealizações e projeções, sobre o que significa aprender uma língua adicional. E mais, quais implicações da (in)segurança linguística para o andamento dessa experiência.

Não apenas o bilinguismo, mas também o multilinguismo, é uma temática bastante produtiva, no campo dos estudos sociolinguísticos. Há várias pesquisas que abordam essa questão, a fim de explicitar como acontecem as políticas de planejamento linguístico. Tempos atrás, ocorreu no contexto político brasileiro uma acirrada discussão em relação ao uso de estrangeirismos, um projeto foi elaborado por partidos, a fim

de coibir a utilização de tais recursos linguísticos. Os pesquisadores da sociolinguística se posicionaram contra o tal projeto, que terminou por ser engavetado.

É compreensível a preocupação política com a identidade, e suas implicações também para o ensino, mas se faz necessário também perceber que a regulação linguística é um fenômeno complexo, e em se tratando de estrangeirismo, é parte do processo de construção da língua. Por esse motivo, as políticas linguísticas precisam ponderar a respeito da natureza da língua, das suas possibilidades de variações e mudanças, para evitar julgamentos precipitados, distanciados de estudos que descrevam e analisem como a língua se comporta, nos mais diferentes contextos sociais.

### **A criticidade nos estudos sociolinguísticos: estilo, gênero e classe social**

A sociolinguística, conforme temos destacado, é uma ciência com múltiplas possibilidades de estudo, e com vertentes que abordam a relação entre língua e sociedade de maneira distinta. Uma das suas propostas é a de considerar as relações de poder, no escopo das interações sociais, e como essas não (des)construídas por e através da língua. Um dos trabalhos iniciais nesse sentido, foi desenvolvido por Calvet (2002), dialogando com conceitos de padrão linguístico, de Labov (2003); e de mercado linguístico, de Bourdieu (2018).

A esse respeito, é importante destacar que os estereótipos linguísticos, conforme apontou Bagno (2015), expressam preconceito também social. Esse fenômeno acontece porque as avaliações não são apenas da língua, elas expressam uma rejeição do próprio sujeito, e da sua condição sócio-histórica. Os gêneros sociais são identificados e (des)posicionados na e através da língua: mulheres, gays, nordestinos, entre outros grupos sociais. As formas caricaturais de julgar o outro através da língua, explícita uma negação da sua condição de existência, um desprezo pela sua condição socioeconômica.

Por isso, um paradigma crítico no âmbito sociolinguístico pode dialogar com pressupostos marxistas, que considerem as classes sociais, e como essas são segregadas no discurso. As contribuições de Fairclough (2014) demarcam uma fronteira, e fazem um recorte epistemológico, com o objetivo de desconstruir como ideologias e hegemonias são naturalizadas nas relações sociais, fazendo-se necessária uma análise crítica das interações. E, nesse lastro, favorece uma retomada de conceitos fundamentais, para desvelar práticas sociais desempoderadoras.

No Brasil, além dos trabalhos de Bagno (2017), é importante res-

saltar os estudos de Rajagopalan (2003), que articulam aspectos críticos, que podem resultar em pesquisas promissoras, no campo da sociolinguística. Esse tipo de paradigma possibilita a integração da compreensão dos fenômenos linguísticos – suas variações fonéticas, morfológicas, lexicais e gramaticais – e a interpretação dos discursos, percebendo a estratificação social, como nordestinos são avaliados em suas falas em determinados contextos.

Esse é um trabalho que, de certo modo, retomo os primórdios das investigações de William Labov, em relação aos grupos minoritários nos Estados Unidos. Estudos sociolinguísticos críticos se tornam cada vez mais necessários, no contexto de uma sociedade pautada em discursos contrários às minorias, pautados por uma política de ultradireita e uma economia neoliberal. Faz-se necessário que pesquisas sejam realizadas, a fim de desvelar ideologias, identificando na e através das línguas, como preconceitos são mantidos e reproduzidos.

## **Sociolinguística, pesquisa e ensino**

Os estudos da sociolinguística contribuíram, nesses últimos anos, para mudanças significativas no planejamento do ensino-aprendizagem de línguas, sobretudo da língua materna. A esse respeito, é importante ressaltar as aplicações das pesquisas desenvolvidas por Bortoni-Ricardo (2004; 2005), com o intuito de valorizar os padrões sociolinguísticos dos aprendizes que chegam à escola, com suas variações linguísticas.

As pesquisas têm direcionado para um paradigma que proporcione o domínio dos padrões linguísticos assumidos como de prestígio na sociedade, mas sem desvalorizar os usos que os alunos fazem das suas manifestações linguísticas, resultantes da sua vivência social, sendo essas constitutivas da identidade. Assim, muitos mitos e lendas sobre as línguas, bem como do processo de ensino-aprendizagem, têm sido desconstruídas, mesmo que alguns puristas da língua, e defensores da gramática prescritiva, não apoiem tais procedimentos metodológicos.

Alunos e alunas da língua materna, sobretudo nos estágios iniciais, precisam saber que não é uma língua perfeita, nem mesmo quem tenha domínio total de qualquer idioma. Fenômenos como a hipercorreção, que resultam em insegurança linguística, devem ser repensados, o espaço escolar não pode ser um ambiente reprodutor de preconceitos linguísticos. A criatividade linguística, e o respeito à diversidade, contribuem para um aprendizado efetivo, no qual os erros fazem parte do processo de tentativa e acerto.

## Considerações finais

Consoante ao exposto, destacamos que a sociolinguística, enquanto ciência que articula língua e sociedade, se institui como paradigma científico, que visa desconstruir alguns modelos petrificados no imaginário institucional. E, por causa disso, recebeu algumas críticas em seus primórdios, por problematizar padrões linguísticos assumidos como superiores – como se fossem provenientes de uma língua dos anjos. Coube a sociolinguística mostrar que as línguas faladas pelos seres humanos são inerentemente heterogêneas, por conseguinte, passam por variação e mudança.

Nessas últimas décadas, os estudos sociolinguísticos têm tomado direções distintas, e uma das suas maiores riquezas repousa justamente nessa diversidade. Conforme apontamos, há uma tendência nos estudos quantitativos, sendo esses um dos primeiros modelos adotados por essa ciência, mas há também outros, tais como a pesquisa interacionista, discursivos, entre outros. O enfoque central sempre na relação entre linguagem e sociedade, em alguns momentos, com enfoque mais na sociedade, em outros na língua.

Há um longo trajeto a ser seguido, e múltiplas possibilidades a serem assumidas, dentre elas, o desafio maior da sociolinguística é o de se engajar nas relações de poder. A língua está em consonância com a sociedade, mas nem sempre essa relação acontece de maneira “amistosa”, sobretudo nesses tempos de polarização, essa precisa demarcar fronteiras, e assumir uma posição contra-discursiva. Há grupos minoritários, e discursos hegemônicos que se impõem, de maneira a cercear vozes – e falares – silenciados pelas ideologias.

## Referências

BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015.

BARBOSA, J. R. A. Nem britânico, nem americano: o ensino da pronúncia do inglês como língua internacional. **Revista de Letras**, [S. l.], v. 1, n. 30, 2016.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2018.

BROWN, P., e LEVINSON, S. C. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge University Press, 1987.

CALVET, J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Routledge, 2014.

GOFFMAN, E. **Gender Advertisements**. Washington: Society for the Anthropology of Visual Communication, 1976.

GUY, G. R.; ZILLES, A.. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics**: an ethnographic approach. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1974.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

SPOLSKY, B. **Sociolinguistics**. Oxford: OUP, 1998.

SWALES, J. **Genre Analysis**: English in Academic and Research Settings. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

WARDHAUGH, R. **An introduction to sociolinguistics**. London: Blackwell, 1992.

As estratégias de relativização no português falado sob  
a ótica variacionista

Francisco Rangel dos Santos Sá Lima  
Cid Ivan da Costa Carvalho

## Introdução

No livro *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, Wenreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), expoentes da Teoria da Variação e Mudança Linguística, postulam a necessidade de uma disciplina que dê conta dos fatos variáveis da língua, rompendo com a relação entre estrutura e homogeneidade. Afinal, a despeito das mudanças verificadas diacronicamente, as pessoas, no decorrer das gerações, continuam se valendo da língua nas mais diversas situações, entendendo umas às outras, adaptando-se aos novos contextos de uso linguísticos. Com a defesa do axioma da heterogeneidade ordenada, por parte desses pesquisadores, os fenômenos linguísticos variáveis passam a ser suscetíveis de análise em todos os níveis da língua (lexical, fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo).

No que tange à sintaxe, por exemplo, destacamos a variação presente nas estratégias de relativização no Português Brasileiro (doravante PB), nome dado às diferentes formas de realização das orações relativas pelos linguistas. Conhecidas tradicionalmente como “orações subordinadas adjetivas”, são tratadas, nas gramáticas normativas, com indiferença às possibilidades de uso realmente vivas no uso cotidiano da língua, seja na modalidade escrita ou na modalidade falada, por falantes cultos ou não, nos mais diversos graus de monitoramento. Os exemplos a seguir ilustram o fenômeno:

- a) Canindé é o município em que realizamos a pesquisa.
- b) Canindé é o município que realizamos pesquisa nele.
- c) Canindé é o município que realizamos a pesquisa.

Estudadas desde a década de 1970 no Brasil, inicialmente por Mollica (1977 apud VIEIRA, 2020), as estratégias de relativização, no PB, constituem uma variável ternária, dadas as variantes: relativa-padrão ou *piedpiping*, caracterizada por estar em consonância com a gramática normativa, com obediência à regência verbal e o emprego da preposição, conforme podemos ver em (I); relativa copiadora ou resumptiva, com a presença do chamado pronome lembrete, resumptivo ou cópia (nele), que retoma, redundantemente, o termo município, já relativizado pelo

pronome relativo que, como podemos ver em (II); e a relativa cortadora, amplamente utilizada no Brasil, na qual a preposição exigida pelo verbo é omitida, sem a presença de pronome lembrete, como em (III).

Apesar deste fenômeno ter sido evidenciado em diversas pesquisas, nacionalmente, poucas foram empreendidas no estado do Ceará em relação às estratégias de relativização. As poucas existentes restringem-se à capital cearense (PINHEIRO, 1998 apud PINHEIRO, 2007; VIEIRA, 2020; ARAÚJO; VIEIRA, 2021), de modo que não identificamos nenhuma pesquisa que se debruçou sobre o fenômeno em discussão no interior do estado. Com o intuito de amenizar uma lacuna nos estudos voltados para as estratégias de relativização no interior do Ceará, surge a questão: quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o fenômeno variável da relativização em contexto de sintagma preposicionado na comunidade de fala canindeense? Destarte, o presente recorte da pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, em 2023, apresenta uma análise fatores que condicionam o fenômeno variável da relativização em contexto de sintagma preposicionado no português falado em Canindé/CE, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (WENREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]).

Vale ressaltar que, diferentemente dos estudos anteriormente realizados no Ceará acerca do fenômeno da relativização, nossa pesquisa se deteve nas normas popular e culta, uma vez que estratifica os falantes em três níveis de escolaridade (Ensino fundamental, Ensino Médio e Ensino superior). Nas pesquisas precedentes, realizadas em Fortaleza, Pinheiro (1998 apud PINHEIRO, 2007), com base em dados do PORCUFORT-Português Oral Culto de Fortaleza (Fase 1), debruçou-se sobre o português culto, enquanto Vieira (2020) e Araújo e Vieira (2021) detiveram-se no português popular, com base em dados do NORPOFOR- Norma Oral do Português Popular Culto de Fortaleza. Assim, intentamos possibilitar uma visão mais abrangente da variedade linguística canindeense.

Dito isto, este capítulo está organizado da seguinte forma: em Conceitos, discorreremos sobre a abordagem das orações relativas tanto nas gramáticas normativas quanto nas descritivas; em Metodologia, delineamos os aspectos metodológicos envolvidos no estudo; em Análise e resultados, expomos e discutimos os resultados obtidos; e, por fim, em Conclusão, procedemos às considerações finais.

## **Fenômeno da relativização**

É comum, nas pesquisas acerca do fenômeno da relativização, a contemplação de seções específicas acerca da sua abordagem à luz dos gramáticos normativos e dos descritivos, a exemplo das pesquisas de

Silva (2007), Machado (2015) e Vieira (2020). Embora ainda tenham um tratamento limitado nas gramáticas normativas, as estratégias de relativização, conhecidas tradicionalmente como “orações subordinadas adjetivas”, também são representadas pela sua variante-padrão, demandando do pesquisador o seu conhecimento por meio dos compêndios gramaticais normativos.

Iniciemos, pois, a apresentar a perspectiva dos gramáticos normativos acerca do nosso objeto. Como sabemos, entendida como uma espécie de lei a regular o uso da língua em sociedade, a gramática normativa determina o que é correto ou incorreto, negligenciando os usos típicos da oralidade. Ou seja, prescreve o que se deve e “o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira” TRAVAGLIA, 2009, p. 31).

Atentemo-nos, então, ao que dizem os especialistas em norma-padrão acerca do nosso objeto. Segundo Nicola e Infante (1997), as orações subordinadas adjetivas exercem a função de adjuntos adnominais de termos presentes nas orações principais, interligando-se a elas, quando desenvolvidas, por meio de pronomes relativos (*que, quem, cujo(s), cuja(s), o(a) qual, os(as) quais, onde, como, quanto(os/as)*). Rocha Lima (2011) destaca que as orações adjetivas, por conta de funcionarem como adjuntos adnominais, assumem valor de adjetivos, subordinando-se, “portanto, a qualquer termo da oração anterior cujo núcleo seja substantivo, ou equivalente a substantivo” (ROCHA LIMA, 2011, p. 333). Bechara (2019, p. 489) ilustra o modo como um adjunto adnominal, em um período simples, pode converter-se em oração subordinada adjetiva, através de uma equivalência sintática e semântica. Vejamos os exemplos fornecidos:

- (1) a. O aluno **estudioso** vence na vida. (período simples)
- b. O aluno **que estuda** vence na vida. (período composto)

Assim como que, no período simples, o adjunto adnominal determina o sentido do substantivo *aluno*, núcleo do sujeito da oração, na transposição para o período composto, tornando-se em oração relativa, *que estuda*, por meio do pronome relativo, “reintroduz o antecedente a que se refere e acumula uma função de acordo com a estrutura da oração transposta” (BECHARA, 2019, p. 489), assumindo, então, a função de sujeito, no interior da oração relativa.

Os pronomes relativos não apenas são responsáveis por efetuar a interligação entre duas orações, mas substituem, no interior da oração subordinada adjetiva, os termos aos quais fazem referência, chamados de antecedentes (NICOLA; INFANTE, 1997). Vale ressaltar que, inevitavelmente, ao estudar as orações subordinadas adjetivas sob a perspectiva

das gramáticas normativas, o estudo dos pronomes relativos é revisitado, pois estes desempenham determinadas funções sintáticas dentro delas: “[...] assumem um duplo papel no período por representarem um determinado antecedente e servirem como elo subordinante da oração que iniciam” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 358).

Quanto à significação (NICOLA; INFANTE, 1997), ao valor (BECHARA, 2019) ou ao sentido (CUNHA; CINTRA 2017), as orações relativas podem ser restritivas ou explicativas. Os gramáticos normativos consultados são unânimes ao dizer que as primeiras restringem, limitam e particularizam o sentido do termo antecedente ao qual fazem referência, sendo imprescindíveis ao sentido da oração principal, não podendo ser suprimidas; enquanto as segundas, consideradas “meros apêndices” (BECHARA, 2019, p. 490), comportando-se “à maneira de aposto” (CEGALLA, 2008, p. 391), acrescentam uma informação adicional acerca do termo antecedente ao qual fazem referência, explicando-o ou realçando algum detalhe, podendo ser suprimidas sem implicar prejuízo ao sentido da frase. Na fala, há uma leve pausa ao serem pronunciadas as explicativas, as quais são, na escrita, demarcadas por vírgulas. Não há pausas nas restritivas nem requerem virgulação obrigatória na escrita.

Para entendermos a distinção entre as duas orações conforme sua significação, vejamos os exemplos abaixo, extraídos de Bechara (2019, p. 491):

- (2) a. O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja.
- b. O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja.

Em (2a), “repare-se em que a oração adjetiva *que vinha a cavalo* denuncia que, na narração, só havia um homem, de modo que a declaração que vinha a cavalo pode ser dispensada” (BECHARA, 2019, p. 491, grifos *nossos*). Dessa forma, a oração relativa, introduzida pelo pronome relativo *que*, apenas acrescenta uma informação adicional acerca do antecedente *homem*, realçando um detalhe, podendo ser eliminada do período sem comprometer seu sentido. É classificada, portanto, como explicativa. Subentende-se que a individualidade desse homem já é de nosso conhecimento e qualquer oração relativa referindo-se a ele seria apenas um apêndice. Observemos, também, que *o homem* é o sujeito da oração principal e que o pronome, na oração relativa, retomando-o, também assume a função de sujeito, o mesmo ocorrendo em (2b).

Em (2b), por seu turno, vemos que “na narração havia mais de um homem, mas só o ‘que vinha a cavalo’ *parou defronte da igreja*” (BECHARA, 2019, p. 491, grifo *do autor*). A oração relativa *que vinha a cavalo* atua restringindo e delimitando o antecedente *homem*, evitando ambiguidades, de modo que a sua subtração acarretaria prejuízo ao sentido da oração principal.

Vale ressaltar que tanto as orações relativas restritivas quanto as explicativas demandam a presença de antecedentes. No entanto, também temos orações relativas que se caracterizam pela ausência de antecedentes e pela sua independência em relação a outra oração. Essas orações são conhecidas como relativas livres. Das gramáticas consultadas, apenas a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2019), sinaliza a existência dessas orações, embora que de modo implícito e sem usar essa nomenclatura.

Para concluir esta breve discussão acerca da abordagem das estratégias de relativização sob o prisma das gramáticas normativas, devemos fazer algumas observações. Como era de se esperar, uma vez que, como vimos anteriormente, a função maior desse tipo de gramática é prescrever regras, ditando o que é certo e o que é errado, não há ao menos um único apontamento da existência das estratégias de relativização não-canônicas (cortadora e copiadora).

Do mesmo modo, os exemplos utilizados para ilustrar a aplicação das regras ou são criados pelos autores ou são extraídos de obras literárias de escritores renomados. Isso não nos causou estranhamento. Contudo, o que nos chamou a atenção foi a ausência de exemplos de orações relativas em contexto de sintagma preposicionado na explicação explícita sobre as orações subordinadas restritivas e explicativas, pois, como sabemos, sua aquisição restringe-se à educação formal, não fazendo parte da gramática natural dos brasileiros, conforme assevera Lucchesi (2015).

Deter-nos-emos, agora, brevemente, na abordagem das gramáticas descritivas a respeito das orações relativas. Ao contrário das gramáticas normativas, que prescrevem padrões que devem nortear o uso da língua em suas modalidades escrita e falada, as gramáticas descritivas se associam a um conjunto de regras que, de fato, são seguidas pelos falantes. Embasadas em pesquisas científicas, visam a tornar conhecidas, explicitamente, essas regras. Sua “preocupação é *descrever e/ou explicar* as línguas tais como elas são faladas” (POSSENTI, 1996, p. 65, *grifos do autor*).

Nessa perspectiva, usos que fogem ao padrão normativo não são descartados da língua; pelo contrário, representam padrões reais, de modo que os falantes não são julgados de acordo com os critérios de correção e “pureza” linguísticas. Somente é considerado “erro” (agramatical) uma ocorrência que não pertence, de forma sistemática, a nenhuma das variedades do idioma. Por outro lado, “*gramatical* será, então, tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística” (TRAVAGLIA, 2009, p. 27, *grifo do autor*).

Dessa maneira, conforme Perini (2007), ao tratar sobre orações relativas, explica, primeiramente, que, em uma oração subordinada,

também denominada complexa, é mister a existência de alguma marca com o fito de distingui-la da oração principal. Nas orações relativas, por exemplo, os pronomes relativos são elementos que caracterizam a subordinação, os quais exercem funções semânticas e são indispensáveis. Nessas orações, os pronomes relativos representam marcas sintáticas explícitas de subordinação, de modo que o relativo seguido de uma oração forma um sintagma nominal oracional que atua como argumento de uma oração principal (PERINI, 2007).

Não diferindo muito em relação à abordagem normativa, de acordo com Perini (2007), os relativos são entendidos como introdutores das construções relativas, que desempenham alguma função de nível oracional (sujeito, objeto direto, adjunto circunstancial, etc.). Ainda, assevera que as orações relativas têm a função de modificador externo, mas sem oferecer explicações a respeito dessa definição. Também classifica as orações relativas em explicativas e restritivas, não se desvencilhando da distinção traçada pela gramática normativa, mas inova ao nomear, plausivelmente, as primeiras como apositivas e as segundas como não-apositivas.

De outro modo, para Braga, Kato e Miotto (2009), as *sentenças relativas* fazem parte de um conjunto de estruturas conhecido como *construções-Q* (pergunta-Q matriz, pergunta-Q encaixada, relativa e relativa livre), as quais apresentam os chamados *pronomes-Q* (*que, quem, qual, o que, onde, quando, como, quanto, cujo*), classificando as relativas em relativas com núcleo nominal e relativas livres, com ênfase nas restritivas. Além disso, aborda a variação inerente às estratégias de relativização.

Uma oração relativa, dessa forma, “é uma sentença encaixada que se caracteriza por partilhar com a sentença matriz um constituinte, que é o constituinte relativizado” (BRAGA; KATO; MIOTO, p. 242), como no exemplo abaixo, extraído de Braga, Kato e Miotto (2009, p. 242, grifo dos autores):

- (3) *Então é muito mais fácil mandar [embora] esses professores que ganham... um salário aula tal.* [D2 RJ]

No exemplo acima, *esses professores* é o constituinte partilhado entre a sentença matriz, na qual desempenha a função de sujeito do verbo *mandar*, e a encaixada, na qual desempenha, anaforicamente, a função de sujeito do verbo *ganhar*, por meio do relativo. O exemplo trata-se, ainda, de uma relativa restritiva com núcleo, em relação ao qual atua como modificador, por conta da sua característica de adjunto adnominal (BRAGA; KATO, MIOTO, 2009, p. 242). Vemos que aqui, diferentemente de Perini (2007), é esclarecida a função de modificador.

Nas relativas com núcleo nominal, os pronomes-Q ou expressões-Q ocupam a periferia esquerda da sentença relativa. Em caso con-

trário, trata-se de uma sentença agramatical. Ao se posicionarem à esquerda, deixam uma categoria vazia na posição de onde são deslocados (BRAGA; KATO; MIOTO, 2009). Como podemos ver nos exemplos abaixo, por nós elaborados, em que o primeiro exemplo é gramatical (havendo o deslocamento da expressão-Q e a categoria vazia de onde é removido) e o segundo é agramatical, por não obedecer a essa regra:

- (4) a. Ela é professora da escola **na qual** trabalho [ \_ ].  
b. \*Ela é professora da escola trabalho **na qual**.

Este movimento da expressão-Q para a esquerda, responsável por introduzir a sentença relativa, arrastando consigo a preposição, forma o que conhecemos por relativa-padrão. No entanto, além da relativa-padrão, temos as relativas não-canônicas, que, segundo Braga, Kato e Mioto (2009), não envolvem um movimento do pronome ou da expressão-Q. Vejamos, abaixo, dois exemplos, extraídos de Braga, Kato e Mioto (2009, *grifos dos autores*):

- (5) a. *eu tenho um rapaz que trabalha conosco, me esqueci o nome dele é D... **que ele** é de lá de Ituaçu.* [D2 SSA]  
b. *Belo Horizonte... que é uma cidade **que** eu pelo menos não gosto.* (D2 SSA)

Em (5a), temos um exemplo de estratégia resumptiva ou copiadora, que, segundo Braga, Kato e Mioto (2009), não apresenta o movimento de um pronome ou expressão-Q, uma vez que o constituinte relativizado (*rapaz*) é retomado pelo pronome resumptivo *ele*: “a ocorrência do resumptivo indica que não houve movimento do pronome-Q, já que não há uma categoria vazia envolvida” (BRAGA; KATO; MIOTO, 2009, p. 245).

Em (5b), por seu turno, a estratégia em questão é uma cortadora, em relação à qual, segundo os pesquisadores, não se pode afirmar com certeza se envolve regra de movimento, “por não haver uma preposição seguida de um pronome-Q na periferia esquerda da sentença, como acontece nas relativas-padrão [...], não se pode deduzir simplesmente que a categoria vazia é formada por movimento [...]” (BRAGA; KATO; MIOTO, 2009, p. 245).

Conforme os estudiosos mencionados, então, as relativas, no PB, podem ser classificadas em padrão e não-padrão, de modo que as primeiras envolvem a regra de movimento e as segundas (copiadoras e cortadoras) não requerem, a rigor, o movimento da expressão-Q. Vale ressaltar que, de acordo com um estudo cujo *corpus* foi composto por dados do projeto NURC, Braga, Kato e Mioto observaram, em um total de 701 dados, apenas 10 ocorrências de relativas resumptivas, evidenciando que a alta escolarização interfere, sobremaneira, na não utilização dessa

estratégia, que é relacionada a falantes desprestigiados socialmente.

Nesta seção, pudemos apenas contemplar algumas das gramáticas normativas e descritivas mencionadas. Para a leitura mais aprofundada em relação às duas perspectivas, bem como para conhecer o estado da arte acerca dos estudos concernentes às estratégias de relativização no Brasil, é pertinente consultar Lima (2023). Na próxima seção, apresenta-se a metodologia à qual recorreremos no estudo.

## **Metodologia**

### **Tipo de pesquisa**

Para analisarmos o fenômeno variável das estratégias de relativização de contexto preposicionado na fala canindeense, estabelecendo a variável ternária constituída pelas variantes: padrão, cortadora e copiadora, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e da Mudança ou Sociolinguística Quantitativa, recorreremos a uma pesquisa de abordagem quantitativa. Pois esta teoria possui “um modelo matemático próprio para análise da variação, e que se constitui numa ferramenta explanatória para subsidiar análises dos fenômenos linguísticos em processo de variação e mudança” (FREITAG, 2017, p. 11) e é de caráter quantitativo desde os primeiros estudos realizados por Labov na década de 1960.

A propósito, a sistematicidade e o encaixamento da variação linguística podem ser melhor apreendidos com a análise quantitativa, sob pena da descrição de determinado fenômeno não ser totalmente adequada: “A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos” (GUY; ZILLES, 2007, p. 73).

Dessa forma, a Sociolinguística Quantitativa lança mão, na contemporaneidade, de programas computacionais, aos quais são submetidos dados coletados e codificados de um fenômeno variável a serem processados, mas cabe ao pesquisador a tarefa de interpretar os resultados numéricos obtidos (VIEIRA, 2020). Deste modo, com o objetivo de realizarmos inferências sobre o fenômeno variável da relativização, no português falado em Canindé - CE, utilizamos a estatística inferencial, que é, segundo Guy (2007), um dos métodos quantitativos utilizados em pesquisas dialetais, por meio da qual é possível “testar hipóteses, comparar análises alternativas e desenvolver modelos dos dados a partir dos quais possamos fazer prognósticos” (GUY, 2007, p. 31).

Através da estatística inferencial, são realizados testes de significância, por meios dos quais é possível verificar se determinado grupo de fatores é favorecedor ou não do fenômeno variável. Há, segundo Guy

(2007), vários testes de significância, mas o mais conhecido, convencionalmente, se limita a uma estatística chamada de “p”, que é, “a probabilidade de que a chamada ‘hipótese nula’ seja verdadeira”(GUY, 2007, p. 32).

É mister, assim, a definição de um valor de “p”, ou seja, de um nível de significância, para verificar se as hipóteses em relação às variáveis podem ser confirmadas ou rejeitadas. Somente com esta definição por parte do pesquisador, é realizado o chamado teste de qui-quadrado, que se trata de um dos testes estatísticos através dos quais são obtidos os valores de significância, de acordo com Guy (2007). De acordo com Scherre e Naro (2020, p. 168, grifo dos autores), “nas ciências humanas e sociais, é comum a adoção de um nível de significância de 0,05 ou de 0,01, embora outros níveis possam ser usados”. Em nossa análise, adotamos o nível de significância de 0,05.

No tópico a seguir, apresentamos os critérios para a seleção dos informantes voluntários na pesquisa e a forma como foi feita a constituição do corpus.

## **Informantes e corpus**

Considerando que o foco da pesquisa sociolinguística é a comunidade de fala (FREITAG, 2017), o nosso corpus é composto pelas transcrições das entrevistas sociolinguísticas realizadas com 36 informantes de Canindé - CE, estratificados de acordo com o sexo (M- masculino e F- feminino), com a faixa etária (1- 18 a 29 anos, 2- 30 a 49 anos e 3- 50 anos em diante) e com a escolaridade (A- Ensino Fundamental, B- Ensino Médio, C- Ensino Superior). Sendo assim, nossa amostra contém 18 células sociais ( $2 \times 3 \times 3 = 18$ ) e cada célula contém, por seu turno, 2 informantes.

Salientamos que trabalhamos com o número mínimo de informantes por célula social, adotado por bancos de dados sociolinguísticos, tais como o PEUL, VALPB, embora o ideal correspondesse a 5 informantes por célula, conforme atestam Freitag e Lima (2010). As autoras esclarecem que esse ideal nem sempre é viável, “por indisponibilidade ou por escassez de tempo e recursos” (FREITAG; LIMA, 2010, p. 86).

A seguir, o Quadro 1 ilustra a estratificação dos informantes:

**Quadro 1:** Estratificação dos informantes.

Escolaridade	SEXO					
	MASCULINO			FEMININO		
	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Sup.	Ens. Fund.	Ens. Médio	Ens. Sup.
Faixa etária						
18 - 29 anos	2	2	2	2	2	2
29 - 49 anos	2	2	2	2	2	2
+50 anos	2	2	2	2	2	2
TOTAL	36 INFORMANTES					

**Fonte:** Elaboração própria.

Por meio da amostra de fala de 36 informantes, constituímos um corpus de 36 transcrições de entrevistas sociolinguísticas do tipo DID - Diálogo entre Informante e Documentador, as quais, após tabuladas, por meio de codificação, foram submetidas ao processamento estatístico do programa Jamovi (versão 2.3).

Destacamos que, para trabalhar com dados linguísticos, o lócus de nossa coleta de dados foi a comunidade de fala, obviamente. No caso de Canindé/CE, um município com 74. 174 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2022, seria inviável coletar amostras de fala de todos. No entanto, conforme Coelho et al (2021), os informantes selecionados são representativos da mencionada comunidade de fala, uma vez que foram, como citado anteriormente, devidamente estratificados.

Para analisar o comportamento das estratégias de relativização em contexto de sintagma preposicionado na fala canindeense, estabelecemos como variantes de nossa variável dependente as relativas: padrão, cortadora e copiadora. Considerando que a variável dependente “é tomada como referência para se testar a atuação de diferentes variáveis independentes, ou grupos de fatores, que possam influenciar a escolha entre as formas alternantes, ou a aplicação da regra variável” (COELHO et al, 2021, p. 121), controlamos 6 variáveis linguísticas e 3 variáveis extralinguísticas. Outrossim, ressalte-se que a definição das variáveis inde-

pendentes é fundamental para a própria definição do objeto de pesquisa e elas constituem o chamado envelope de variação, que se refere à “descrição detalhada de uma variável, de suas variantes e dos contextos em que elas podem ou não ocorrer, ou seja, de como exatamente um fenômeno variável está se manifestando na língua” (COELHO et al, 2021, p. 119).

Deste modo, em nosso estudo, controlamos as seguintes variáveis linguísticas: traço semântico do antecedente [ $\pm$ humano]; traço semântico do antecedente [ $\pm$ definido]; função sintática do pronome relativo (objeto indireto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, agente da passiva); estado de ativação do antecedente (dado, novo); posição da relativa em relação à principal (à direita, encaixada); tipo de oração relativa (restritiva, explicativa). Por sua vez, as variáveis extralinguísticas testadas foram: sexo (feminino, masculino); faixa etária (1- 18 a 29 anos, 2- 30 a 49 anos, 3- 50 anos em diante); escolaridade (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior).

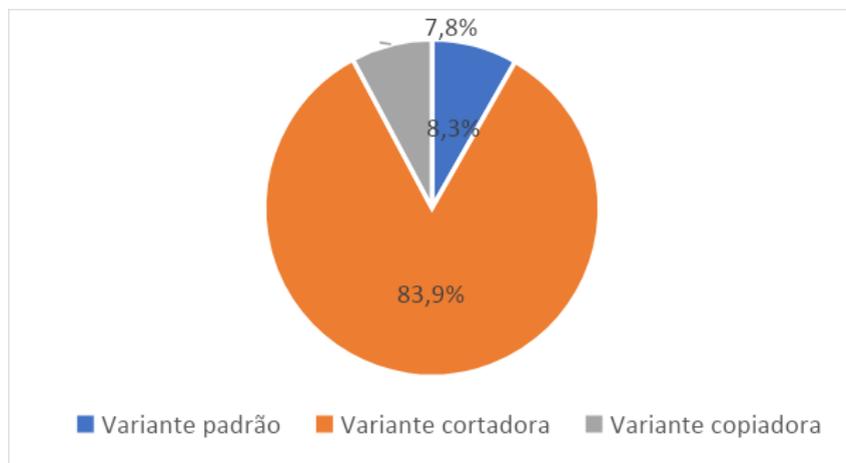
Segundo Freitag e Lima (2010), no que concerne à definição do envelope de variação, “a partir da observação intuitiva ou da revisão da literatura, podemos propor hipóteses sobre potenciais fatores que motivam a ocorrência de uma forma ou de outra” (FREITAG, 2010, p, 78). Destarte, as variáveis controladas, nesta pesquisa, foram escolhidas tendo como base o nosso estado da arte, com ênfase, principalmente, nas pesquisas realizadas no nordeste brasileiro.

## **Análise e resultados**

Nesta seção, procedemos à apresentação dos resultados encontrados na investigação sociolinguística à qual nos propusemos, com o auxílio do programa computacional Jamovi, analisando os fatores selecionados como significativos. Para tal empreitada, conforme já elucidado, recorremos aos pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança.

Foram catalogadas 230 ocorrências de estratégias de relativização, distribuídas da seguinte forma: 18 relativas copiadoras (7,8%), 19 relativas-padrão (8,3%) e 193 relativas cortadoras (83,9%). O Gráfico 1 ilustra nossas frequências gerais.

**Gráfico 1-** Frequências das variantes padrão, copiadora e cortadora em nossa amostra



Fonte: Elaboração própria.

Como podemos ver, as frequências gerais apresentadas no Gráfico 1 nos fazem perceber o grande predomínio da estratégia de relativização cortadora no falar canindeense. Deste modo, a frequência majoritária dessa estratégia em nossa amostra está em consonância com diversos outros estudos que evidenciam que a relativa cortadora é, de fato, a preferida pelos brasileiros (MOLLICA, 1977 apud VIEIRA, 2020; TARALLO, 1983 apud TARALLO, 1997 [1986]; CORRÊA, 1998; PINHEIRO, 1998 apud PINHEIRO, 2007; MACHADO, 2015; SILVA, 2018; SILVA, 2020; VIEIRA, 2020; ARAÚJO; VIEIRA, 2021). Esse fato não deveria passar despercebido no ensino-aprendizagem da língua portuguesa, pois isso pode ser uma marca de mudança na língua portuguesa.

Em outras palavras, o predomínio das relativas cortadoras indica que elas fazem parte da gramática natural do PB, tal como destaca Bagno (2012), não sendo alvo de correção na fala. Pelo contrário, são naturalmente realizadas, em uma conversação espontânea, sem que os falantes percebam que estão produzindo dados linguísticos opostos ao padrão normativo. De modo mais específico, a sobressaliência da estratégia cortadora no falar canindeense, em nosso corpus, revela, no que diz respeito ao fenômeno variável da relativização, semelhanças com o comportamento linguístico dos falantes de Fortaleza, cultos ou não, uma vez que as três pesquisas já realizadas também atestaram a liderança das relativas cortadoras (PINHEIRO, 1998 apud PINHEIRO, 2007; VIEIRA, 2020; ARAÚJO; VIEIRA, 2021).

Além disso, as frequências gerais nos levam a concordar com a explicação de que a estratégia copiadora é evitada pelos falantes, por conta de ser alvo de um maior estigma social (TARALLO, 1983, 1986 [1997]; SILVA; ARAÚJO; FIGUEIREDO, 2019). Do mesmo modo, a inexpressiva presença das relativas-padrão evidencia que esta estratégia é pouco utilizada na fala, não fazendo mais parte do vernáculo brasileiro, sendo, assim, restrita à fala e, principalmente, à escrita monitorada. Como podemos ver nos estudos de Tarallo (1983, 1986 [1997], 2018 [1993]), à medida que cresce a frequência da estratégia cortadora no PB, decresce a estratégia piedpiping, a qual está em “fase terminal”. Ou, conforme Bagno (2012, p. 911), ao se referir aos pronomes relativos preposicionados, está em “acelerado processo de extinção”.

O programa computacional descartou as variáveis sociais como significativas, mostrando que o sexo, a faixa etária e o nível de escolaridade não influenciam o fenômeno variável da relativização no português falado em Canindé. No entanto, apontou que apenas os fatores linguísticos condicionam, majoritariamente, a variação, assim como ocorreu nos estudos de Pinheiro (1998 apud PINHEIRO, 2007), Vieira (2020) e de Araújo e Vieira (2021), realizados no Ceará.

Em nosso estudo, em consonância com a última pesquisa realizada no referido estado, apenas fatores linguísticos foram selecionados como condicionantes da variação, a saber: traço [-humano] do antecedente; traço [-definido] do antecedente; e função sintática do pronome relativo (adjunto adverbial e objeto indireto). Assim, estes grupos de fatores constituem o encaixamento do nosso fenômeno variável no sistema linguístico, demonstrando que “a língua é um objeto dotado de heterogeneidade ordenada, o que faz cair por terra a visão da fala como caótica e impossível se ser sistematizada” (COELHO et al, 2021, p. 80), como discutido em nossas considerações iniciais.

As três subseções a seguir apresentam os resultados das três variáveis linguísticas independentes selecionadas: o traço semântico [ $\pm$ humano], o traço semântico [ $\pm$ definido] e a função sintática do pronome relativo.

### **O traço semântico [ $\pm$ humano]**

Em seu estudo pioneiro, Mollica (1977 apud VIEIRA, 2020) identificou que o traço [-humano] do antecedente favorece a relativa cortadora em detrimento da relativa copiadora. Esta constatação foi corroborada por Tarallo (1983), ao comprovar que o traço [+humano], em contrapartida, favorece a estratégia copiadora. Estes resultados, encontrados nas duas clássicas pesquisas mencionadas, também foram reforçados por Silva (2020) e por Vieira (2020). Em seu estudo acerca das estratégias de relativização no português afro-brasileiro, Silva (2020, p.

107) verificou que a frequência geral das relativas resumptivas dobra quando o antecedente tem o traço semântico [+humano], passando de 0,9% para 1,8%, e se reduz a 1/3, passando de 0,9% para 0,3% quando o antecedente não se refere a seres humanos.

No mesmo ano, mas na capital cearense, em relação às estratégias de relativização no português popular fortalezense, Vieira (2020), por seu lado, também observou que o traço [+humano] condiciona a variação nas relativas, com o favorecimento da estratégia copiadora, observando que o traço [-humano] inibe sua produção.

Considerando estas duas recentes pesquisas empreendidas no nordeste brasileiro, bem como os dois estudos clássicos citados, supusemos, inicialmente, que o traço [+humano] do antecedente favoreceria a realização das relativas copiadoras no falar canindeense. Por meio do tratamento estatístico efetuado, desse modo, a variável traço semântico do antecedente [ $\pm$ humano] representou o primeiro grupo de fatores selecionado como significativo pelo programa computacional, em virtude de o valor de “p” calculado pelo teste do qui-quadrado ter sido muito inferior ao nível de significância estabelecido, resultando em 0,011. Vejamos, pois, se nossa hipótese se confirmou ou não por meio da apreciação da Tabela 1.

**Tabela 1-** Frequências da relativização de acordo com o traço semântico do antecedente [ $\pm$ humano]

Relativização		Traço		Total
		[+humano]	[-humano]	
Padrão	Observado	1	18	19
	% do total	0.4%	7.8%	8.3%
Copiadora	Observado	7	11	18
	% do total	3.0%	4.8%	7.8%
Cortadora	Observado	28	165	193
	% do total	12.2%	71.7%	83.9%
Total	Observado	36	194	230
	% do total	15.7%	84.3%	100.0%

**Fonte:** elaboração própria.

Por meio da observação da Tabela 1, de modo diverso do que ocorreu nos estudos supracitados, vemos que o traço [-humano] do antecedente é o fator que condiciona a variação nas estratégias de relativização no falar canindeense, favorecendo, principalmente, a realização da variante cortadora, com 165 ocorrências (71,7%). Note-se, ainda, que, das 19 ocorrências de relativas-padrão catalogadas em nosso corpus, 18 (7,8%) foram favorecidas pelo traço [-humano]. Além disso, das 18 ora-

ções relativas catalogadas, 11 (4,8%) também apresentam antecedentes cujos traços semânticos são [-humanos]. Com isso, podemos subentender que, ao produzir orações relativas, o falante canindeense tem grandes chances de se referir a antecedentes não humanos, principalmente em se tratando de relativas cortadoras.

Nossa hipótese de que o traço [+humano] do antecedente favoreceria a realização da relativa copiadora não foi confirmada, uma vez que as frequências gerais apontaram apenas 7 relativas copiadoras (3%) nas quais os antecedentes correspondiam ao traço semântico [+humano], perdendo apenas para a relativa-padrão, que contou somente com uma única relativa cujo antecedente era humano (0,4%).

Podemos afirmar, com base nestes resultados, que, diversamente do que constataram Mollica (1977 apud VIEIRA, 2020), Tarallo (1983), Vieira (2020) e Silva (2020), no português falado em Canindé, o traço [+humano] não favorece as relativas copiadoras, evidenciando que, de fato, cada comunidade linguística tem suas especificidades, no que tange ao encaixamento de uma variável, e o que pode condicionar a variação em uma não necessariamente se aplica a outra, dadas as suas próprias características.

### **O traço semântico [+definido]**

O traço semântico [±definido] do antecedente, segunda variável que se revelou significativa em nosso tratamento estatístico, constitui um grupo de fatores controlado desde os estudos pioneiros acerca das estratégias de relativização. Mollica (1997 apud VIEIRA, 2020), por exemplo, observou que o traço [-definido] favorece a produção de pronomes resumptivos.

Em virtude da indeterminação e da baixa especificidade manifestas em antecedentes que representam sintagmas nominais [-definidos], há, segundo a pesquisadora, a necessidade da produção de pronomes-cópia, com o fito de precisar antecedentes com baixa referencialidade. Quanto à estratégia cortadora, Mollica verificou que o traço [+definido], por outro lado, beneficia a estratégia cortadora, dada a maior precisão conferida ao antecedente, não demandando, por parte do falante, o emprego de pronomes-lembrete.

Vieira (2020) chegou a resultados um pouco diferentes da pesquisadora mencionada, considerando que o traço [-definido], no falar fortalezense, também privilegia ambas as estratégias inovadoras. Araújo e Vieira (2021), que deram continuidade à análise das estratégias de relativização no falar popular fortalezense, também verificaram que o traço [-definido] do antecedente, em inquiridos do tipo DID, também beneficiam uma variante inovadora, a relativa cortadora, haja vista terem desconsiderado as relativas copiadoras da amostra, assim como Pinhei-

ro (1998 apud PINHEIRO, 2007). Com base nisso, supusemos, inicialmente, que o traço [-definido] do antecedente favoreceria a produção de relativas inovadoras também no português canindeense. A Tabela 2 apresenta as frequências gerais da variável linguística traço semântico do antecedente [ $\pm$ definido] em nosso corpus.

**Tabela 2-** Frequências da relativização de acordo com o traço semântico do antecedente [ $\pm$ humano]

Relativização		Traço semântico		Total
		[+definido]	[-definido]	
Padrão	Observado	0	19	19
	% do total	0.0%	8.3%	8.3%
Copiadora	Observado	3	15	18
	% do total	1.3%	6.5%	7.8%
Cortadora	Observado	4	189	193
	% do total	1.7%	82.2%	83.9%
Total	Observado	7	223	230
	% do total	3.0%	97.0%	100.0%

**Fonte:** elaboração própria.

Registrando um valor de significância de 0,002, baixíssimo por sinal, o controle desta variável se revelou demasiadamente significativo em nossa amostra, mostrando-nos que, no português falado em Canindé, o traço [-definido] beneficia ambas as estratégias inovadoras, principalmente a estratégia cortadora, com 189 ocorrências (82,2%), enquanto o traço [+definido] desfavorece-as. Apesar do pequeno número de relativas copiadoras em nosso corpus, das 18 ocorrências catalogadas, apenas 3 (1,3%) tiveram antecedentes com traço semântico [+definido]. No entanto, o traço [-definido] também beneficia a estratégia padrão: nenhuma relativa-padrão contou com traço [+definido]. Ou seja, há baixa possibilidade de o falante empregar uma relativa-padrão cujo antecedente seja específico e determinado.

Assim, nossa hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que o traço [-definido] favorece as três variantes que compõem a variável dependente, apesar de, em maior medida, beneficiar a variante cortadora. Notamos, destaque-se, que ao utilizar orações relativas, além da grande possibilidade de empregar a estratégia cortadora, o falante canindeense se refere, majoritariamente, a antecedentes cujos traços são [-definidos]. Nossos resultados, corroboram, parcialmente, os de Vieira (2020), uma vez que, no português falado em Canindé, o traço [-definido], além de beneficiar ambas as variantes inovadoras, também favorece a realização de relativas-padrão. Podemos dizer, ainda, que os dados apresentados

contrariam a pesquisa de Silva (2020), realizada na Bahia, a qual verificou que o traço [+definido] favorece as relativas morfológicamente mais marcadas (copiadora e padrão).

## **A função sintática do pronome relativo**

Como vimos na seção sobre o fenômeno da relativização, ao falarmos em orações relativas, automaticamente há uma associação com os pronomes relativos, de modo que é impossível discutir sobre as estratégias de relativização sem mencioná-los. Assim, não por acaso, os estudos realizados no Ceará controlaram a variável função sintática do pronome relativo a fim de verificarem quais funções sintáticas corroboram para a variação, chegando a resultados opostos.

Enquanto que, no português culto, Pinheiro (1998 apud PINHEIRO, 2007) constatou que a função de adjunto adverbial favorece a produção da relativa-padrão, no português popular, Vieira (2020) e Araújo e Vieira (2021) observaram que essa função beneficia as relativas inovadoras (vale relembrar que a terceira pesquisa mencionada desconsiderou as relativas copiadoras). Havendo divergências nesses resultados, optamos por concordar com as pesquisas mais recentes, principalmente com a de Vieira (2020), e supusemos que a função de adjunto adverbial favorece, sobretudo, a produção de relativas inovadoras. As referidas pesquisas também constataram a função de complemento relativo como beneficiadora das estratégias inovadoras, mas tal função não foi controlada em nosso estudo. A Tabela 3 apresenta as frequências da variável linguística função sintática do pronome relativo em nosso corpus.

**Tabela 3-** Frequências da relativização de acordo com a função sintática do pronome relativo.

		Função sintática do pronome relativo					Total
		Objeto indireto	Complemento nominal	Agente da passiva	Adjunto adnominal	Adjunto adverbial	
Padrão	Observado	3	0	0	0	16	19
	% do total	1.3%	0.0%	0.0%	0.0%	7.0%	8.3%
Copiadora	Observado	8	5	0	1	4	18
	% do total	3.5%	2.2%	0.0%	0.4%	1.7%	7.8%
Cortadora	Observado	65	20	2	5	101	193
	% do total	28.3%	8.7%	0.9%	2.2%	43.9%	83.9%
Total	Observado	76	25	2	6	121	230
	% do total	33.0%	10.9%	0.9%	2.6%	52.6%	100.0%

**Fonte:** elaboração própria.

Apresentando um valor de significância de 0,025, de acordo com a análise estatística do programa computacional, a variável função sintática do pronome relativo foi selecionada como a terceira e última tida como significativa no encaixamento linguístico do fenômeno da relativização no português falado em Canindé. Os números revelam que as funções de adjunto adverbial, contabilizando 101 ocorrências (43,9%), de objeto indireto, registrando 65 ocorrências (28,3%), e de complemento nominal, com 20 ocorrências (8,7%), esta última mais discretamente, favorecem a estratégia cortadora e desfavorecem, em contrapartida, a relativa copiadora e a relativa-padrão.

Considerando que, majoritariamente, as relativas cortadoras foram favorecidas pela função de adjunto adverbial do pronome relativo, a qual esteve presente em 43,9% das relativas catalogadas, podemos dizer que a nossa hipótese de que a função mencionada favoreceria as estratégias inovadoras, foi parcialmente confirmada. Afinal, enquanto beneficia a estratégia cortadora, a função de adjunto adverbial desfavorece a relativa copiadora. Destarte, podemos afirmar que nossos resultados para essa variável também contrariam os de Pinheiro (1998 apud PINHEIRO, 2007), revelando-nos que, no português falado em Canindé/CE, não é perceptível um maior estreitamento sintático entre o pronome relativo e seu antecedente, culminando na produção de relativas-padrão. Pelo contrário, há uma grande possibilidade de ser empregada uma relativa cortadora quando o falante se vale de pronomes relativos desempenhando a função de adjunto adverbial.

Encerrada esta apresentação dos resultados obtidos, procedemos, a seguir, às considerações finais.

## **Conclusão**

Esta capítulo, que se trata de um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao PPCL/UERN, teve o objetivo de analisar, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, os fatores que condicionam o fenômeno variável da relativização em contexto de sintagma preposicionado, no português falado em Canindé/CE. Deste modo, amparando-nos no estado da arte consultado (o qual pode ser melhor averiguado em Lima (2023)), constituímos o nosso envelope de variação (a definição dos grupos de fatores que possivelmente podem influenciar no fenômeno), que foi composto pelas variáveis independentes mencionadas na seção Metodologia.

Por meio das entrevistas sociolinguísticas realizadas (do tipo DID), catalogamos 230 ocorrências de relativas em contexto de sintagma preposicionado, as quais foram submetidas ao tratamento estatístico do programa Jamovi (versão 2.3), que selecionou como significativos apenas grupos fatores linguísticos, a saber: traço semântico do antece-

dente [ $\pm$ humano]; traço semântico do antecedente [ $\pm$ definido]; e função sintática do pronome relativo.

Este estudo, embora não seja inédito, representa a primeira pesquisa sobre a variação presente nas estratégias de relativização realizada no interior do estado do Ceará. Desta maneira, esperamos que esta pesquisa, favorecida pelo PPCL- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UERN, na linha Estrutura e Funcionamento da Linguagem, possa se somar, significativamente, às outras já existentes, no intuito de fornecer um maior entendimento acerca da variação nas orações relativas nas distintas variedades linguísticas do PB.

Como vimos, o primeiro estudo sobre as estratégias de relativização, no Ceará, ocorreu em 1998, com a pesquisa pioneira de Pinheiro, na capital cearense, contemplando o português culto, com base nos dados do PORCUFORT (Fase 1). O segundo estudo ocorreu após mais de 20 anos, em 2020, com Vieira, com base nos dados do NORPOFOR. O terceiro, por sua vez, ocorreu em 2021, com Araújo e Vieira, os quais também se valeram de uma amostra do NORPOFOR.

As três pesquisas verificaram a sobressaliência da estratégia cortadora, a qual é favorecida, sobretudo, por fatores linguísticos, apresentando, de certa forma, similaridades com o presente estudo. De modo explícito, apenas Pinheiro (1998) e Vieira (2020) afirmam a detecção de processos de variação estável. No entanto, diferentemente da capital cearense, em Canindé, há indícios de uma possível mudança em progresso.

Neste sentido, ensejamos inspirar a realização de pesquisas sobre o mesmo objeto no interior do Brasil, para que melhor possamos compreender, de modo mais abrangente, a nossa diversidade linguística: sempre é possível constatar algo novo, único em cada comunidade linguística, que merece receber o devido tratamento. Uma vez que, majoritariamente, os importantes estudos sociolinguísticos se concentram nas grandes capitais, conforme pontuam Freitag e Oushiro (2019), ignorando, muitas vezes, as regiões afastadas dos grandes centros urbanos, a mencionada linha de pesquisa, por contemplar estudos sociolinguísticos como este, considera, também, que, a língua, em sua estrutura e funcionamento, é eminentemente heterogênea, variável, um produto social, e deve ser compreendida em suas mais distintas variedades linguísticas.

Na variedade linguística canindeense, por exemplo, apesar de não ter sido selecionada pelo programa, a variável faixa etária nos autoriza a supor, como mencionado, que há um possível processo de mudança em curso em favor da variante cortadora, considerando que os jovens lideram a utilização dessa estratégia, a qual é empregada com menor frequência, à medida que avançamos as faixas etárias (cf. LIMA, 2023). No português falado na comunidade de fala analisada, como vimos, a possível mudança é condicionada apenas por fatores linguísticos, apre-

sentando-nos um encaixamento fortemente sistêmico.

Podemos, então, afirmar que a relativa cortadora é uma estratégia cada vez mais incorporada, conforme vimos em nossa discussão teórica e nos nossos resultados, ao vernáculo brasileiro, representando a variante tida como mais natural e intuitiva por parte do falante. A variante-padrão, em virtude da sua pouca significativa frequência, por outro lado, de fato, está em processo de decadência, o que nos leva a entender que somente a atuação coercitiva da escola pode proporcionar o seu domínio, cujo uso é restrito, principalmente, a situações de elevado monitoramento linguístico.

Por outro lado, constatada a predominância da relativa cortadora, na fala de informantes de todas as escolaridades, principalmente no vernáculo dos jovens canindeenses, em consonância com a tendência verificada no PB, cremos que nosso estudo pode, também, oportunizar a admissão da relativa cortadora, à medida do possível, nos textos escritos produzidos pelos estudantes canindeenses, dada a sua presença, como discutido, até mesmo em textos que, em tese, exigem elevado monitoramento estilístico. Não há sentido em punir um uso que já foi aderido pela própria norma dita culta, ou seja, a norma da qual se utilizam os falantes tidos historicamente como cultos pela sociedade, em seus textos formais. Porém, admitir a variante cortadora como pertencente à norma considerada culta não se trata de negligenciar o acesso, oportunizado pelo estudo normativo da escola, à variante-padrão.

## Referências

ARAÚJO, A. A. de; VIEIRA, V. da S. Não sei onde está a preposição (de) que a oração relativa precisa: as estratégias de relativização no português popular de Fortaleza sob a ótica variacionista. **Confluência**, [S.l.], p. 185-225, sep. 2021. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/484>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. As construções-Q no Português Brasileiro falado. In: Mary A. Kato; Milton do Nascimento (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil – A construção da sentença**. Vol. 3. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p. 241-280.

COELHO, I. L. et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2021.

CORR ÊA, V. R. **Oração relativa**: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil. 1998. 174f. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FREITAG, R. M. K. **Documentação sociolinguística**: coleta de dados e ética em pesquisa. São Paulo: Editora UFS, 2017.

FREITAG, R. M. K.; LIMA, G. de O. S. **Sociolinguística**. São Cristóvão: CESAD, 2010.

GUY, G. R.; ZILES, A. **Sociolinguística quantitativa**: Instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

LIMA, F. R. dos S. S. **A variação nas orações relativas no português falado em Canindé – CE**. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2023.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, V. B. **As orações relativas nas atas de audiência pública da Câmara Municipal de Ouro Preto (MG)**: uma abordagem sociolinguística. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

NICOLA, J. de.; INFANTE, U. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

OUSHIRO, L. Tratamento de dados com o R para análises sociolinguísticas. In: FREITAG, R. M. K. (Org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. p. 134-177.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PINHEIRO, C. L. A relativização no português oral culto de Fortaleza. In: PINHEIRO, C. L.; CAMPELO, K. M. B. (orgs.). **Português oral culto de Fortaleza**: estudos descritivos. Fortaleza: EdUECE. 2007, p. 189-218.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa.**

49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SILVA, J. C. da; ARAÚJO, S. S. de F.; FIGUEIREDO, C. As relativas não preposicionadas no português falado em Feira de Santana - BA. **Tabuleiro de Letras**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 222–240, 2019. DOI: 10.35499/tl.v13i3.7736. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/7736>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, E. B. da. **A variação nas orações relativas no português popular do interior do estado da Bahia.** 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, J. C. **As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA.** 2018. 219f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SILVA, R. M. G. **A gramática invisível: o caso das orações relativas.** 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1997 [1986].

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TARALLO, F.. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian. KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora Unicamp, 2018 [1993]. p. 55-82

WEINREICH, U.I; LABOV, W.; HERZOG, M.. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola, 2006.

As percepções dos cegos e dos videntes sobre enunciados orais à luz da sociolinguística

Géssika Demétrio de Alcântara  
José Roberto Alves Barbosa

## **Introdução**

Tendo conhecimento que as discussões envoltas sobre a inclusão estão em atual expansão a fim de conscientizar e alegar o direito, bem-estar, convivência e atuação em sociedade das pessoas com algum tipo de deficiência, reconhecemos também que, se tratando especificamente das pessoas cegas, há entraves sobretudo na área educacional. A inclusão efetiva desse público tem residido sobretudo no campo das teorias, pois embora o último censo de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tenha demonstrado que, no estado da Paraíba a porcentagem de alunos incluídos na classe comum na educação infantil seja de 99,9%, no ensino fundamental 98,9% e no ensino médio consta com 99,4%, a quantidade de indivíduos, especialmente cegos matriculados é de apenas 7.308.

Pensando nas questões que envolvem a baixa quantidade de pessoas cegas (doravante PC), como, por exemplo, falta de rede de apoio, orientação familiar para lidar com essas pessoas, materiais adaptados, etc, a presença desse sujeito não só no espaço escolar, como também na sociedade não deveria significar grandes impasses, pois assim como os demais eles devem ser incluídos e atuantes nos diversos espaços sociais independentes de sua particularidade.

Nesse sentido, seria necessário a ampliação de diferentes estratégias de ensino e recursos tecnológicos que favorecem a sua aprendizagem, como o sistema braile de escrita, audiodescrição e as tecnologias assistivas, pois, ainda conforme as considerações de Sampaio e Batista (2020, p.2). “No caso da deficiência visual é importante conhecer suas particularidades e formas de aprendizado, tipos de tecnologias e recursos que contribuam para o seu aprendizado e vivência no ambiente escolar.” (SAMPAIO E BATISTA, 2020, p.2).

Visando esse ponto de vista, nos suscita algumas indagações, as PC que ingressam no universo escolar tem a mesma percepção linguística que as videntes? Como se dá o processo de compreensão das variações linguísticas desses estudantes? Levando em consideração as questões como essas, pretendemos observar a percepção que os estudantes cegos de Campina Grande, de João Pessoa e Lagoa seca, todas essas

idades do estado da Paraíba têm da língua e de suas respectivas variações enunciativas, em relação aos videntes, das mesmas cidades.

A partir desses questionamentos, a presente pesquisa busca traçar reflexões a respeito dos processos de compreensão de estudantes cegos das variantes presentes na linguagem, uma vez que se percebe escassez de pesquisas voltadas sobre a consciência e apreensão a respeito da língua referente às PC.

Logo, para discutir a respeito da temática iniciamos discutindo sobre os conceitos sociolinguísticos, em seguida sobre a prosódia e sua influência na percepção da língua e depois sobre a percepção linguística sob o ponto de vista das pessoas cegas. A partir dessas leituras e discussões teóricas expomos a metodologia utilizada para a análise categórica do comparativo entre as percepções de cegos e videntes de algumas cidades da Paraíba. Para finalizar, apresentamos as considerações finais e disponibilizamos as referências usadas para embasar nossas discussões apresentadas.

## **A Sociolinguística**

A partir do entendimento que a construção da identidade humana se dá por intermédio da língua proporcionando o processo de comunicação e socialização dos indivíduos, Labov (2008) busca observar a estruturação e evolução linguística junto aos parâmetros sociais, de modo a observar que eles se relacionam, pois é perceptível uma mudança na linguagem dos falantes de acordo com o contexto em que estão inseridos.

No que se refere a Sociolinguística, de base variacionista, nos últimos anos em nosso país, vemos a crescente contribuição para o entendimento acerca do funcionamento da língua, em situações reais de uso. Nesse sentido, a sociolinguística tem contribuído sobremaneira para a configuração do português brasileiro (doravante PB), através de descrições de fenômenos variáveis em nível linguístico e em diferentes estratos socioeconômicos e regiões sociais. Pesquisas elaboradas sob esse prisma teórico possibilitam a identificação dos contextos de surgimento das novas formas linguísticas, dos fatores estruturantes condicionadores de mudança, além de promoverem direcionamentos acerca da conscientização social desses fenômenos (FREITAG et al., 2016).

Todavia, o dinamismo da variação linguística reflete tanto as diferenças sociais como também as condições e posições dos falantes inseridos na sociedade, o que possibilita a construção e reconstrução do mundo ao seu redor. Dessa forma, percebemos que nem sempre os significados sociais das variantes coincidem com aqueles estabelecidos pelo senso comum, o que incorre na estigmatização de uma ou outra variante, sendo alguns usos considerados “corretos” ou “mais prestigiados” frente à sociedade.

Logo, tendo consciência dessa variação que está presente em nosso cotidiano e levando em consideração que ela ocorre tanto no meio oral como no escrito, já que segundo Marcuschi (2010, p. 21) a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem. De maneira que, na língua oral encontramos elementos que auxiliam na comunicação como pausas, suspiros, mudanças na tonalidade da voz entre outros elementos que só serão aparentes na escrita por meio da pontuação e do contexto textual.

Considerando esses aspectos, é válido salientar que eles acabam ocorrendo em fatores linguísticos tanto internos como externos. Conforme aponta Bagno (2007, p. 39)

No que se refere ao nível fonético fonológico o autor cita as possíveis pronúncias para o R da palavra porta no português brasileiro; no nível morfológico apresenta a alternância entre os sufixos das formas pegajoso e peguento para expressar o mesmo conceito; no nível sintático traz as diversas possibilidades das construções relativas como em “uma história que ninguém prevê o final/ uma história que ninguém prevê o final dela/ uma história cujo final ninguém prevê; (BAGNO, 2007, p. 39).

Assim, reforçando a concepção da língua como um objeto social não homogêneo, pois ela se apresenta em diversidade no seu sistema segundo o tempo, local e falantes.

Ainda no âmbito dos estudos sociolinguísticos, convém destacarmos outra distinção conceitual, a saber: a diferença entre avaliação, percepção e produção. A avaliação linguística é utilizada para referenciar o discurso metalinguístico dos falantes sobre as variantes, o que configura um objeto de estudo em si. Já a recepção linguística relaciona-se com as inferências feitas pelos usuários de uma dada língua quando ouve outro usuário falando. Estas deduções podem ou não ser conscientes e, por isso, podem não se estabelecerem como um objeto de comentário metalinguístico. Por fim, a produção linguística distingue-se das anteriores, já que o que é dito ou as reações a certas variações podem não ser condizentes com os usos habituais (OUSHIRO, 2015).

Isto posto, observamos que a recepção linguística se encontra mais voltada para os fatores sociais e as inferências realizadas pelos falantes numa dada situação de fala/escuta. Dessa maneira, o julgamento do ouvinte, no momento mesmo em que relaciona os aspectos sociais com os traços linguísticos, gera um padrão de consciência social na comunidade.

Desse modo, para uma melhor compreensão sobre tais fenômenos, é preciso descrever como essas variantes manifestadas na língua estão sendo usadas conforme a comunidade investigada, Labov (2008),

pois embora elas exponham um referencial semelhante, podem apresentar significados sociais divergentes. Sob esse viés, é válido observar como os elementos prosódicos se fazem presentes e contribuem para a percepção das variantes apresentadas na língua dos falantes.

## **A prosódia na compreensão da língua**

Quando se fala em prosódia, deve estar claro que se fala das características relativas à emissão dos sons da fala, levando em conta, de acordo com Barbosa (2010), além da acentuação e a entoação utilizadas pelo agente falante, os fatores linguísticos, como o ritmo de fala, os fatores paralinguísticos, como os marcadores discursivos (“né?”, “uhum”), as atitudes proposicionais e sociais, e os fatores extralinguísticos, a qual são as emoções. Sabe-se, portanto, que a prosódia está diretamente relacionada à oralidade e todos os fatores acima citados devem ser analisados a partir de extratos de falas feitas de forma espontânea ou não.

É preciso lembrar que a prosódia, na linguística, tem por objetivo investigar os elementos da fala que permitem que sejam compreendidas e interpretadas as mensagens recebidas, além de determinar o ritmo usado pelo seu emissor. Para tanto, essa análise desses elementos vai além das palavras ou frases, mas também do tom, da duração e da intensidade colocados na mensagem.

Outro ponto importante é em relação à diferença existente entre a fala espontânea e a fala “de laboratório”. A primeira ocorre quando há comunicação natural entre os agentes. Já a segunda ocorre quando há, por exemplo, a realização de uma entrevista, de forma que as falas são pré-elaboradas em um roteiro. Sendo assim, quanto maior a interferência durante o processo de fala, menor a espontaneidade do ato. Com isso, podemos notar que a prosódia é uma forma de diferenciar a forma que uma pessoa fala quando comparada a outra. A entoação na fala, por exemplo, dá o tom da mensagem que o ser pretende passar ao interlocutor. Essa diferença pode ser percebida quando uma mesma mensagem escrita é enunciada oralmente, por exemplo. Nesse caso, pode haver uma interpretação diferente da mensagem recebida.

Partindo desse ponto, devemos levar em conta que alguns aspectos, como já dito, que contribuem para a caracterização da fala. Segundo Cagliari (1992), existem elementos supra-segmentais que marcam e determinam os itens lexicais e os padrões entoacionais. O autor diz que

[...] podemos agrupar esses elementos supra-segmentais prosódicos em grupos.

- a) - Elementos da melodia da fala: tom, entoação, tessitura.
- b) - Elementos da dinâmica da fala: duração, mora, pausa, tempo, acento, ritmo, acento.
- c) - Elementos da qualidade da voz: volume, registro, qualidade da voz. (CAGLIARI, 1992, p.137).

Sendo assim, deve-se pensar a entoação para além do campo lexical, já que, quando voltada para a capacidade da fala, a prosódia se trata justamente da capacidade de comunicar com uma entonação e um ritmo que tragam algum significado para a mensagem que se pretende passar. Sobre esse assunto, Lopes e Lima (2014) dizem que

Por meio da interação, o ser humano tem a possibilidade de modificar a sua voz conforme o contexto, com o interlocutor, com as intenções que quer atingir, em um processo dinâmico e quase que inerente à sua capacidade comunicativa. A expressividade da fala acontece justamente a partir das diversas variações prosódicas dos parâmetros de loudness, pitch e duração durante uma conversação, que vão conferindo sentido à palavra falada (LOPES e LIMA, 2014, p. 651).

Com isso, pode-se inferir que os elementos presentes no processo da fala, como o tom de voz e, até mesmo, a personalidade do falante, dão forma às informações trocadas entre as personagens da conversa. Tais elementos são tidos como parâmetros prosódicos de comunicação, desenvolvidos ao longo da vida de uma pessoa.

## **A percepção linguística das pessoas cegas**

Após as observações da relação da prosódia em nossas percepções da língua expostas anteriormente, estamos cientes das dos elementos que interferem/ contribuem para nossa compreensão do que está sendo escutado. Desse modo, associando esses elementos às variantes linguísticas e focando na apreensão da língua dos sujeitos cegos, estes percebem não só a língua como o mundo ao seu redor por intermédio dos demais sentidos (tato, audição e olfato), no entanto a forma com que a língua lhe é transmitida, tende a ser diferente, por não explorar os sentidos, conforme sua condição, por exemplo:

A experiência que uma criança cega tem de um grande edifício, por exemplo, é basicamente uma experiência de textura (áspera, estriada), de maleabilidade (dura), de som (tráfego, pessoas caminhando e conversando) e de olfato (argamassa, madeira). Para um vidente, a experiência do mesmo edifício é basicamente visual, focalizada simultaneamente no tamanho, no formato e na cor. (FERREIRA, 2003, p. 43).

Desse modo, as informações recebidas de pessoas cegas tornam-se complexas por confrontar as percepções visuais feitas por videntes com as informações sensoriais, que seriam as adequadas às percepções dos materiais/objetos pelos cegos. Embora haja essas divergências de adaptação no movimento linguístico, se consideramos a percepção dos videntes sobre os objetos/materiais/ espaços, etc. para a melhor compreensão dos cegos, podemos levar em conta as considerações de Vygotsky(1997), no qual menciona que a superação dos impasses advindos da ausência da visão está na compensação sócio-psicológica, que

não ocorre automaticamente, mas sim na dependência das experiências propiciadas pelo grupo social. A “supercompensação” é apenas o ponto extremo de um dos possíveis desenlaces desse processo, um dos pólos desse desenvolvimento complicado pelo defeito. (VIGOTSKI, 1997, p. 48-49). Destacando assim, a relevância da aquisição de conhecimentos e da linguagem através aspecto social, indo conforme Rabello e Passos (2009), no qual, também, menciona que “o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação.” (RABELLO e PASSOS, 2009, p. 3).

Se tratando da apreensão e percepção da língua, dos cegos, podemos dizer ocorrerão através da interação de um indivíduo com os outros em conjunto ou em pares em constante negociação e mediação para que a comunicação seja realizada, levando em conta que “A comunicação é uma espécie de função básica porque permite a interação social e, ao mesmo tempo, organiza o pensamento.” (RABELLO e PASSOS, 2009, p. 8). Tendo em vista que mesmo na ausência da visão, ainda é possível através da oralidade comunicar-se como os videntes, como também com eles e os não videntes. Na escrita, os signos linguísticos do alfabeto serão transcritos através do Braille que é o sistema de escrita tátil para que os cegos escrevam utilizando pontos em relevo.

No entanto, conforme as considerações de Perrenoud (2000) o sujeito cego não é dependente do vidente. Ele ainda precisa do auxílio linguístico desse mediador, porém ele possui sua própria concepção do mundo.

Por exemplo, quando uma criança cega, de 2 anos, identifica uma cadeira na qual um gato estiver deitado como sendo próprio gato, o mediador talvez não entenda o erro e responda com uma explicação que não leva em consideração a importância da informação fornecida pelo cheiro. Em vez de facilitar a elaboração, o mediador, sem querer, desvalorizou a experiência particular da criança e impôs uma regressão no nível da informação sensorial. ( FERREIRA, 2003, p. 44).

Mesmo que o vidente tenha feito parte do processo intermediando a situação exposta e a audição, da criança cega, tenha sido utilizada na compreensão do que falado, sua experiência sensorial a fez compreender o contexto ao qual foi inserida, mesmo sem o sujeito vidente ter detalhado.

Sendo assim, é válido questionar se essas considerações se fazem presentes ao longo da vida tanto em sujeitos cegos de nascença ou nos que ficaram cegos ao longo da vida, porém, não há estudos ou pesquisas relacionadas à essa perspectiva, em específico. Logo, vamos nos embasar apenas na teoria sociolinguística, que inclui todos os falantes da língua independente de sua particularidade, pois é através dela que ob-

servamos a relação entre a língua em uso pelos falantes, da comunidade no qual estão inseridos e seus efeitos na sociedade, sejam eles semelhantes ou divergentes.

## **Metodologia**

No que se refere à natureza da pesquisa, mesmo se tratando da área de humanas, ela se enquadra no paradigma quali quantitativo, mesclando elementos/ métodos da tanto da pesquisa qualitativa, como da quantitativa, de modo que “Os cálculos estatísticos (inclusive cálculos simples, como de frequência) constituem suporte para as interpretações, análises e discussão dos dados, servindo de apoio à argumentação construída a partir dessas análises e do seu referencial teórico.” (RANGEL, 2018, p.10).

A utilização do software de planilha estatística *Jamovi* e o questionário sociolinguístico nos dará com precisão a interpretação dos dados linguísticos coletados e também a análise acerca dos argumentos/ questões expostas no questionário. Sendo assim, indo em conformidade, ainda com os apontamentos de (RANGEL, 2018, p.10) na qual, as quantidades, e as frequências, ou correlações de causa-efeito, ou resultados de experimentos podem dar suporte às análises interpretativas e à construção de argumentos.

Ainda pensando na abordagem metodológica, a pesquisa se enquadra também na linha bibliográfica, pois grande parte dos estudos inseridos foram feitos a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, etc. (FONSECA, 2002, p. 32). Ela se caracteriza ainda como descritiva que exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar e que pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987), por pretender analisar a percepção linguística dos cegos acerca de enunciados quanto as variações linguísticas e as questões fonológicas.

Frisamos ainda que devido a forma de alcançar o objetivo proposto, ela enquadra-se no método indutivo, pois conforme aponta Brauner e Cigales (2014, p.40)

O método indutivo é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares constatadas, podemos chegar a proposições gerais. Por exemplo, o estudante “A” tem computador, o estudante “B” tem computador, todos os estudantes que tenho visto tem computador. Desta forma posso afirmar pelo raciocínio indutivo que todos os estudantes possuem computador. (BRAUNER E CIGALES, 2014, p.40).

Dessa forma, considerando o exemplo apresentado podemos relacioná-lo com a nossa pesquisa, já que ela busca identificar as percepções que os cegos têm da língua e de suas variantes.

Quanto aos dados da pesquisa no que se refere à percepção linguística das PC, eles foram coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas com estudantes cegos do Instituto da Paraíba, em João Pessoa, e do Instituto dos Cegos, em Campina Grande. Os videntes são estudantes do colégio Irmão Damião Clemente e Frei Manfredo, localizados em Lagoa Seca, também no estado da Paraíba.

Vejam algumas informações dos entrevistados no quadro 1, abaixo:

**Quadro 1:** Dados dos entrevistados

INSTITUIÇÃO	VIDENTES	CEGOS	IDADE
ICEPAC		2 homens, 10 mulheres	10 a 30 anos
IEACN		7 homens, 4 mulheres	10 a 30 anos
FREI MANFREDO	7 homens, 8 mulheres		20 a 30 anos
IRMÃO DAMIÃO	3 homens, 6 mulheres		10 a 20 anos

**Fonte:** Informações da pesquisa.

Nesse questionário sociolinguístico estavam presentes falas de interpretações de imagens de homens e mulheres nativos de diversas regiões do país respondendo à seguinte pergunta: *O que vê nessa imagem e o que ela te lembra?*. Um ponto importante a ser lembrado é que, embora, tenhamos selecionado apenas nativos para a explicação das imagens que os cegos e videntes escutaram, temos a consciência que essa fala remete a proximidade da regionalidade de cada cidade/estado de cada um dos falantes, porém, não expressa a totalidade e veracidade desses locais, justamente, por existir a variação linguística que irá diferir a fala, por exemplo de um sujeito da capital para o interior entre outros aspectos que são determinantes na variação de sons, palavras, expressões dentro do mesmo estado.

Vejam agora alguns exemplos das imagens que foram apresentadas aos colaboradores que as interpretaram, como também a informação do estado selecionado de cada uma delas.

## **Quadro 2-** Imagens utilizadas para coleta da variação lexical.

Apontador = Recife

Sandália= Brasília

Biscoito = Maranhão



**Fonte:** imagens Google, 2023.

Destacamos que a etapa de coleta dos áudios das imagens apresentadas acima foi feita ainda no primeiro semestre de 2022 através do whatsapp. A pesquisadora solicitou a alguns conhecidos de outras regiões do país que enviassem as imagens para alguma pessoa que fosse nativa daquele local e que estas respondessem: *O que vê nessa imagem e o que ela te lembra?* A escolha de pessoas de diferentes regiões do país e de imagens diversas se deu, justamente, para que pudéssemos obter sotaques, tonalidades e possíveis detalhes linguísticos para que se possa observar como se dá a percepção das pessoas cegas sobre tais fatores e fazer a relação desse público com os videntes.

Ressaltamos que o presente texto se trata de um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “ Percepções Sociolinguísticas de Enunciados Oraís: Um Comparativo Entre Cegos e Videntes da Paraíba” do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem, iniciada no ano de 2022. Sendo assim, na análise contém apenas trechos da análise categórica dos dados coletados.

### **Analizando os Dados**

No presente tópico da análise são apresentados os dados qualitativos acerca das percepções linguísticas coletadas, porém para que houvesse maior legitimidade e assertividade sobre as questões categóricas, elas foram calculadas por intermédio do software Jamovi. Nesse tópico, continuamos com as observações do questionário sociolinguístico, porém, apenas acerca das questões categorizadas, as quais apresentavam perguntas fechadas contendo respostas pontuais, sem margem para possíveis justificativas.

Desse modo, considerando o 6º áudio do questionário sociolinguístico, o qual foi produzido por um sujeito do sexo masculino do estado da Bahia, os participantes responderam ao seguinte pergunta: *A partir da escuta desse enunciado você supõe que essa pessoa seja de*

qual região do país?

A intenção com esse enunciado era percebermos de qual região do país a fala escutada representava. Através desse questionamento, pudemos perceber que dentre os 40 participantes, em maior proporção e igualdade de respostas, com 13 cegos e 13 videntes responderam que o enunciado escutado se tratava de alguém da região Nordeste. Em segundo lugar, a região que mais foi mencionada com 3 cegos e 5 videntes acerca do enunciado apresentado aos participantes foi a região Sudeste, segundo a tabela 9 a seguir. Logo, vimos que embora não tenham demonstrado identificação expressiva sobre qual seria a fala respectivamente nordestina e até mesmo qual das nordestina seria a mais semelhante ou divergente, em relação ao modo nordestino de fala da PB ao serem apresentados a uma fala de um sujeito do nordeste e terem que identificar a região a qual essa fala seria, ambas categorias apresentaram convicção de assertividade de resposta. Vejamos a proporção dos dados na tabela 1 abaixo.

**Tabela 1:** A tabela de contingência abaixo mostra a percepção da região do país

Cego/ Vidente	Região					Total
	Nordeste	Norte	Não Sei	Sudeste	Sul	
Cego	13	1	1	3	2	<b>20</b>
Vidente	13	1	0	5	1	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>40</b>

Fonte: Arquivos da pesquisadora, 2023.

Tendo observado que houve um número expressivo de percepções acerca de determinada região, pois dos 40 participantes no geral, 26 optaram por uma única resposta. Logo, analisamos se essa discrepância se apresentava, também nas variáveis referente a localidade e escolaridade dos participantes. Considerando essa percepção, vimos que a quantidade de resposta que se absteve foi irrisória, apenas 1 participante, dado que não traria alteração nos resultados apresentados, caso essa resposta tivesse dentro de qualquer outra resposta.

Dando continuidade às percepções da região, porém, considerando a variante localidade, vimos que as observações dos residentes de João Pessoa e Campina Grande foram próximas, de modo que, 6 participantes de CG e 7 de JP responderam a região Nordeste, porém a que se sobressaiu foi a percepção dos participantes de Lagoa Seca com 13 respostas, dado esse que se considerarmos a categoria cego e videntes

seria igual, pois CG e JP tinham apenas cegos. Quanto à percepção do enunciado apresentado ser representante da região Sudeste, tivemos 5 respostas de Lagoa Seca sobressaindo aos participantes de JP, com 2 respostas, estas duas que foram iguais a percepção acerca do enunciado representar uma fala da região Sul. De modo geral, podemos dizer que os residentes da cidade de Lagoa Seca (vale lembrar que só haviam videntes dessa cidade) foram os que expressaram maior percepção acerca da região do país. Portanto, embora as percepções tenham sido próximas de cada uma das cidades as quais o questionário foi aplicado, o fato curioso a ser observado é que a segunda maior proporção de respostas foi sobre uma região afastada do Nordeste. Tal percepção sobre a região Sudeste pode se dar por conter as cidades com maiores atividades econômicas e receber imigrantes para mão de obra e esse fator refletir na linguagem dos habitantes que acabam misturando sotaques de diversas regiões do Brasil. Vejamos os dados discurridos na tabela 2 abaixo.

**Tabela 2:** Tabela de contingência sobre a percepção da região do país considerando a localidade do participante.

Região	Localidade			Total
	Campina Grande	João Pessoa	Lagoa Seca	
Nordeste	6	7	13	26
Norte	1	0	1	2
Não Sei	1	0	0	1
Sudeste	1	2	5	8
Sul	0	2	1	3
Total	9	11	20	40

Fonte: Arquivos da pesquisadora, 2023.

No que diz respeito à escolaridade dos participantes em relação a região, novamente, houve igualdade e discrepância de respostas sobre a variável selecionada para análise, de modo que, dentre a identificação de maior proporção ser voltada para a região Nordeste, a quantidade de participantes do ensino fundamental que tiveram tal percepção foi 13 igualmente a dos alunos do EJA, dado considerável elevado, em relação aos 40 participantes do total. Sob esse viés, ainda sobre essa variável, outros dados semelhantes se deram com a percepção da região Norte, com 1 resposta para ambas categorias e, novamente, com a segunda maior proporção de respostas para a região Sudeste, com 4 respostas de ambas as classes de escolaridade. No entanto, caso a pessoa que não respon-

deu optasse por alguma das regiões, esse dado não seria quantia para alteração da percepção final, porém caso fosse declarado a percepção acerca da região Sul, ela poderia se igualar, assim como foram com as regiões Nordeste e Sudeste, mesmo que em menor proporção, conforme nos mostra a tabela 3.

**Tabela 3:** Tabela de contingência sobre a percepção da região do país quanto à escolaridade.

Região	Escolaridade		Total
	Ens. Fundamental	EJA	
Nordeste	13	13	26
Norte	1	1	2
Não Sei	0	1	1
Sudeste	4	4	8
Sul	2	1	3
Total	20	20	40

**Fonte:** Arquivos da pesquisadora, 2023.

Após a observação da percepção da região, ainda sobre o mesmo enunciado (6º áudio- Bahia- masculino) os participantes precisavam identificar se ele se tratava do enunciado de um indivíduo do interior ou da capital. Logo, os resultados entre ambas categorias voltaram a ter proximidade entre cegos e videntes tanto sobre a percepção da capital, quanto a percepção do interior. No que diz respeito à percepção da fala ser representante do interior, vimos que 7 cegos optaram por essa resposta e 6 videntes também tiveram a mesma percepção. No entanto, a proeminência de resultados se deu acerca da percepção da capital, de modo que 12 videntes tiveram essa percepção sobre o enunciado escutado assim como 12 cegos. Logo, conforme os dados apresentados, podemos dizer que os cegos tiveram maior percepção sobre o enunciado ser da capital, porém tal percepção não foi preeminente em relação a dos cegos, que de certa forma, tiveram maior percepção sobre o enunciado ser representante do interior. Quanto às pessoas que não apresentaram respostas de acordo com as opções apresentadas, vimos que foi uma quantidade pequena, 1 cego e 1 vidente, porém mesmo que essa quantidade de pessoas tivesse optado por alguma das respostas os dados não seriam altamente alterados, de modo que poderíamos observar apenas uma igualdade entre os resultados tanto do interior quanto da capital ou então alteração de resultados com apenas diferença de um único valor.

Vejam os tais informações na tabela 4, a seguir.

**Tabela 4:** A tabela de contingência da percepção sobre interior/capital.

<b>Cego/ Vidente</b>	<b>Interior/capital</b>			<b>Total</b>
	<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Não sei</b>	
Cego	12	7	1	<b>20</b>
Vidente	13	6	1	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>40</b>

**Fonte:** Arquivos da pesquisadora, 2023.

Considerando o gênero dos participantes, em relação a percepção da fala ser do interior ou da capital, as observações acerca da capital foram próximas entre homens e mulheres, porém o gênero feminino mais uma vez teve proporção de percepção elevada ao masculino, de modo que 15 mulheres perceberam se tratar da fala de alguém da capital, valor maior, em relação a quantidade de homens, os quais 10 deles tiveram a mesma percepção. Sob esse ponto de vista, vimos que a proporção das mulheres, embora em menor quantidade, acerca do enunciado apresentado ser interior, novamente, superou a percepção dos homens, de modo que 9 mulheres optaram por essa resposta e apenas 4 homens tiveram a mesma percepção. Nessa perspectiva das observações dos participantes, a quantidade dos que não responderam não foi considerável para alterar significativamente o resultado final, pois apenas um homem e uma mulher se abstiveram das respostas. Logo, considerando os dados em sua totalidade de 40 participantes, podemos dizer que a maioria dos homens e mulheres perceberam se tratar da fala da capital, pois a quantidade de respostas foram 25 para apenas 13 que optaram pelo interior, como podemos observar nos dados da tabela 5.

**Tabela 5:** A tabela de contingência da percepção sobre interior/capital entre gênero do falante.

<b>Interior/ capital</b>	<b>gênero</b>		<b>Total</b>
	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	
Capital	10	15	<b>25</b>
Interior	4	9	<b>13</b>
Não sei	1	1	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>40</b>

**Fonte:** Arquivos da pesquisadora, 2023.

Após a observação dos dados apresentados, observamos que quanto a percepção sobre qual região do país seria a pessoa que falava no áudio 6º as respostas se deram de forma acentuada acerca da região Nordeste, em relação às demais. Em segundo lugar, em menor proporção foi a região Sudeste. Logo quanto a percepção da fala representar um sujeito nordestino, vimos que essa discrepância ocorreu, acerca da localidade dos participantes ouvintes, tendo maior evidência de percepções dos participantes da cidade Lagoa Seca e proximidade de respostas entre os da cidade de João Pessoa e Campina Grande. Novamente, o resultado de maior relevância foi percebido na escolaridade dos participantes, de modo que a região Nordeste teve igualdade de respostas entre ensino fundamental e EJA, em menor proporção e ainda em igualdade, foi observado a percepções sobre a região Sudeste.

Em suma, finalizando as considerações das tabelas categóricas, no que diz respeito à percepção da fala representar um sujeito da capital ou interiorano, as respostas voltaram a ser próximas entre cegos e videntes acerca da capital, sobressaindo apenas uma resposta sob a percepção dos videntes dessa opção. Em contraponto, porém também com proximidade de percepção, foi observado apenas uma resposta a mais sob o ponto de vista dos cegos acerca do enunciado apresentado ser representante de uma fala do interior. Quanto ao gênero dos participantes, nessa questão, mais uma vez houve proximidade de respostas entre homens e mulheres acerca da percepção do enunciado representar a fala da capital, porém, assim como nas tabelas apresentadas se referindo ao gênero, as mulheres apresentaram maior percepção de respostas, em relação aos homens. Tal proximidade perceptiva, embora em proporção menor, foi também observada na identificação do enunciado representar a fala interiorana.

## **Considerações Finais**

A partir dos estudos apresentados e das observações feitas por estudantes entre 10 e acima de 30 anos, perpassando o ensino fundamental ao Ensino de Jovens e Adultos vimos que as pessoas cegas tiveram percepções semelhantes aos videntes quanto a percepção da língua e suas variações, pois ambas as categorias demonstram conhecimento sobre a representação da fala nordestina e demonstram percepção semelhante sobre a identificação da fala ser representante do interior ou capital.

No entanto, a pesquisa é um recorte de cegos, do ensino fundamental que são acompanhados por um centro especializado que atenda suas especificidades, como também de alunos videntes que fazem parte do sistema regular de ensino, ambos concentrados no estado da Paraíba. Sendo assim, vale lembrar que ainda não há teoria específica, em nosso país e fora que busque analisar, especificamente a percepção da língua

seja na escrita ou fala sobre as pessoas cegas, nem sob sua ótica quanto aos demais falantes, de modo abrangente ou comparativo entre regiões/nacionalidade/ escolaridade e idade.

Sendo assim, é relevante que haja estudos com o intuito de investigar, descrever e analisar questões linguísticas desses sujeitos, uma vez que por não terem a visão para auxiliar ou confirmar possíveis precipitações ou interferências quanto a língua, podem ter ou não uma percepção diferente da dos videntes.

## Referências

BAGNO, M.. **Nada na língua é por acaso: por uma proposta da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BARBOSA, P. A. **Prosódia**: uma entrevista com Plínio A. Barbosa. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v.8, n.15, 2010. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel\\_15\\_entrevista\\_plinio.pdf](http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_15_entrevista_plinio.pdf). Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

BRAUNER, C. F.; CIGALES, M. P. Algumas Considerações Sobre a Teoria Interpretativista e o Método Indutivo na Pesquisa Social. **Revista Querubim**. Volume 10, Nº22, 2014, p. 36-42. Disponível em: [https://www.academia.edu/6384436/Algumas\\_considera%C3%A7%C3%B5es\\_sobre\\_a\\_teor%C3%A9tica\\_interpretativista\\_e\\_o\\_m%C3%A9todo\\_indutivo\\_na\\_pesquisa\\_](https://www.academia.edu/6384436/Algumas_considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_teor%C3%A9tica_interpretativista_e_o_m%C3%A9todo_indutivo_na_pesquisa_). Acesso em 05 de janeiro de 2023.

CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 23, p. 137-151, jul/dez 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/COMPAQ/Downloads/baygon,+08+-+Luiz+Carlos+Cagliari.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

FERREIRA, V. G. O ensino de língua estrangeira para deficiente visual em sala de aula regular do ensino fundamental. 2003. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7791-o-ensino-de-lingua-estrangeira-para-deficiente-visual-em-sala-de-aula-regular-do-ensino-fundamental.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2023.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAG, R. M. K., SANTOS, Adelmileise de Oliveira. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: **A Fala Nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, p. 109 -122, 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Cen-**

**so da educação superior 2019.** Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em 01 de julho de 2021.

LABOV, W.. **Padrões sociolinguísticos.** Trad. por Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Editora Parábola, [1972] 2008.

LOPES, L. W.; LIMA, I. L. B.. Prosódia e transtornos da linguagem: levantamento das publicações em periódicos indexados entre 1979 e 2009. **Revista CEFAC.** 2014 Mar-Abr; 16(2):651-659. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/DrzTQScsFMFpWrwZfL8Kncn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

MARCUSCHI, L. A.. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OUSHIRO, L.. **Identidade na pluralidade:** avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERRENOUD, P.. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmaed, 2000.

RABELLO, E., PASSOS, J. S.. **Vygotsky e o desenvolvimento humano.** 2009.

RANGEL, M. Fundamentos e princípios das opções metodológicas. Metodologias quantitativas e procedimentos quali quantitativos de pesquisa. **OMNIA Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes.** 2018.

SAMPAIO, A. C. C.; BATISTA, A. de F.. A Inclusão Escolar para Alunos com Deficiência Visual. **VII Congresso Nacional de Educação.** Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA10\\_ID2567\\_07062020191705.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA10_ID2567_07062020191705.pdf) . Acesso em 29 de fevereiro de 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIGOTSKI, L. S.. Fundamentos de defectologia. In: **Obras completas.** Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

A variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural

Cleilson da Silva Costa  
Cid Ivan da Costa Carvalho

## Introdução

A Sociolinguística estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos (Coelho et al., 2021). Nesse campo da linguística, a língua é entendida como objeto heterogêneo, concebida, portanto, como uma unidade passível de variação, “no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo” (Mollica, 2021, p. 9). A heterogeneidade da língua, por sua vez, está relacionada às variáveis estruturais e sociais.

No tocante à variação linguística, Coelho et al. (2021, p. 16) asseveram que esse fenômeno diz respeito ao “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. A partir dessa assertiva, entendemos que a Língua Portuguesa é suscetível à variação, à mudança. Para Cezario e Votre (2021), as variações são entendidas como inerentes à língua, isto é, todas as línguas do planeta apresentam variações. As variações ocorrem em diversas variáveis, ou seja, lugares onde ocorrem as variações, como a primeira pessoa do plural – objeto de estudo desta pesquisa.

Sob a perspectiva variacionista, Araújo e Freitag (2021) destacam que a concordância verbal é um fenômeno variável do português brasileiro, ou seja, as regras de concordância podem ser realizadas ou não pelos falantes da língua, em função de diversos fatores, tanto de cunho linguístico quanto extralinguístico.

Vieira (2018), inclusive, mencionando um estudo realizado anteriormente, dissertando sobre esse fenômeno, frisa que há diversos fatores condicionantes, como: a posição do sujeito em relação ao verbo, a distância entre o núcleo do sintagma nominal sujeito e o verbo, a animacidade do sujeito (fatores linguísticos), localidade, faixa etária, escolaridade (fatores extralinguísticos). Desse modo, analisaremos os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala da região intermediária de Mossoró-RN.

Na região intermediária de Mossoró, localizada no Rio Grande do Norte, com base em pesquisas realizadas em repositórios on-line, não encontramos estudos sobre esse fenômeno, à luz da Sociolinguística. Dessa forma, as inquietações para realização desta pesquisa surgiram,

inicialmente, pela necessidade de proporcionar uma nova abordagem aos estudos da concordância verbal, especificamente na região intermediária mencionada, de modo a apresentar contribuições para essa seara do conhecimento e, conseqüentemente, para o ensino de gramática.

Instigaram-nos, também, depoimentos de ex-alunos da Educação Básica que se propagam dentro das universidades, os quais frisam que não tiveram orientações sobre as variações linguísticas, nem que algumas formas variantes eram aceitáveis em alguns contextos. Assim, quando ingressam no Ensino Superior, começam a construir conhecimentos sobre essa temática, entendendo que há fatores condicionantes para ocorrer as variações, tanto linguístico quanto extralinguístico.

Para tanto, embasamo-nos, quanto aos pressupostos teóricos-metodológicos, na Teoria da Variação e Mudança Linguística, que é representada, sobretudo, por William Labov (2008 [1972]), maior expoente dessa teoria, além de outros teóricos que, de certa forma, corroboram com essa linha de pensamento proposta, como Weinreich, Labov e Herzog (2006), Coelho et al. (2021), Mollica e Braga (2021).

Por fim, retoricamente, além deste seção introdutória, por ora, este trabalho se estrutura da seguinte maneira: na segunda seção, discutimos sobre a variação linguística, um dos conceitos mais debatidos da Sociolinguística; em seguida, na terceira seção, denominada percurso metodológico, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram traçados, além de caracterizar a pesquisa, apresentar os informantes, delimitar o local de pesquisa e o corpus; depois, na quarta seção, resultados e discussão, descrevemos e analisamos os resultados das entrevistas; por último, são traçadas as nossas considerações parciais.

## **A variação linguística**

No tocante à variação linguística, Coelho et al. (2015, p. 16) asseveram que esse fenômeno diz respeito ao “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. Assim, falamos em variação linguística quando, em um mesmo contexto, é possível utilizar uma ou outra forma variante, sem que comprometa o sentido do texto. Labov (2008, p. 221) destaca que “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa”. Dessa forma, é notável que a variação não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico.

Essa assertiva vai de encontro à noção de variação linguística como caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade. Sobre esse debate, Weinreich, Labov e Herzog (2006) trazem concepção inovadora, uma vez que eles apresentam a ideia de heterogeneidade ordenada, permitindo atribuir à variação um caráter sistemático e controlado, que até então estava sendo negado.

Outro ponto essencial relacionado à variação linguística é que esse fenômeno não se limita ao nível lexical, englobando, portanto, os outros níveis linguísticos, como o fonológico, morfo fonológico, morfológico, morfossintático, sintático, discursivo.

A variação lexical, comumente, é associada à variação regional, motivada, portanto, conforme a região, como mencionado nos exemplos de Coelho et al. (2021): abóbora, jerimum; pão francês, pão de trigo, cacetinho, filãozinho; vaso, bacio, privada etc. Além desses, vemos esse fenômeno também em *urina*, *mijo*, *xixi*, que são utilizados diariamente.

A variação fonológica pode ser analisada mediante diversos fenômenos do português brasileiro, como a despalatização, a monotongação, objeto de estudo de Rodrigues (2020). Coelho et al. (2021) menciona o fenômeno da monotongação, apresentando diversas palavras do nosso léxico, como *couve*, *cenoura*, *caixa*, *beijo*, *peixe*, *primeiro*, dentre outras. Nesses exemplos, há a possibilidade do apagamento da semivogal, transformando um ditongo decrescente em monotongo: “*cove*”, “*ce-nora*”, “*caxa*”, “*bejo*”, “*pexe*”, “*primero*”.

Para apresentar a variação morfo fonológica, ou seja, alteração que ocorre na interface desses níveis, recorreremos ao caso do gerúndio, em que temos o fenômeno fonológico da assimilação. Para tanto, pensemos nos seguintes exemplos: *andando* ~ *andano*; *pulando* ~ *pulano*. Nesses exemplos, notamos que o morfema *-ndo* passa a ser realizado como *-no*, havendo, portanto, a queda do fonema /d/. Nesse caso, há uma variação no âmbito do fonema e do morfema, englobando dois níveis gramaticais, sendo considerado, pois, um caso de interface (Coelho et al. 2021).

Por outro lado, “se a variável escolhida for [...] a alternância entre os pronomes ‘tu’ e ‘você’ ou entre ‘nós’ e ‘a gente’ [...] temos um caso de variação morfológica e não um caso de interface” (Coelho et al. 2021, p. 28).

Outra situação de interface pode ser vista na relação entre pronome e verbo, como, por exemplo, na terceira pessoa do plural: “eles anda”. Nesse caso de variação da concordância verbal, como envolve pronome e verbo, denominamos de variação morfossintática (Coelho et al. 2021). Esse exemplo apresenta uma relação estreita com a nossa pesquisa, uma vez que iremos analisar a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural. Dessa forma, nosso estudo se enquadra também na variação morfossintática da língua.

No tocante à variação sintática, Coelho et al. (2021), citando Tarallo, menciona a variação nas orações relativas e a posição do clítico em relação ao verbo, como em “eu vi-o no cinema”/ “eu o vi no cinema”. Nesses exemplos, temos os casos de ênclise (posição pós-verbal) e próclise (posição pré-verbal), respectivamente. Omena e Duarte (2021)

frisam que a função dos termos na oração pode influenciar a realização de uma variável, dentre os fatores de natureza sintática.

Além dos fenômenos variáveis no âmbito do léxico e dos níveis gramaticais, o nível de análise pode ser expandido para além da frase, conforme Coelho et al. (2021), abrangendo, pois, o nível discursivo. Assim, os autores mencionados apresentam fenômenos variáveis na dimensão textual/discursiva. A fim de exemplificar, são apresentadas as conjunções ('e', 'mas', 'porque', 'portanto' etc.), as expressões adverbiais ('aí', 'assim', 'afinal', 'então', 'consequentemente' etc.), assim como os marcadores discursivos ('quer dizer', 'digamos assim' etc.), dentre outros, usados tanto na fala quanto na escrita.

Após a descrição dos níveis linguísticos em que a variação pode ocorrer, é oportuno destacar que a variação não ocorre de forma arbitrária, pois há forças dentro e fora da língua que condicionam determinadas escolhas, ou melhor, existem fatores internos e fatores externos à língua que determinam as escolhas linguísticas dos falantes.

No primeiro caso, são também chamados de condicionadores linguísticos. Como exemplos, temos a ordem dos constituintes em uma sentença, a classe das palavras envolvidas no fenômeno em variação, aspectos semânticos etc. No segundo caso, são também chamados de condicionadores extralinguísticos. Entre os condicionadores extralinguísticos de natureza social, os mais comuns são o sexo/gênero, o grau de escolaridade e a faixa etária do informante. (Coelho et al., 2021, p. 20).

Para esses autores, os condicionadores são os fatores que regulam a escolha do falante entre uma ou outra forma linguística, ou melhor, entre uma ou outra variante. Acerca dessas duas classes de condicionadores, Chaibe (2016, p. 42) destaca que os fatores linguísticos são aqueles que

[...] emergem de dentro da língua, são internos à língua e se caracterizam no nível do significante e do significado, são de natureza fonológica, morfológica, sintática, semântica, discursiva, lexical, fonomorfossintática; e os extralinguísticos, que emergem de fora da língua e envolvem fatores do perfil social do indivíduo, como sexo e etnia, fatores sociais, como escolaridade, renda, profissão e classe social, e fatores contextuais, como o grau de formalidade das interações que ele participa.

Sob ótica dos fatores intralinguísticos, assim como os fenômenos variáveis, os condicionadores que influenciam as variáveis podem ser de diferentes níveis linguístico, como o fonético-fonológico, morfológico, sintático, dentre outros.

Como já apresentamos os níveis linguísticos em que ocorrem as variações e mencionamos os níveis de condicionadores internos, olharemos a variação, a partir deste momento, sob ótica externa, apresentando os tipos de variação linguística e os condicionadores externos. Para tanto, recorreremos teoricamente à Coelho et al. (2021), uma vez que esse estudo apresenta alguns tipos de variação linguística.

Todavia, antes de descrevermos esses tipos de variação, é importante salientar que tal separação é meramente didática, visto que elas podem ocorrer concomitantemente. O primeiro tipo de variação apresentada pelos autores mencionados é a variação regional, que também é conhecida por variação geográfica e/ou variação diatópica. Esse tipo de variação diz respeito às marcas da fala das diversas regiões. Dessa forma, há a possibilidade de identificarmos que um determinado falante mora no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Natal, por exemplo.

Para percebermos as marcas linguísticas de uma determinada região em relação à outra, analisamos os léxicos utilizados, padrões entoacionais, dialetos (variedades) (Coelho et al. 2021).

A variação regional pode ser estudada ao se oporem diferentes tipos de unidades espaciais: podemos dizer que existe variação regional entre Brasil e Portugal (dois países), entre Nordeste e o Sul do Brasil (duas regiões de um mesmo país), entre Paraná e Santa Catarina (dois estados de uma mesma região), entre Chapecó e Florianópolis (duas cidades de um mesmo estado) e mesmo entre falantes do centro de Florianópolis e falantes do Ribeirão da Ilha (dois bairros de uma mesma cidade. É comum também que se analise variação regional entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior. (Coelho et al. 2021, p. 39).

A variação social ou diastrática diz respeito às características sociais dos falantes. Para tal tipo de variação, temos os seguintes condicionadores sociais: grau de escolaridade, nível socioeconômico, sexo/gênero e faixa etária. Sobre o primeiro condicionador, há consenso na literatura que os falantes que possuem um grau de escolaridade maior utilizam as formas linguísticas mais prestigiadas, conforme a norma culta da língua, uma vez que estão em contato com a cultura letrada e com o uso das variedades cultas da língua (Coelho et al. 2021).

Com suporte nesses autores, o condicionador socioeconômico atua também no uso das variantes linguísticas. Dessa forma, os falantes menos privilegiados, de forma geral, usam variantes não padrão da língua, enquanto os mais privilegiados utilizam as variantes padrão.

No que se refere ao condicionador sexo/gênero, alguns teóricos, como Paiva (2021) e Coelho et al. (2021), asseveram que os falantes do gênero feminino tendem a utilizar as variantes valorizadas socialmente, porque “precisam”, de certa forma, de uma aceitação social. Em consonância com esse pensamento, Cezario e Votre (2021, p. 149) frisam que

Há muitas tentativas de explicação para a diferença, nenhuma totalmente convincente ou suficiente. Segundo alguns estudiosos, isso se dá porque, dentre outros fatores, da mulher é cobrado um comportamento mais rígido, em conformidade com as normas, em todos os sentidos, inclusive no que se refere ao comportamento linguístico. Devido a essa cobrança social, a mulher teria uma preocupação maior em reproduzir as formas linguísticas consideradas de prestígio dentro de uma comunidade linguística.

Por último, temos a faixa etária, condicionador comumente explorado em pesquisas variacionistas, em que se constitui como fator que motiva a escolha de determinadas variantes linguísticas. De forma geral, pesquisas mostram que os falantes mais jovens são mais suscetíveis à utilização de forma inovadoras, enquanto os mais velhos são mais conservadores (Coelho et al. 2021).

Como vimos, tanto a região onde uma pessoa nasceu e/ou mora quanto os diversos fatores de ordem social influenciam as formas linguísticas “selecionadas” pelos falantes. Agora, partiremos para uma reflexão sobre as inúmeras formas linguísticas que um mesmo falante pode utilizar, a depender do contexto comunicativo em que ele se encontra.

Para tanto, pensemos no modo como falamos em casa, com os nossos amigos, em comparação com as formas que utilizamos quando estamos em situações mais formais, como em uma entrevista, em apresentações na faculdade. “Esse tipo de variação linguística, resultante dos diferentes papéis sociais que desempenhamos nas diferentes situações comunicativas, recebe o nome de variação estilística ou diafásica” (Coelho et al. 2021, p. 46). Em síntese, esse tipo de variação diz respeito à adequação feita pelos interlocutores nos diferentes contextos comunicacionais.

Além da variação regional, da variação social e da variação estilística, comumente encontramos outro tipo de variação: a variação entre a fala e a escrita ou diamésica. Para tal discussão, é pertinente pensar, a princípio, sobre o termo diamésica, que se refere à ideia de vários meios. Desse modo,

Para estudar a variação diamésica, é necessário entender que existem diferenças entre o meio falado e o meio escrito. Podemos dizer que, salvo em situações excepcionais, a produção de um texto falado é uma atividade espontânea, improvisada e suscetível à variação nos diversos níveis. Já a escrita constitui-se como uma atividade artificial (não espontânea), ensaiada (no sentido de que reservamos tempo e espaço para planejamento, revisões e reformulações) e um pouco menos variável, pois, em geral, está mais vinculada à produção de gêneros sobre os quais há maior pressão de regras normativas e maior monitoramento. Essas diferenças devem ser relativizadas, uma vez que a relação entre

fala e escrita, assim como entre registro formal e registro informal, não é dicotômica, mas contínua. (Coelho et al. 2021, p. 49).

Sobre esses dois meios, é fundamental deixar claro que, em pesquisas sociolinguísticas, há uma abordagem mais adequada ao estudo da fala, eles devem ser olhados de forma separada, ou seja, analisar a amostra da fala e analisar a amostra da escrita. Ademais, o pesquisador pode fazer uma comparação entre os resultados das duas análises, levando em consideração as peculiaridades dos dois tipos de texto, ou melhor, das duas modalidades da língua.

Feita essa discussão sucinta sobre a variação linguística, na seção seguinte, apresentaremos os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

## **Metodologia**

Na literatura, são apresentados inúmeros procedimentos e instrumentos metodológicos que podem ser utilizados em uma pesquisa. Dessa forma, cabe ao pesquisador delimitar os métodos que serão traçados no desenvolvimento do trabalho, de acordo com a filiação teórica, a fim de garantir a exequibilidade da pesquisa. Esta pesquisa, no que se refere ao aporte teórico-metodológico, está intrinsecamente vinculada à Teoria da Variação e Mudança Linguística, tendo como foco de estudo os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala espontânea da região intermediária de Mossoró-RN.

Dito isso, para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, cujo propósito principal é analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala da região intermediária de Mossoró-RN, apresentaremos, a seguir, os procedimentos metodológicos que foram traçados. Inicialmente, caracterizaremos a pesquisa quanto à abordagem, objetivos e procedimentos; em seguida, apresentaremos os informantes; depois, delimitaremos o locus da pesquisa; como quarta etapa, exporemos o corpus do estudo; por último, descreveremos o procedimento de análise dos dados.

Esta pesquisa se caracteriza, quanto à abordagem, como qualitativa. Classificamos dessa maneira, porque trabalhamos com a interpretação dos fatores condicionantes da variável em estudo.

No que concerne à natureza deste trabalho, classificamos como descritiva. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), esse tipo de pesquisa “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Aqui, iremos descrever os tipos de variantes encontradas da variável estudada, na região intermediária de Mossoró-RN, de modo a fazer um retrato da população que habita na localização analisada.

Além disso, podemos classificar, também, como pesquisa explicativa, porque, além de descrever, explicaremos as possíveis motivações, ou melhor, os fatores condicionantes da variação da concordância verbal da primeira pessoa do plural. A pesquisa explicativa, segundo Severino (2013, p. 76), “[...] é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.” Em síntese, a pesquisa explicativa se preocupa em “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p. 44). Ou melhor, pesquisas dessa natureza explicam, através dos resultados oferecidos, o porquê das coisas.

No que tange ao procedimento técnico de análise, é cabível classificar esta pesquisa como de campo, porque, para realizar a coleta dos dados, deslocamo-nos para a cidade de Caraúbas, que está inclusa na região selecionada e será apresentada mais adiante.

Os dados foram colhidos de cinco informantes, do gênero masculino e feminino, de duas faixas etárias: de 20-30 e de 31-50, com ensino superior completo ou incompleto (graduandos a partir da metade do curso), a fim de verificar as influências desses fatores sociais. Esta pesquisa, portanto, leva em consideração os fatores sociais de gênero, faixa etária, escolaridade e localidade.

Além disso, partimos do pressuposto que há fatores linguísticos (internos à língua) e extralinguísticos (externos à língua), que influenciam na variação da concordância verbal da primeira pessoa do plural. Esses fatores são denominados de variáveis independentes, as quais condicionam a realização da variável dependente (Coelho et al., 2021).

Nesta pesquisa, a variável dependente é a concordância verbal com a primeira pessoa do plural e as variáveis independentes são aquelas que se enquadram nos fatores linguísticos e extralinguísticos, como a posição do sujeito em relação ao verbo, a animacidade do sujeito (fatores linguísticos), localização do informante, faixa etária, gênero/sexo e escolaridade (fatores extralinguísticos). Além disso, vale ressaltar que a variável dependente consiste num modelo binário, adotado na maioria das pesquisas variacionistas.

No tocante ao local de pesquisa, selecionamos um número razoável de informantes da cidade de Caraúbas, que fica localizada na região intermediária de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte (RN). Caraúbas fica localizada a cerca de 296 quilômetros da capital do estado, Natal. Em 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desse município era estimada em 20.541 habitantes.

A escolha desse locus se justifica principalmente pelo fato de o município ficar localizado entre as duas cidades mais populosas da

região intermediária estudada, Mossoró e Pau dos Ferros. Além disso, outro fator que influenciou na escolha desse município é o fato de já termos observado a variação da concordância verbal, de forma constante, nessa localização.

Em relação ao corpus, as pesquisas que se filiam à Sociolinguística Variacionista, comumente, consideram os dados da fala de indivíduos em situações reais do uso da língua. Para tanto, um dos métodos mais utilizados é a entrevista sociolinguística – meio que estamos utilizando.

As entrevistas que realizamos são fundamentadas no método de Labov (2008), uma vez que procuramos evitar ao máximo o paradoxo do observador, a fim de auferir a fala utilizada no cotidiano dos informantes, ou seja, buscamos captar a fala mais espontânea possível, com nível mínimo de monitoramento. Para realização dessas entrevistas, estamos adotando alguns critérios relacionados aos fatores linguísticos e extralinguísticos.

Antes de realizar as entrevistas, elaboramos um roteiro, contendo uma sequência lógica de perguntas, com a finalidade de realizar a entrevista de forma exitosa. Feito isso, para coletar, de fato, iniciamos com uma checagem e, posteriormente, realizamos as entrevistas sociolinguística. Em seguida, escutamos as gravações dos informantes e realizamos as transcrições, de forma minuciosa e, em seguida, tabulamos as ocorrências em uma tabela no Excel, separando as sentenças que têm a marca de concordância verbal e as que não têm, a fim de visualizar, de forma geral, essa comunidade de fala.

Feito isso, na seção seguinte, apresentaremos os dados extraídos das cinco entrevistas sociolinguísticas realizadas, relacionando os dados com as discussões propostas por outros autores da literatura da área.

## **Análise e resultados**

Os resultados descritos abaixo, corresponde a uma parte dos dados analisados. Para isso, consideramos que a variável dependente é a concordância verbal com a primeira pessoa do plural e as variáveis independentes, por ora, são: posição do sujeito em relação ao verbo, a animacidade do sujeito, localização do informante, faixa etária, gênero/sexo e escolaridade.

As entrevistas foram realizadas com informantes do gênero masculino e feminino, faixa-etária de 20-30 e 31-50 anos, da cidade de Carúbas, com o nível de escolarização superior. Das gravações, selecionamos 51 sentenças, número de realizações da primeira pessoa do plural. Dessa variável dependente, elegemos quatro variantes, ou seja, quatro possibilidades de concretização da primeira pessoa do plural: 1 – a gente “vai”; 2 – a gente “vamos”; 3 – nós “vamos”; 4 – nós “vai”.

Das variantes selecionadas, apenas a primeira possibilidade apareceu nas entrevistas – a gente “vai”. Esse resultado vai ao encontro do que a literatura da área está pontuando – a forma “a gente” está sendo utilizada cada vez mais, desalojando, assim, a forma “nós” (Omena; Duarte, 2021). Contudo, a literatura da área diz que, apesar das formas “nós” e “a gente” serem equivalentes, do ponto de vista social, a forma “nós” ainda é considerada mais formal (Cezario; Votre, 2021).

Dessa forma, notamos que os dados desta pesquisa diferem do que é proposto por parte da literatura da área, uma vez que as entrevistas que estamos analisando foram realizadas com informantes de nível de escolaridade superior e todas as realizações foram da forma “a gente”, substituindo o pronome de primeira pessoa do plural – “nós”. Não obstante, Coelho et al. (2021, p. 41), apresentando uma visão geral do fator escolaridade, assevera que

Por terem um contato maior com a cultura letrada e com o uso das variedades cultas da língua, supõe-se que, em geral, falantes altamente escolarizados dificilmente produzirão formas como “nós vai” ou “a gente vamos”, que são típicas de falantes pouco ou não escolarizados. É mais provável que eles falem “nós vamos” e “a gente vai”.

Esse pensamento dialoga fortemente com os nossos dados, porque, de fato, os informantes de nível superior não realizaram a forma “nós vai”, tampouco “a gente vamos”, realizando apenas a forma “a gente vai”, que, no estudo citado acima, já é considerada, de certa forma, como uma forma mais formal também, uma vez que apresenta a concordância verbal.

Quanto à posição do sujeito, todas as ocorrências são de sujeitos antepostos, proporcionando, assim, um contexto favorável à manutenção da marca de concordância verbal. Desse modo, é pertinente afirmar que esses dados dialogam com Luchessi (2015, uma vez que esse estudo atestou que, quando o sujeito está imediatamente antes do verbo, a regra de concordância verbal tende a permanecer, sendo considerado, dessa forma, como um fator condicionante da manutenção da regra de concordância verbal.

No tocante à animacidade do sujeito, reduzimos essa categoria ao traço mais humano/menos humano. Os dados das entrevistas realizadas até o momento mostram que o traço “mais humano”, de fato, favorece a realização da concordância verbal, visto que todas as sentenças tiveram concordância, assim como o traço “mais humano”.

No que se refere aos fatores localidade e escolaridade, como não há oposição, ainda não podemos traçar uma discussão comparativa. No entanto, os informantes que possuem um grau de escolaridade maior tendem a utilizar formas mais cultas, entendidas, para a sociedade, como padrão.

Já as categorias de gênero e faixa-etária, por sua vez, apesar das pesquisas atestarem que esses fatores influenciam na realização ou ausência da concordância verbal, os dados das cinco entrevistas ainda são insuficientes para fazer qualquer tipo de afirmação. Contudo, nas palavras de Naro (2021, p. 44), “os jovens estão evitando a forma nós e usando mais a gente”. Assim, entendemos que os jovens tendem a utilizar a forma inovadora com mais frequência (assim como as pessoas do gênero masculino), enquanto os mais velhos são mais conservadores, como também as pessoas do gênero feminino.

## **Conclusão**

Nesta pesquisa, estabelecemos como objetivo geral analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do plural na fala da região intermediária de Mossoró-RN, especificamente na cidade de Caraúbas, com vistas a apresentar um panorama geral desses fatores. Para tanto, analisamos 52 sentenças em que a forma pronominal nós/a gente apareceu – número registrado das cinco entrevistas sociolinguística.

Embora o número de entrevistas e, conseqüentemente, de ocorrências não seja expressivo, a análise acerca dos dados permitiu constatar que há alguns fatores que, de fato, influenciam a manutenção da regra de concordância verbal com a primeira pessoa do plural, como, por exemplo, o nível de escolaridade, assim como anteposição do sujeito em relação ao verbo e o traço mais humano. Outra resposta que alcançamos com esta pesquisa é que a forma “a gente” está sendo, de fato, mais utilizada do que a forma “nós”, corroborando, assim, com os estudos dessa seara do conhecimento.

Contudo, apesar de tecermos essas considerações, é evidente que, para chegarmos em alguma conclusão, é fulcral realizar mais entrevistas, a fim de obter dados suficientes para fazer o cruzamento das variáveis e atestar se os dados desta pesquisa corroboram ou diferem da literatura da área.

## **Referências**

ARAÚJO, S. S. de F.; FREITAG, R. M. K.. Concordância verbal, difusão da mudança linguística no contínuo rural-urbano e mudança em curto espaço de tempo. **Working Papers em Linguística, Florianópolis**, p. 266-294, 14 jul. 2021. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BECHARA, E.. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

CHAIBE, M. E. dos S.. **A variação linguística na educação contemporânea: concepções e práticas pedagógicas**. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 1-254.

COELHO et al. **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2021.

LABOV, W.. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Martha Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 7ª tiragem. São Paulo, Atlas, 2002.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, D.. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 55, p. 166-204, dez. 2015.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Organizador). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-200.

SEVERINO, A. J.. Teoria e prática científica. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, S. R.. Concordância Verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F.. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2018.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.. **Fundamento empírico para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

“A rênti tem mar oportunidade”: a glotalização das fricativas anteriores

Aleide Josse Rodrigues Ataíde Costa  
Cid Ivan da Costa Carvalho

## Introdução

O presente estudo apresenta a glotalização de algumas fricativas anteriores, um fenômeno muito presente na fala de alguns moradores da zona rural de Buriti, cidade do Maranhão. No entanto, tal uso linguístico da língua não se restringe às comunidades de Mocambinho e Santa Fé, locais onde realizamos as entrevistas sociolinguísticas, tendo em vista que existem outras cidades e regiões do país em que esse fenômeno já foi constatado, como atestam os trabalhos sobre a troca da fricativa alveopalatal [ʒ] pela fricativa glotal [h].

A partir das observações realizadas no município de Buriti, Maranhão, cidade a qual foi realizada a pesquisa, fica localizada em uma região interiorana, no estado do Maranhão, com histórico de chegada de famílias vindas de diversas regiões do país, inclusive do Sudeste e Centro-Oeste. Assim como o fluxo contínuo dos moradores entre as cidades circunvizinhas, que também é um fator social a ser considerado. Assim, como os aspectos linguísticos peculiares que identificam o falante e o caracteriza como pertencente a determinada região do Brasil. E, nesse caso, os falantes do município de Buriti não são diferentes. O fenômeno da glotalização das fricativas anteriores, encontra-se presente em alguns povoados, com a ressalva de que nesta pesquisa serão apresentados dados de duas comunidades ribeirinhas: Mocambinho e Santa Fé.

Este estudo visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada deste fenômeno linguístico presente na língua portuguesa, que servirá como fonte de pesquisa para professores e pesquisadores. A intenção é desenvolver uma melhor compreensão das variações linguísticas presentes em comunidades ribeirinhas, destacando as peculiaridades da fala como parte do processo de aprendizagem da língua materna, especialmente nos aspectos fonéticos. Ao valorizar e mobilizar os conhecimentos outrora desvalorizados pela sociedade, busca-se promover uma abordagem enriquecedora para o ensino da língua portuguesa. Sobre o ensino da língua portuguesa, como afirma Hora (2021, p.31), “[...] com uma perspectiva variada em relação ao que se fazia antes pode tornar uma realidade para avaliar como algumas variáveis se comportam em determinados contextos de uso.”

Além disso, este trabalho se propõe a preencher a lacuna existente no ensino das disciplinas de fonética e fonologia, especialmente nas formações dos alunos da graduação. Essa área, muitas vezes pouco explorada mesmo em grandes universidades, pode ser enriquecida por meio da análise das variações linguísticas presentes na fala dos ribeirinhos. O estudo também pretende auxiliar o trabalho docente/discente na rede pública ou privada, fornecendo produtos como cartilhas de orientação sobre o uso da fala, podcasts sobre variação linguística e debates sobre a forma correta da fala portuguesa.

O título deste trabalho, “a rênti tem mar oportunidade”, exemplifica os contextos nos quais a fricativa glotal vozeada é pronunciada na fala dos ribeirinhos. A fricativa alveopalatal vozeada [ʒ], na palavra “gente”, e a fricativa alveolar vozeada [z] foram realizadas na glote, ou seja, houve glotalização das fricativas. a primeira no contexto vozeado, como nos exemplos acima; a segunda em não vozeados, no caso dos verbos ‘fazer’ e do advérbio ‘mas’ respectivamente, “fa[h]tempo; ma[h] tempo”.

Neste trabalho, temos o objetivo de apresentar uma análise do fenômeno da glotalização na fala dos ribeirinhos de Buriti- MA; quanto aos objetivos específicos: i) Construir um corpus falado a partir da coleta de entrevistas sociolinguísticas; ii) Identificar o contexto linguístico das ocorrências do fenômeno fonético-fonológico na fala dos buritieneses; iii) Analisar as falas a partir das variáveis linguísticas apresentadas na comunidade e descrever quantitativamente os fatores linguísticos e extralinguísticos das variáveis.

Para atingir esses objetivos, este estudo fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, (Labov (2008 [1972]), Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968])). “A Sociolinguística é uma subárea da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais (Paiva, 2012, p. 9). Depois, analisamos as variáveis sociais inerentes às duas comunidades, tais como: escolaridade, sexo, localidade e faixa etária, assim como as variáveis linguísticas: posição da palavra; posição da sílaba; posição no segmento seguinte; as consoantes.

Este capítulo organiza-se na sequência desta introdução, as próximas quatro seções abordarão (i) uma breve revisão dos estudos sociolinguísticos recentes relacionados a glotalização, enfraquecimento e posteriorização das fricativas anteriores; (ii) a apresentação dos principais procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa; (iii) a metodologia utilizada na pesquisa; e (iv) a análise dos resultados obtidos, seguida por uma discussão. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais sobre o estudo.

## **Conceitos Fonológicos**

Os conceitos fonológicos desempenham um papel fundamental na compreensão da estrutura da língua portuguesa, sendo iniciado pelo pioneiro Mattoso Câmara Júnior em 1953, que explorou os fonemas em seu livro “Para o estudo da fonética do português”. Ele abordou tanto a primeira articulação (morfologia) quanto a segunda articulação (fonologia), fornecendo uma base sólida para pesquisas subsequentes. A distinção entre fonema e alofone é destacada como crucial nos estudos fonético-fonológicos, o qual o fonema diferencia significados entre palavras, enquanto o alofone refere-se a variações que não alteram o sentido.

Além desses conceitos fundamentais, os processos fonológicos são explorados, incluindo assimilação, reestruturação silábica, enfraquecimento, reforço e neutralização. Esses processos representam alterações na evolução da língua, como a mudança de traços articulatorios ou a eliminação/inserção de segmentos. A compreensão desses fenômenos contribui para uma análise mais profunda da fonologia da língua portuguesa.

A reestruturação silábica envolve mudanças na distribuição de consoantes e vogais, enquanto o enfraquecimento e o reforço ocorrem com modificações nos segmentos, de acordo com sua posição na sílaba. A glotalização é um exemplo de enfraquecimento, onde consoantes vozeadas são produzidas com menor constrição no trato vocal. Por fim, a neutralização representa a perda de contraste fonêmico em ambientes específicos, como a pronúncia semelhante de vogais finais não acentuadas em certas palavras.

A aplicação de regras fonológicas visa explicitar os mecanismos subjacentes aos processos fonológicos, fornecendo descrições estruturais e simplificadas das mudanças entre representações gráficas e fonéticas. Essas regras seguem critérios específicos para satisfazer determinadas exigências e expressam processos fonológicos de forma geral e econômica. Esses conceitos são essenciais para entender a variação fonológica observada em expressões linguísticas como “a gente” e em palavras individuais, contribuindo para uma análise abrangente da fonologia do português brasileiro.

## **O fenômeno da glotalização**

Paiva (2012) destaca a relevância social atribuída pela Sociolinguística à linguagem produzida por pequenos grupos socioculturais e comunidades de fala. Segundo a autora, compreender essas comunidades é fundamental para identificarmos os possíveis processos de mudança linguística presentes em suas falas. Nesse sentido, a análise na seção 5 fornece dados detalhados para elucidar esses fenômenos, permitindo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas linguísticas em contextos específicos.

Os dados coletados da fala dos povos ribeirinhos revelam possíveis mudanças linguísticas que ocorrem nessas comunidades, influenciadas por atividades como pesca e artesanato, bem como por manifestações culturais, religiosas e o turismo. Essas interações sociais e culturais desencadeiam diversas transformações na fala desses grupos, como mencionado por Paiva(2016), e é essencial analisar essas mudanças em profundidade para compreender sua natureza e suas implicações.

Paiva (2016) ressalta a natureza dinâmica e mutável das línguas humanas, que se adaptam às mudanças socioculturais e às necessidades comunicativas ao longo do tempo. Essas mudanças podem ser observadas em diferentes níveis linguísticos, como fonológico, morfológico, lexical e sintático, ao longo da história de uma língua. Portanto, é crucial examinar esses processos de mudança em contextos específicos, como os apresentados nas comunidades ribeirinhas estudadas.

A dinamicidade das línguas é especialmente perceptível quando consideramos sua dimensão social e sua função comunicativa primária. Os processos linguísticos e sociais estão intimamente interligados, como discutido na seção referente aos procedimentos metodológicos, onde foram realizadas entrevistas nos povoados de Mocambinho e Santa Fé. Através dessas entrevistas, é possível capturar nuances da fala dessas comunidades e identificar padrões linguísticos que refletem suas interações sociais e culturais.

Nota-se a significativa relevância da região Nordeste, haja vista que, mesmo diante de investigações já realizadas que destacam o fenômeno das fricativas anteriores em diferentes localidades, esse aspecto assume notável importância nos estudos que incorporaram a glotalização. As informações provenientes do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e de iniciativas existentes em instituições de ensino superior atestam que as entrevistas sociolinguísticas, conduzidas para a coleta do corpus, evidenciam ainda mais a frequência desse fenômeno da glotalização nos estados objeto de pesquisa.

Mesmo que estudos anteriores tenham abordado esses fenômenos em outras localidades, a glotalização assume destaque nas pesquisas sociolinguísticas recentes. A falta de estudos específicos na região nordeste, especialmente no Maranhão, é notável, com exceção do trabalho de Costa e Carvalho (2024), que revela o fenômeno nas comunidades ribeirinhas, destacando suas principais ocorrências e influências linguísticas. O desenvolvimento de pesquisas na área, ampliam o nosso entendimento sobre as dinâmicas linguísticas na região Nordeste do Brasil, enfatizando a importância de uma abordagem sociolinguística contextualizada para compreender as variações linguísticas em diferentes comunidades.

No trabalho desses autores, observa que o fenômeno apresentado no Maranhão inicialmente, aponta para uma amostra da fala nas comu-

nidades ribeirinhas e que segue abaixo com as principais ocorrências como: a troca do [z] entre vogais e consoantes nos ambientes sintático-fonológicos como nas expressões: “mais ou menos” ~ ma[h]omeno; “mais não” ~ ma[h]não; “mais oportunidade” ~ ma[h] oportunidade; mais brinquedo~ ma[fi] brinkedu; “mais nem”~ ma[fi]nê; e outros semelhantes, são comuns na fala ribeirinha.

Além desses, existe o fator linguístico condicionante presente nas variáveis linguísticas dos informantes, a saber:

- No início de palavra com os fonemas /v/ em palavras como “vamos”, /‘vamos/ era pronunciado por [‘hãmɔ]; e /z/ como na expressão “já fiz”, /‘zã fis/ era pronunciado por [‘ha fis];
- Em posição de ataque silábico no início de palavra, a exemplo de “a gente” /a ‘zête/ era pronunciado por [a ‘hêtʃI] e, em posição de coda silábica, como na palavra “mesmo” /‘mez.mo/ era falada como [‘mefmɔ].

Nos estudos em Buriti, esse fenômeno também é recorrente nas falas dos ribeirinhos, e as ocorrências são semelhantes, embora com algumas ressalvas, serão expostas no corpo deste artigo. Na próxima seção apresentaremos os procedimentos metodológicos para realização deste estudo.

## **Metodologia**

A seguir será apresentado a amostra coletada, considerando fatores sociais e linguísticos, além de expor as variáveis dependentes e independentes. A amostra de fala usada neste estudo foi composta por informantes nascidos em Buriti, que não se afastaram da cidade até os 17 anos e foram distribuídos igualmente nos seguintes fatores etários: i) faixa etária dos informantes entre 15 a 49 anos; sexo: masculino e feminino; escolaridade: ensino fundamental e ensino médio. Para a realização, foram realizadas entrevistas sociolinguísticas com 32 informantes que durante a análise, foram distribuídos conforme quadro abaixo.

**Quadro 1** - Apresentação do perfil dos informantes nas comunidades de Mocaminho e Santa Fé.

Sexo	Escolaridade		Faixa etária		Comunidade		Total
	Fundamental	Médio	15 a 24	25 a 49	Mocaminho	Santa Fé	
Homem	2	2	2	2	8	8	16
Mulher	2	2	2	2	8	8	16
Total	4	4	4	4	16	16	32

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

A obtenção dos dados destinados à composição do corpus ocorreu nas comunidades de Mocambinho e Santa Fé. Esse processo envolveu a formulação de um questionário sociolinguístico, o qual as particularidades dos habitantes ribeirinhos e a sua localização geográfica emergiram como elementos cruciais. Esses fatores desempenharam um papel determinante na constituição do corpus, fornecendo uma base rica e contextualizada para a análise linguística realizada.

Visando uma otimização eficaz, esta etapa da pesquisa se delineou com a construção do corpus e a análise linguística das variáveis específicas. Isso abarcou a investigação das seguintes características: a) a posição na palavra, analisando o início, meio e final; b) a posição da sílaba, considerando o ataque e coda; c) o segmento seguinte, diferenciando entre vozeado e não vozeado; d) a presença das consoantes s, v, z, ʒ. Simultaneamente, foi dedicada atenção à variável dependente, ou seja, à ausência ou presença do fenômeno nas fricativas anteriores, consolidando assim uma abordagem abrangente e detalhada no exame linguístico.

No tocante à seleção dos participantes, adotamos os seguintes critérios:

- a) Ser falante do Português brasileiro;
- b) Ter nascido na comunidade e ser descendente de pais também originários da mesma comunidade;
- c) Não ter residido fora da comunidade durante a adolescência (período crucial para a aquisição do vernáculo);
- d) Pertencer à categoria de estudante, trabalhador(a) rural, pescador ou ser filho de pescadores, uma vez que o foco da pesquisa está voltado para os ribeirinhos. Esses critérios foram adotados visando garantir uma amostragem representativa e alinhada aos objetivos específicos do estudo.

Considerando os objetivos da pesquisa, adotamos o método indutivo, quali-quantitativo e empírico, tendo em vista a realização de um estudo que nos permita investigar as possibilidades de uso dos corpus de fala dos povoados ribeirinhos analisados, em diferentes contextos. Em seguida, observamos detalhadamente a ficha social, o questionário sociolinguístico, cujo objetivo foi estabelecer, durante as gravações, um tom de espontaneidade e que não influenciasse na monitoração da fala dos participantes, esta ordem de critérios foram fundamentais para análise das ocorrências, assim como a observação dos áudios de cada participante. Após a realização das transcrições fonéticas das gravações de áudio, a última etapa da nossa pesquisa consiste em uma análise minuciosa dos dados, a qual foi realizada a análise dos dados da pesquisa por meio do programa Jamovi para obtenção de dados que possam atestar a tese inicial da nossa pesquisa, conforme será exposto no próximo capítulo.

## **Análise dos dados e resultados**

Rodrigues e Carvalho (2024) realizaram uma análise qualitativa do fenômeno da glotalização em um artigo recente. Após a tabulação dos dados, constataram que a expressão ‘a gente’ [a. 'zẽ.tʃI] foi aquela na qual a glotalização mais se destacou em contextos linguísticos. Nesses casos, a fricativa alveopalatal se manifesta acompanhada de um segmento nasal, sendo pronunciada como [a. 'hẽ.tʃI], situada em posição de ataque silábico. Esses resultados corroboram as observações de Oliveira e Barbosa (2021) em sua análise sobre esse fenômeno em Alagoas. Eles identificaram palavras semelhantes frequentes na fala dos informantes tanto do estado de Alagoas, quanto do estado do Maranhão, como é o caso de “as e gente”. Contudo, cabe ressaltar que a análise de Oliveira e Barbosa (2021) focou nas falas relacionadas aos processos fonológicos vinculados ao fenômeno da consoante nasal.

Retornando à discussão apresentada por Costa e Carvalho (2024), destaca-se que ao compararmos os resultados da pesquisa e a elaboração da tabela de contingência, foi constatado que, em ambas comunidades, emerge o fenômeno da glotalização das fricativas anteriores. Destaca-se também que, na comunidade de Mocambinho, os testes realizados demonstraram uma significância na posição da sílaba na forma de ataque, como na palavra [a. 'zẽ.tʃI] -> [a. 'hẽ.tʃI], em comparação com as ocorrências em Santa Fé, com um valor de  $p < 0,01$ .

Diante desses dados, surge a seguinte indagação: será que a frequência de uso dessa palavra é um fator relevante para a pesquisa? A resposta a essa pergunta começa a se esboçar à medida que os dados gerados pelo teste do qui-quadrado são analisados e comparados com os resultados obtidos em outros estudos. Para uma observação mais aprofundada desse fenômeno, apresentamos a tabela de contingência da variável do fenômeno nas localidades de Mocambinho e Santa Fé na posição de sílaba: ataque e coda.

Após análise das gravações, o fenômeno da glotalização foi verificado nas diferentes fricativas, como: *os, mais, mesmo, vamos embora, mas não, mais ou menos, mais eu, já, gente*. Observou-se que na palavra “a gente” ocorreram 114 ocorrências, obtendo cerca de 39,7%, sendo a palavra com maior frequência de uso, independente de ser glotalizada ou não. É importante destacar que todas as ocorrências foram analisadas considerando além das palavras mencionadas, a presença das consoantes nos respectivos vocábulos, conforme a **tabela 1** a seguir.

**Tabela 1** - Tabela de contingência apresenta os valores referentes à realização da glotalização na posição na palavra.

Posição na palavra				
Fenômeno variável	Início	Meio	Final	Total
Ausência da fricativa glotal	17	72	19	108
Presença da fricativa glotal	29	126	25	180
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>198</b>	<b>44</b>	<b>288</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

A posição da sílaba na palavra foi analisada, conforme mostram os dados apresentados tanto na **tabela 1** quanto no gráfico 1. Por meio deles, é possível observar que quando o fenômeno ocorre no início, possui uma frequência de 63%, enquanto quando encontrado no meio da palavra, essa frequência aumenta para cerca de 64%. Essa pequena discrepância nos percentuais pode sugerir que na fala dos informantes, as palavras mais utilizadas tendem a realizar a fricativa glotal. Como exemplos, destacam-se palavras como “mais”, “a gente” e “mesmo”.

**Gráfico 1** - Apresentação dos valores percentuais referente à realização da glotalização na posição na palavra.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Como vemos nos dados acima, a amostra de fala dos ribeirinhos, em relação à posição na palavra, não apresenta uma diferença significativa, conforme indicado com o p-valor maior que de 0,05.

Na **tabela 2**, mostramos as informações sobre a realização da glotalização em relação à posição na sílaba, nota-se por meio do valor de  $p < 001$  para a presença do fenômeno na



posição de palavras no meio e como já exposto no corpo deste texto, as palavras em forma de ataque interno e coda medial, certamente favorecem a realização da fricativa glotal.

**Tabela 1** - Tabela de contingência apresenta os valores referentes à realização da glotalização em posição de sílaba.

Posição na palavra			
Fenômeno variável	Ataque	Coda	Total
Ausência da fricativa glotal	70	38	108
Presença da fricativa glotal	91	89	180
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>127</b>	<b>288</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Na amostra, quanto à posição da sílaba, 70% do fenômeno ocorre em coda e 57% em forma de ataque. Essa informação está visível na tabela de contingência. A proximidade dos resultados obtidos na posição em relação ao início e ao meio de palavras teve diferenças não-significativas, mas que refletem a nossa hipótese base, de que a posição da sílaba e da palavra são muito semelhantes e podem favorecer a realização das fricativas em coda e em ataque. Citamos como exemplo as palavras: [fium.bo.ra];[a.'fiẽ.tʃI];[‘mefi.mo].

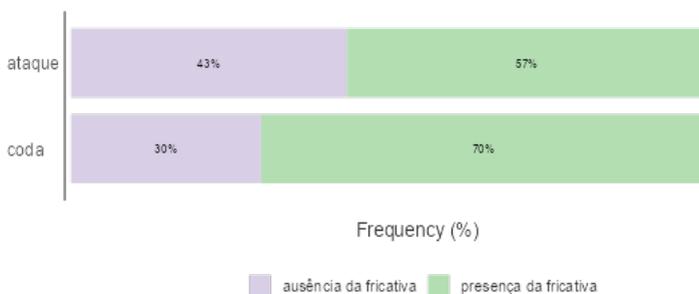
**Gráfico 2** - Apresentação dos valores percentuais referente à realização da glotalização na posição na sílaba.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

Na tabela 3, é demonstrado que cerca de 54,5% das palavras expressam o fenômeno da glotalização quando o segmento seguinte é vozeado, conforme mostra a **tabela 3**. Os dados apresentaram valores do fenômeno relacionado ao vozeamento, tanto segmentos de realização da glotalização quanto na ausência desse fenômeno. Observa-se uma relevância no contexto

ausência/presença "h e h"

fenomeno das fricativas



do segmento seguinte para os sons vozeados, tanto na manutenção das consoantes supramencionadas quanto nas ocorrências do fenômeno glotal na fala dos informantes.

**Tabela 3** - Frequências de ausência/presença “ h e fi” no segmento seguinte.

Fenômeno variável	Segmento seguinte	Contagens	% do Total	% acumulada
Ausência da fricativa glotal	Desvozeado	21	7.3 %	7.3 %
	Vozeado	87	30.2 %	37.5 %
Presença da fricativa glotal	Desvozeado	23	8.0 %	45.5 %
	Vozeado	157	54.5 %	100.0 %

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

Tal fenômeno é recorrente na fala de nossos informantes em momentos de uso não monitorado da fala, ou seja, de forma espontânea; ao passo que no início da entrevista nem sempre era verificado o fenômeno. Isso ocorria depois dos cinco minutos de gravação, no momento em que iniciavam as narrativas de sua trajetória de trabalho e atividades na comunidade. E especialmente, em palavras que havia o uso das consoantes /s/, /v/, /z/ e /ʒ/. A consoante que apresentou uma diferença das demais foi a /z/, na ordem de frequências; a consoante /ʒ/ e com discreta relevância, o /s/ e /v/.

Para compreendermos adequadamente o fenômeno da glotalização, é imprescindível destacar o papel das consoantes, uma vez que elas se fazem presentes de maneira significativa, especialmente nas palavras utilizadas com maior frequência pelos informantes. Notavelmente, a consoante /ʒ/ se destaca com maior frequência nos dados da Tabela 4, representando 21,2% do total, enquanto a consoante /z/ surge logo em seguida, com uma pequena diferença, alcançando uma proporção de 17,7%.

Na oportunidade, foi possível verificar uma possível associação de variáveis de qualitativas nominais por meio do teste qui-quadrado, conforme **tabela 4** de contingência apresentada acima. É possível afirmar que há uma significância sobre a presença da fricativa glotal em Santa Fé, que apresentou um valor de  $p < 001$ , resultando em um valor significativo em função do povoado Mocambinho e Santa Fé.

**Tabela 4:** Frequências de ausência/presença “ h e f̃”/Consoantes

Ausência/ presença “ h e f̃”	Con- soante	Conta- gens	% do Total	% acu- mulada
ausência da fricativa	s	27	9.4%	9.4%
	v	15	5.2%	14.6%
	z	13	4.5%	19.1%
	ʒ	53	18.4%	37.5%
presença da fricativa	s	38	13.2%	50.7%
	v	30	10.4%	61.1%
	z	51	17.7%	78.8%
	ʒ	61	21.2%	100.0%

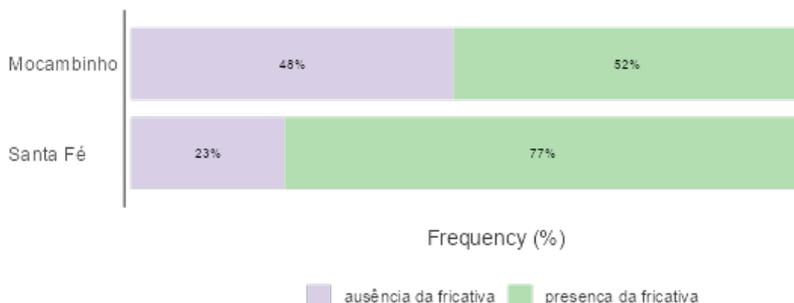
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

O **gráfico 3** apresenta a análise linguística da fricativa glotal nas comunidades. As informações apresentadas nos dados mostram que a maior relevância do fenômeno ocorre em Santa Fé, com um percentual de 77%. Diferentemente dos dados analisados no segundo povoado, Mocambinho. Nessa comunidade, constata-se que a presença deste fenômeno, no entanto, existe uma menor incidência percentual de cerca de 52%. Pode-se afirmar que nessas comunidades já ocorre mudança linguística em curso e que rejeitamos a hipótese de que as pessoas não falem “a [ʒ] ente” e sim [a.ʔiẽ.tʃI], pois foram comprovados que houve significância.

**Gráfico 3** - Apresenta os resultados obtidos em percentuais nas comunidades de Mocambinho e Santa Fé.

ausência/presença " h e f̃"

*fenomeno das fricativas*



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

A resposta que encontramos nessa mesma ordem diz respeito à variável localidade ou a variável escolaridade, o sexo, idade. O artigo de OLIVEIRA e BARBOSA (2021) descreve o fato dos informantes não residirem na zona urbana e sim, nas interioranas, e serem do sexo masculino constituem fatores que contribuem para realização da fricativa glotal. Outro resultado foi mostrado por Rodrigues; Araújo; Pereira (2018) os quais apontam que, por não terem o nível de escolaridade (0 a 4 anos), esse fator pode levá-los a realizar a troca de algumas fricativas anteriores pela fricativa posterior. O que em nossas análises, inicialmente, demonstram o contrário, vejamos a tabela do fator escolaridade nessa pesquisa.

## **Considerações finais**

Este presente estudo tem como objetivo principal analisar e descrever sociolinguisticamente o fenômeno da glotalização na fala dos ribeirinhos de Buriti, Maranhão, fundamentando-se teórica e metodologicamente na Sociolinguística Variacionista. Apesar de reconhecermos que ainda há muito a ser explorado nesses temas, afirmamos que alcançamos os objetivos propostos pela pesquisa. Ao analisar os resultados, observamos que a glotalização de /s/, /z/, /v/ e /ʒ/ apresentou variações significativas, com destaque para a utilização de /ʒ/ em algumas palavras no início e meio. Durante a coleta de dados, identificamos possíveis influências sociais e teóricas no fenômeno, destacando a importância da Teoria de Exemplos como uma linha promissora para investigações futuras.

Ao analisar o corpus composto por entrevistas sociolinguísticas, pudemos identificar fatores linguísticos, como posição silábica, que contribuem para a ocorrência da glotalização nos povoados de Mocaminho e Santa Fé. Embora nosso estudo proporcione uma visão inicial desse fenômeno no estado, especialmente nessas localidades, reconhecemos que há espaço para aprofundamentos futuros, incluindo uma investigação mais detalhada da Teoria de Exemplos.

Este trabalho contribui não apenas para o enriquecimento da Sociolinguística no Brasil, no Nordeste e no Maranhão, mas também para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos linguísticos em comunidades tradicionais. A glotalização de /s/, /z/, /v/ e /ʒ/ merece uma investigação mais aprofundada, tanto em termos de pronúncia quanto de ocorrências em diferentes contextos linguísticos e sociais.

Os resultados deste estudo destacam a importância dos sons de fricativa, alveopalatal, labiodental, alveolar e glotal na fala dos ribeirinhos de Buriti, Maranhão, oferecendo tanto dados quantitativos, quanto qualitativos por meio da análise dos softwares Praat e Jamovi. A Sociolinguística desempenha um papel crucial na compreensão das variáveis linguísticas e sociais abordadas neste estudo, ao lado da Fonética e da Fonologia.

No que diz respeito aos fatores extralinguísticos, como a localidade dos informantes, observou-se que eles exercem influência sobre o comportamento variável das consoantes mencionadas. A partir destes resultados, podemos concluir que na amostra de fala dos ribeirinhos em estudo, a realização da fricativa /ʒ/ no meio da sílaba destacou-se, confirmando nossa hipótese de que o fenômeno variável é devidamente influenciado por fatores linguísticos e sociais. Essa constatação contribui para uma compreensão mais abrangente da dinâmica linguística nas comunidades pesquisadas.

Assim, este estudo não apenas contribui para o entendimento da dinâmica da fricativa glotal nas fricativas anteriores, mas também ressalta a necessidade de considerar a interseção entre fatores linguísticos e sociais para uma análise mais abrangente e precisa desses fenômenos na comunidade dos ribeirinhos.

## Referências

CÂMARA Jr., M.. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

HORA, D. da. Fricativas coronais: análise variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Viveiro de Castro Editora Ltda., 2003.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, E. V. de M.; BARBOSA, J. W. A influência da nasalização na posteriorização de fricativas vozeadas no dialeto alagoano. **Signos**, v.42, n 2, p. 178-195. Lajedo, 2021. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/2944/1873>. Acesso em: 10 mar 2023.

OLIVEIRA, E. V. de M.; SANTOS, M. T. R. dos. Variantes sociolinguísticas e a posteriorização das fricativas vozeadas em Alagoas. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 22, n. 1, p. 41-53, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v22i1p41-53>. Acesso em :10 mar. 2023.

PAIVA, M. da C. de. Mudança em tempo real. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI, C. J. de. Junior de (Orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo. Contexto: 2016.

PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística: observação no tempo real. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RODRIGUES, A. C., A. J.; CARVALHO, C. I. C.. (2024). A glotalização das fricativas anteriores na fala dos ribeirinhos no povoado Mocambinho em Buriti-MA . **Revista Diálogos**, 11(2), 143–161. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/15756>.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. [1968]. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006

## Análise sociolinguística do comportamento do pronome-sujeito

Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro  
Gilson Chicon Alves

**Introdução**

Os estudos relativos ao processo de preenchimento do sujeito pronominal ganharam notoriedade, no Brasil, a partir dos anos 1995, quando a linguista Eugênia Duarte percebeu, especificamente na língua falada, que os sujeitos pronominais vinham sendo cada vez mais realizados no português do Brasil. Segundo essa autora, o português brasileiro substituiu, progressivamente, o princípio gramatical “evite pronome” por “use o pronome” (Duarte, 1995).

Pautada nessa tese, Duarte (1995) defendeu que, diferentemente do que aponta a tradição gramatical, não havia obrigatoriedade de o falante preferir sempre o sujeito nulo. Na verdade, as construções linguísticas nas quais os pronomes retos não eram utilizados com função de sujeito passavam a ser significativamente mais raras.

Evidentemente, as pesquisas acerca do preenchimento do sujeito não se restringiram às investigações de Duarte (1995). Prova disso é que, em 1998, Jacqueline Botassini publicou a dissertação *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista*, na qual também defendeu que “o português contemporâneo do Brasil tem preenchido cada vez mais a casa do sujeito” (Botassini, 1998, p. 5).

Passados mais de vinte anos, com o objetivo geral de analisar o comportamento do pronome-sujeito, surgem-nos alguns questionamentos específicos: as pesquisas linguísticas acerca desse fenômeno linguístico têm sido observadas pela tradição gramatical? A gramática normativa continua a conceber o preenchimento do sujeito como algo a ser evitado?

É, pois, devido a tais questionamentos teóricos que propomos este estudo. Dessa forma, será possível responder, sociolinguisticamente, às indagações feitas no que se refere ao preenchimento do sujeito pronominal e sua aceitação, ou não, pela tradição gramatical, assumindo, para tanto, os direcionamentos da Sociolinguística Quantitativa (Labov, 1966).

Dessa forma, conseguiremos fornecer, diante do fenômeno estudado, maior viabilidade no entendimento das conceitualizações acerca dos processos de utilização dos pronomes na função de sujeito. Com

isso, este trabalho pode também, por meio de seus direcionamentos, proporcionar ao professor de língua materna a possibilidade de ampliar suas abordagens em relação às construções de pronome-sujeito, na medida em que nos distanciamos das perspectivas que limitam tal mecanismo sintático à mera noção de um recurso linguístico a ser evitado pelos falantes.

## **Sociolinguística variacionista: um aparato metodológico necessário**

Introdutoriamente, esclarecemos que, nesta pesquisa, distanciamos-nos da concepção reducionista segundo a qual o preenchimento do sujeito por meio de pronomes é um fenômeno linguístico a ser evitado. E assim nos posicionamos porquanto, diferentemente das análises majoritariamente realizadas com base nos compêndios gramaticais de perspectiva normativa, entendemos que os fenômenos linguísticos são, conforme afirma Othero (2017), perpassados pelo processo de variação.

É por conta disso que carecemos, nesta pesquisa, da Sociolinguística Variacionista como base para os processos analíticos a serem posteriormente realizados. Esta breve seção, portanto, visa apresentar uma introdução acerca da Sociolinguística, evidenciando, sobretudo, suas principais contribuições à nossa pesquisa.

Em primeira análise, convém entender que:

A sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. A sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística (Cezario; Votre, 2018, p. 141).

Evidentemente, os direcionamentos anteriores nos projetam diversos aspectos pertinentes. O primeiro deles, sem dúvidas, é a inclusão do social em se tratando das análises linguísticas. Isso porque, com o advento da Sociolinguística, a língua deixou de ser estudada como uma estrutura autônoma, tal como fora feito pelo mestre genebrino, Ferdinand Saussure, em 1916. Distanciando-se dessa perspectiva, em 1960, os estudos de William Labov passaram a buscar entender quais eram os fatores que perpassavam o processo de variação linguística, e os aspectos sociais, nesses casos, foram observados como um fator intrínseco, e não como meros fatores a serem descartados.

Por conseguinte, nessa teoria, todos os fenômenos linguísticos são considerados motivados linguisticamente e extralinguisticamente, não havendo, conseqüentemente, espaço para classificações que reduzem determinadas construções à noção simplista de erro. Ao contrário, na Sociolinguística Variacionista, há uma busca por entender quais são os fatores que determinam a realização, ou não, de determinada ocorrência linguística.

Se recorrêssemos a um exemplo de investigação amparada pela Sociolinguística Variacionista a fim de esclarecermos, de modo mais inteligível, a citação de Cezario e Votre (2018), poderíamos citar a pesquisa de Eunice Pontes (1987), intitulada *O tópico no português do Brasil*. Em suas investigações, Pontes (1987) percebeu que, de acordo com a gramática normativa, as construções topicalizadas do sujeito eram caracterizadas como um erro a ser evitado. Vejamos, por exemplo, o que defende Bechara (2019, p. 52) a respeito dos processos de topicalização do sujeito:

Por fim, evite um cacoete de expressão que se propaga principalmente na língua falada: a repetição do sujeito por meio dos pronomes *ele, eles, ela, elas*. Exemplo: O vizinho, *ele* não aceita mais desculpas. (E sim: *O vizinho não aceita mais desculpas.*) A pátria, *ela* precisa de seus filhos. (E sim: *A pátria precisa de seus filhos.*) Os erros, *eles* nos aprisionam para sempre. (E sim: *Os erros nos aprisionam para sempre.*)

Para a perspectiva tradicional, então, seria inviável, em qualquer que fosse o contexto no qual o falante estivesse inserido, uma construção como: *os alunos, eles já chegaram*. E a justificativa para essa afirmação seria que o deslocamento do sujeito à esquerda e a sua retomada anafórica por meio de um pronome reto caracterizaria um impróprio anacoluto. Ora, diante de tais afirmações defendidas pela gramática tradicional, Pontes (1987) desenvolveu, com base na Sociolinguística Variacionista, uma análise rigorosamente científica. Investigando a língua falada, a autora percebeu que o fenômeno de topicalização do sujeito era, diferentemente do que aponta a gramática normativa, motivado linguisticamente e extralinguisticamente.

Isso porque concluiu, em suas análises, que a extensão do sujeito, os traços de animacidade, a idade e o sexo do falante influenciavam diretamente no processo de topicalização. Com base nesses fatores, ela concluiu que os sujeitos longos, mais determinados, definidos e animados tendem a ser topicalizados pelos falantes cultos em situação de maior monitoramento linguístico.

Ora, é justamente por nos basearmos em análises como essa que recorremos à Sociolinguística Variacionista como teoria norteadora em

nossas abordagens. Tal com procedeu Pontes (1987), observaremos, nesses casos, variantes e variáveis envolvidas no fenômeno linguístico por nós estudado.

Sobre tais conceitualizações, poderíamos conceber, conforme defendem Cezario e Votre (2018), que o termo variante é utilizado para designar a ocorrência de mais de uma forma linguística sem que haja mudança de significado, e o conjunto formado pela junção de variações, por sua vez, projeta o conceito de variável linguística. Assim sendo, em nosso processo analítico, conforme fora delimitado, pretendemos observar duas possibilidades: *o sujeito preenchido por pronome* × *o sujeito nulo* e sua respectiva aceitação/rejeição pela gramática normativa. Há, nesse caso, o processo de variação, fato que nos direciona, portanto, a uma abordagem variacionista.

Estabelecidos esses direcionamentos, parece-nos pertinente, já que tratamos do preenchimento do sujeito por meio de pronomes, tecer algumas considerações a respeito dessa classe gramatical, tais como: o que são pronomes? Como as gramáticas tradicionais têm conceituado essa classe gramatical? O que dizem as pesquisas mais atuais a respeito dos pronomes? A conceituação de pronomes estabelecida na gramática normativa atende à complexidade dessa classe gramatical? Responder a esses questionamentos constitui-se como objetivo central e basilar das próximas seções, as quais serão essenciais ao entendimento das nomenclaturas a serem utilizadas em nosso proceder analítico.

Entretanto, as perguntas elencadas anteriormente já esclarecem que nossa abordagem relativa aos pronomes será pautada sob uma perspectiva crítica, a qual partirá da conceituação já existente nas gramáticas tradicionais para, só após, ampliá-la com base em autores como Bagno (2012), Monteiro (2002), entre outros. Procedendo dessa maneira, teremos a possibilidade de estabelecer o conceito de pronome a que recorreremos nesta pesquisa e, para além disso, ampliarmos as abordagens existentes sobre essa classe gramatical.

## **O preenchimento do sujeito pronominal na perspectiva sociolinguística**

Ao se dedicar ao estudo da elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná, Jacqueline Botassini (1998) defendeu que os pronomes retos eram cada vez mais utilizados na posição de sujeito, especialmente na língua falada. Todavia, ao assim afirmar, a autora alertou que a tradição gramatical, à época, não reconhecia essa perspectiva teórica e assegurava que “a explicitação do pronome só ocorre por motivos como dar ênfase, evitar ambiguidades, opor às pessoas gramaticais” (Botassini, 1998, p. 3). Tal como Botassini, Duarte (1995) não aderiu a concepção normativa segundo a qual, no português brasileiro, ainda

era predominante a opção de os falantes, sobretudo os cultos, evitarem preencher a função do sujeito utilizando, para isso, um pronome reto.

E assim procederam tais autoras tendo em vista que perceberam que o processo de preenchimento do sujeito pronominal é motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos, e não um processo a ser evitado. Isso porque, diante desse fenômeno, há diversos fatores que não são contemplados pela gramática tradicional. Portanto, abordar, sob a perspectiva sociolinguística, o uso de pronomes retos desempenhando a função de sujeito constitui-se o objetivo a que se propõe essa seção.

Em primeiro lugar, é pertinente que possamos visualizar o modo como as pesquisas sociolinguísticas confrontaram as imposições da gramática tradicional e quais foram os critérios utilizados em tais análises. Para tanto, examinemos, inicialmente, os apontamentos de Duarte (1995), autora que iniciou no Brasil os primeiros estudos relativos ao preenchimento do sujeito pronominal por meio de pronomes retos.

Essa estudiosa, portanto, recorreu como *corpus* a gravações de treze informantes cariocas, todos esses com formação universitária. Tais gravações foram feitas no ano de 1992 e distribuíam os informantes em três faixas etárias: de 25 a 32 anos, de 45 a 53 e de 59 a 74 anos (Duarte, 1995). Desse modo, a autora teve a possibilidade de observar, durante suas investigações, a perspectiva do tempo aparente, postulada por Labov (1966). Os informantes, por sua vez, foram distribuídos em grupos formados por dois integrantes do sexo masculino e dois do sexo feminino.

Ora, se retornarmos aos conceitos postulados, veremos que a autora selecionou aquilo que conceituamos como falantes cultos. Isso porque os informantes que integram a pesquisa de Duarte (1995) são falantes da zona urbana e, sobretudo, com nível superior completo. Seguindo a autora, a escolha desse *corpus* se deu pelo fato de que:

o quadro que se puder desenhar a partir da fala de informantes com nível alto de escolaridade, usuários da norma culta em suas modalidades oral e escrita e leitores habituais, será bastante revelador do estágio em que se encontra o processo de mudança estudado. Como o uso ou omissão do pronome sujeito, nesses casos, não está associado a qualquer estigma, espero que os resultados espelhem, de fato, a real situação da variável (Duarte, 1995, p. 35).

Nesse sentido, com a citação exposta acima, é perceptível que o critério utilizado pela autora proporcionará, de fato, uma visualização nítida no que se refere ao modo como os falantes cultos estão agindo linguisticamente em se tratando do fenômeno de preenchimento do sujeito pronominal. Isso porque os resultados serão advindos da língua falada, em situação monitorada.

Ainda no que se refere ao *corpus* ao qual recorreu Duarte (1995), cabe-nos mencionar que, além de analisar as gravações feitas com os treze informantes cariocas, a autora comparou tais resultados com outros obtidos por meio da análise de gravação de duas horas em um programa de rádio e, além disso, duas entrevistas veiculadas em programas de televisão. Segundo a autora:

Trata-se de entrevistas com profissionais de áreas diversas, além de políticos e funcionários da administração pública. Uma vez que os entrevistados desses programas, que têm, em geral, grau universitário, não são selecionados por lugar de origem e as entrevistas são transmitidas para todo o Brasil, a confirmação dos fatos observados na amostra de fala espontânea poderá permitir estender os resultados para além das fronteiras da cidade do Rio de Janeiro (Duarte, 1995, p. 36).

Ao recorrer às entrevistas de rádio e de televisão, a autora tem como objetivo não limitar seus resultados apenas ao Rio de Janeiro. As entrevistas, como afirmou a autora, abrangem todo o país. Por conseguinte, os resultados que serão gerados por meio do processo analítico de Duarte proporcionarão uma visão ampla do fenômeno de preenchimento do sujeito pronominal. Teremos, assim, a oportunidade de observar como os falantes estão preenchendo o sujeito não apenas no Rio de Janeiro, mas sim em todo o Brasil.

Nesse processo, é necessário mencionar que Duarte (1995) partiu de uma hipótese bem definida em relação à mudança, em língua portuguesa, do princípio “evite o pronome” para “use o pronome”. Para a autora, essa mudança ocorre gradativamente devido à mudança presente no paradigma flexional do português brasileiro:

As hipóteses que orientarão o levantamento dos fatores que possam condicionar a realização do sujeito pronominal em PB podem ser assim sintetizadas: A perda do Princípio “Evite Pronome” tem como causa última a redução do paradigma pronominal, com a conseqüente simplificação do paradigma flexional, a partir da perda, em quase todo o território nacional, da segunda pessoa “direta”, representada pelos pronomes tu e vós, e sua substituição pela segunda pessoa indireta”, que usa as formas verbais de terceira pessoa, como causa principal da perda do sujeito nulo; o paulatino desaparecimento do pronome nós, substituído pela expressão a gente, que usa igualmente a forma verbal de terceira pessoa do singular, só veio contribuir para que a mudança se acelerasse (Duarte, 1995, p. 32).

Com isso, percebemos que as conceituações defendidas em nossa pesquisa dialogam, também, com as ponderações elencadas, em 1995,

por Eugênia Duarte. Em continuidade, com a modificação do paradigma flexional, tal como defendeu anteriormente Duarte (1995), o português passou a ter um sistema mais deficiente para o sujeito nulo. Isso porque os pronomes *tu* e *vós* passaram a ser substituídos por *a gente* e *vocês*, preenchendo cada vez mais o sujeito. Com esse fato, portanto, notamos que o fenômeno de preenchimento do sujeito pronominal não pode ser restringido apenas a uma proibição normativa.

Na verdade, o uso do pronome é motivado, entre tantos fatores, por uma mudança observada em nosso quadro de conjugação. Dessa forma, com a alteração das segundas pessoas no português brasileiro, alterou-se também o uso dos pronomes retos, os quais passaram, conseqüentemente, a ser mais utilizados. Vemos, portanto, que estamos tratando de um fenômeno linguístico, assim como qualquer outro, plenamente motivado, tanto linguística quanto extralinguisticamente.

Esclarecido isso, observamos que outros fatores linguísticos, além dos já mencionados, também foram observados na pesquisa de Duarte (1995) como condicionantes do preenchimento do sujeito por meio de pronomes. Um deles, por exemplo, diz respeito às desinências verbais relacionadas às pessoas gramaticais, porquanto a autora observou que:

Se considerarmos o fato de que a desinência -mos está desaparecendo, que a desinência -o (ou -i) se limita a dois tempos verbais: o presente e o pretérito perfeito do indicativo, e que a desinência -m é frequentemente omitida nos registros mais informais, particularmente por falantes de baixa escolaridade, vê-se a sobrecarga sobre a desinência zero, negativamente marcada para número e pessoa. Estes fatores mostrarão a perda da força da flexão isoladamente (Duarte, 1995, p. 41).

Nesse sentido, partindo dessa concepção, a sobrecarga em relação à desinência zero geraria, portanto, a necessidade de marcarmos o sujeito, o que nos leva a utilizar o pronome para preencher essa função. Portanto, além dos fatores já mencionamos (sexo, idade, paradigma flexional), temos como outro critério motivador para o preenchimento do sujeito pronominal o quadro de desinências verbais do atual português brasileiro.

Outra observação feita pela autora foi a posição em que está localizado o sujeito:

Este é um fator de fundamental importância aos nossos propósitos. Vimos que nas línguas do tipo do italiano, estruturas subordinadas com sujeitos correferentes têm obrigatoriamente o segundo ou ambos os sujeitos nulos. O uso do pronome pleno de terceira pessoa numa estrutura desse tipo implicaria uma referência disjunta (Duarte, 1995, p. 43).

Nesse sentido, segundo a autora, é pertinente observar, por exemplo, se o sujeito preenchido ou omitido é o primeiro, o segundo, e assim sucessivamente, a fim de que se possa traçar um padrão relativo às posições mais preenchidas. Além disso, ainda no que se refere aos fatores observados por Duarte, é relevante mencionar que o traço *animacidade* também foi analisado nas ocorrências que constituíram o *corpus* da pesquisa. Isso porque a autora percebeu que a *animacidade* tinha influência em outros fenômenos linguísticos, a exemplo da omissão dos objetos diretos no português falado. Por conta disso, “o mesmo efeito este fator deverá ter com relação ao sujeito, ou seja, deverá constituir-se num contexto de resistência do sujeito nulo” (Duarte, 1995, p. 44).

Ora, se observarmos os fatores até agora mencionados, veremos que estamos nos referindo, prioritariamente, a fatores linguísticos. No entanto, a pesquisa de Duarte (1995), em seu processo analítico, também englobou fatores que ultrapassam a estrutura linguística, ou seja, os chamados fatores extralinguísticos.

Nesse processo, a autora observou a faixa etária e o sexo dos informantes que fizeram parte de sua pesquisa. Para análise desses dados, a Duarte (1995, p. 45) aponta que:

Os dados coletados serão codificados e submetidos aos programas da série VARBRUL, que apresentam valores percentuais e pesos relativos para cada um dos fatores dentro de seu grupo e de cada grupo em relação aos demais, elencando-os por ordem de sua significância para a realização da variável em estudo e rejeitando aqueles que não têm peso em tal realização (sobre os modelos matemáticos utilizados nos programas e sobre sua aplicação v. Naro (1992) e Scherre (1992) respectivamente).

Essa análise, portanto, permite à autora, por intermédio da comparação entre variáveis, traçar os perfis que, linguística e extralinguisticamente, favorecem, ou não, a utilização de um pronome reto com a finalidade de preencher a função sintática de sujeito. Assim, surge a possibilidade de limpamos, conforme diz Antunes (2014), o pó das ideias simples e reducionistas projetadas pela gramática normativa, a qual reduz o fenômeno por nós estudado apenas à mera noção de construção linguística a ser evitada.

Nesse sentido, o primeiro resultado observado por Duarte (1995) foi relativo ao grau de definição do sujeito. Em primeiro lugar, é necessário entender que foram computados um total de 1756 dados. Desse total, 1424 têm referência definida, sendo que apenas 415 apresentaram sujeito nulo, ao passo que 1009 marcaram o sujeito pronominal de forma plena:

Do total de 1.756 dados computados. 1.424 têm referência definida. Desses, 415 (29%) apresentam o sujeito nulo,

enquanto 1.009 (71 %), o sujeito pronominal pleno. Se se considera o fato de que coordenadas com sujeitos correferentes e casos de sujeito nulo ou pleno categóricos foram eliminados da amostra {cf. seção 2.3.3}, temos, de início, um percentual bastante expressivo da perda gradual do sujeito nulo. O interesse do trabalho não é, entretanto, se fixar em números por trás dos quais possa haver fatores de valor diverso, capazes de embaçar a visão e, conseqüentemente, uma razoável compreensão do fenômeno. Sabe-se que um processo de mudança não é uniforme nem tampouco rápido (Duarte, 1995, p. 47).

Ora, esse percentual, como afirmou a própria autora, já nos permite observar o primeiro fator que motiva o preenchimento do sujeito, a saber: a referência definida. Assim, podemos inicialmente pensar que, quanto maior a definitude, maior é a chance de o sujeito pronominal ser preenchido. A hipótese defendida inicialmente em nosso trabalho, então, começa a ser confirmada.

E assim afirmamos pelo fato de que nos rejeitamos a aceitar a visão defendida pela gramática tradicional há mais de vinte anos acerca do sujeito pronominal. Posicionamo-nos afirmando que o sujeito pronominal é preenchido não de modo arbitrário, e sim de modo motivado, tanto linguística quanto extralinguisticamente.

A afirmação feita por Duarte no que se refere à referência definida do sujeito nos fornece, então, o primeiro fator linguístico que influencia o preenchimento do sujeito pronominal. Prova disso é que, conforme afirmou Duarte (1995), houve uma prevalência de 71% dos dados analisados em relação à referência definida do sujeito.

Após observar esse fator, Duarte (1995) analisou a relação entre as pessoas gramaticais e os condicionantes sociais, no que se refere à faixa etária. Nesse processo, classificou as seguintes faixas etárias: faixa etária mais alta (Grupo 1: de 59 a 74 anos), o grupo intermediário (Grupo 2: entre 45 e 53 anos) e o grupo mais jovem (Grupo 3: entre 25 e 32 anos). Com isso, teve a possibilidade de observar, em primeiro lugar, que, “enquanto a fala masculina apresenta 34% de ocorrências de sujeitos nulos de referência definida, a das mulheres aparece com 25%” (Duarte, 1995, p. 50).

Além disso, a autora observou que um fator importante nesses resultados foi a substituição das segundas pessoas (tu/vós) pelas formas você/vocês. Isso porque essa mudança favoreceu, justamente, o preenchimento do sujeito pronominal nos casos observados. Ademais, dos três grupos observados, o grupo 3, ou seja, aqueles que têm idade entre 25 e 32 anos, apresentaram menor prevalência no preenchimento do sujeito pronominal. Isso porque, como evidenciou Duarte, esse grupo não preencheu 50% dos sujeitos pronominais na terceira pessoa, preferindo,

consequentemente, o sujeito nulo ao sujeito gramatical pronominalmente preenchido. É importante observar que esse grupo é aquele que apresenta a faixa etária mais jovem.

Por conseguinte, em se tratando da variável extralinguística relativa à faixa etária, podemos perceber que os falantes mais jovens tendem, nesse caso observado, a não preencher o sujeito por meio dos pronomes retos, sobretudo na terceira pessoa. Consequentemente, se a predominância de sujeitos preenchidos não está na faixa etária mais jovem, foi possível observar, conforme abordou Duarte (1995), que essa predominância foi encontrada na faixa etária relativa ao grupo 01 (de 59 a 74 anos).

O português, assim como tantas línguas, está passando por um processo inquestionável de mudança linguística em se tratando do preenchimento do sujeito pronominal. Contra isso não há, retomando as palavras de Bagno (2012), o que fazer. A mudança de que aqui tratamos ocorre progressiva e naturalmente por parte dos próprios falantes e, assim como qualquer fenômeno linguístico, apresenta motivações que vão desde os contextos linguísticos até aqueles que denominamos de extralinguísticos.

Evidenciar esses fatores motivantes foi, como traçamos, um objetivo basilar a essa seção. Com ela, percebemos quais são os fatores que estão relacionados ao preenchimento do sujeito pronominal. Além disso, foi possível perceber de que modo tais fatores influenciavam a realização do sujeito e o seu apagamento. Para além disso, cremos que o mais evidente desta seção é a percepção de que, se há tantas nuances que perpassam a mudança do princípio “evite o pronome” para “use o pronome”, torna-se cada vez mais inaceitável que, ainda no século XXI, a tradição gramatical, em seu purismo arbitrário, continue a limitar um fenômeno linguístico tão complexo a um mero caso a ser evitado.

Como vimos, a escolha por um sujeito preenchido envolve uma gama complexa de fatores linguísticos e extralinguísticos. Não é possível que, comprovado isso por tantas pesquisas realizadas desde os anos noventa, gramáticas de 2015, como a de Evanildo Bechara, ainda mostrem aos seus leitores que o pronome com função de sujeito apenas deve ser utilizado caso haja uma extrema necessidade por parte do falante, como os casos de ênfase ou aqueles nos quais o pronome reto é útil para desfazer uma ambiguidade sintática ou semântica. Consideramos, pois, absurda a inobservância dos estudos linguísticos acerca desse fenômeno. Ao manter esse ditame purista, a tradição normativa relega, por exemplo, trabalhos como os de Duarte (1995), Nunes (2000) e tantos outros, revelando a manutenção do seu negacionismo linguístico.

## **Considerações finais**

Com base nisso, nosso trabalho apresenta-se como uma contribuição à luta contra o negacionismo linguístico oriundo da gramática tradicional, sobretudo no que se refere à mudança do princípio “evite o pronome” para “use o pronome”. Com ele, conseguimos cumprir os objetivos delineados introdutoriamente. Quanto ao objetivo geral, vimos que, em se tratando do comportamento do pronome-sujeito, as pesquisas sociolinguísticas têm demonstrado que, além de ser motivado, é consensual que a utilização do pronome-sujeito é regra em língua portuguesa, e não exceção.

Já em relação aos objetivos específicos, percebemos que a gramática tradicional continua a relegar o uso do pronome-sujeito, não observando a evolução advinda de mais de vinte anos de pesquisas desenvolvidas por autoras como Duarte (1995), Nunes (2000), entre outros. Consequentemente, ao assim proceder, despreza os avanços da ciência da linguagem, abrindo portas para a perpetuação de mitos gramaticais advindos de uma visão reduzida dos fenômenos linguísticos.

Por tudo isso, podemos tecer os direcionamentos finais deste trabalho. Com ele, alvitramos fornecer não só o redimensionamento conceitual em relação ao fenômeno de preenchimento do sujeito pronominal, mas também lutar contra o negacionismo linguístico que ainda assola o fenômeno aqui estudado, tendo como base que a manutenção de pesquisas a respeito do uso do pronome-sujeito é a forma mais eficaz de rompermos com as visões anticientíficas que ainda existem nessa temática.

Esperamos, com esta pesquisa, suscitar o desenvolvimento de outros trabalhos que, aliados a este e aos já existentes, contribuam para divulgar o real comportamento do pronome-sujeito no português brasileiro, a fim de que se torne a cada dia mais evidente que nossa língua, em se tratando do comportamento do pronome-sujeito, não se adequa às projeções feitas na gramática normativa. Por esses fatores mencionados, cumprem-se, então, os objetivos deste trabalho.

## **Referências**

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, M.. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BECHARA, E.. **Bechara para concursos**: enem, vestibular e todo tipo de prova de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOTASSINI, J. O. M.. **A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista.** 1998. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S.. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E.. **Manual de linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 9. p. 141-156.

DUARTE, M. E. L.. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.** 1995. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LABOV, W.. **Padrões sociolinguísticos.** Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 1966.

PONTES, E.. **O tópico no português do Brasil.** Campinas: Pontes, 1987.

MONTEIRO, J. L.. **Morfologia portuguesa.** 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

NUNES, V. F. L.. **Preenchimento do sujeito pronominal na fala da comunidade de João Pessoa.** 2000. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

OTHERO, G. Á.. **Mitos de linguagem.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

A sociolinguística na prova de linguagens do Enem: uma análise da abordagem da variação linguística

Carlos Matheus da Silva Meneses  
Gilson Chicon Alves

## Introdução

Os estudos sobre a linguagem tomaram proporções diferenciadas nas últimas décadas e passaram por avanços significativos. Isso porque as ciências que investigam a linguagem começaram a aceitar entendimentos e pressupostos que até então eram incompreendidos, como os aspectos sociais que estão envolvidos da linguagem e a influenciam diretamente. O que se aceitava nos estudos da linguagem era somente o que fosse ao encontro de explicações gramaticais, e se alguma ideia discordasse disso, acabava não sendo aceita. Em meio a esse contexto, surge a Sociolinguística, uma área de estudos que aborda as relações entre a linguagem e a sociedade. Essa ramificação da linguística traz reflexões sobre a utilização da linguagem em seu real contexto de uso.

Começa-se a refletir sobre as particularidades das comunidades de falantes para assim admitir que a língua falada por determinada comunidade terá diferenças com a língua de outra. Compreende-se ainda que os aspectos como idade, sexo, classe social e localização geográfica, influenciam diretamente no dialeto dos falantes.

Devido à relevância dos estudos abordados pela Sociolinguística, essa área tem, à medida do possível, conquistado espaço, mesmo que a duras penas. Nos livros didáticos ligados à educação básica, o tratamento da variação ainda não é o ideal, entretanto, já se tem uma conquista pela presença em si da temática. Isso também tem acontecido em certames, como concursos públicos, por exemplo, os quais trazem questões relacionadas às variações linguísticas. Ademais, observa-se o ENEM, que traz em sua composição, na prova de linguagens, questões em que são abordados os pressupostos da Sociolinguística.

Em todos os casos supracitados, percebe-se a Sociolinguística cada vez mais presente nas situações sociais, seja no ensino fundamental, quando o aluno tem acesso aos livros didáticos, no ensino médio, ao fazer a prova do Enem, ou mais adiante, quando precisar prestar concurso público. Isso mostra que esse campo de estudos é cabível de ser notado cientificamente como área de pesquisa e necessita de atenção.

Nesta perspectiva, este trabalho trata de uma pesquisa que traz como temática geral: A Sociolinguística e seus desdobramentos na prova

de linguagens do ENEM: uma análise da abordagem da variação linguística dentre os anos de 2017 a 2019. Sob esse viés, a questão problema que motivou a investigação é: de que forma a prova de linguagens do ENEM aborda a perspectiva da sociolinguística?

A presente proposta de pesquisa torna-se relevante cientificamente para os estudos da linguagem, posto que, o Enem, no Brasil, é um instrumento de avaliação deveras importante, tendo em vista que, por meio dele, o ensino médio é avaliado, como também é por ele que os estudantes podem ingressar no ensino superior, usando suas notas em programas como Sisu, Prouni e Fies. Sabendo disso e aproveitando-se da teoria da Sociolinguística, subárea da linguística, esta investigação vai buscar uma compreensão sobre como os elementos sociolinguísticos são abordados na prova de linguagens do Enem, contribuindo assim, com essa grandiosa área de estudos da linguagem, que considera os aspectos sociais em suas postulações linguísticas.

Dentro desse contexto, o objetivo geral é centrado em analisar como a prova de linguagens do Enem aborda as noções de variação linguística. A investigação proposta aqui estruturou-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, sequenciada por pesquisa documental e finalizada por uma análise descritiva dos resultados obtidos.

## **Sobre a Sociolinguística**

A língua falada em sua condição real de uso é o objeto de estudo da Sociolinguística. Coelho *et al.* (2015, p. 22) destacam que:

Para entendermos a perspectiva da Sociolinguística sobre a língua, é necessário abandonar alguns (prê)conceitos e aprender a ver a língua não como uma estrutura pronta, estanque e imutável, mas como uma estrutura que aceita variações, que não se concretiza sempre da mesma forma.

Esse campo de estudo irá desenvolver suas investigações com o fim de esclarecer as variedades encontradas na linguagem das pessoas. Para isso, utilizará a conjuntura social na qual o sujeito está inserido para justificar tais variações. Nessa conjuntura social, consideram-se fatores como: idade, sexo, contexto social, classe social, localização geográfica etc. Para Pagotto (2006, p. 52): “Metodologicamente, o que se faz em sociolinguística é buscar lugares de intersecção entre o mundo social e a dimensão linguística. Estas intersecções podem ser definidas a partir do funcionamento social ou a partir do funcionamento linguístico”.

Sendo assim, analisa-se a fala dos sujeitos, considerando as circunstâncias nas quais eles estão envolvidos. Por isso, construções linguísticas como “nós vamo sai hoje” e “os menino caiu”, podem ser perfeitamente explicadas através de uma investigação sociolinguística.

Tal apreciação esclarece através dos pressupostos sociolinguísticos os porquês de se falar desse modo. Segundo Alkmin (2001, p. 31):

Podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade linguística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos.

Tendo a língua falada (mais particularmente o vernáculo contido nessa língua falada) como principal objeto de estudo, a sociolinguística percebe diferenças nas várias formas de expressão existentes dentro de comunidades linguísticas, e por isso, decide “investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos” (Mollica e Braga, 2004, p. 11).

## **Exame nacional do ensino médio – enem: compreendendo a prova do enem**

A Portaria do MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, institui o Exame Nacional do Ensino Médio. A prova do Enem é voltada, prioritariamente, para egressos e concluintes do ensino médio, entretanto, os estudantes de primeiro e segundo ano também podem fazer a prova, na condição de “treineiros”.

Dessa forma, aborda-se que a prova nasce da necessidade de compreender os mecanismos de aprendizagem presentes no ensino médio, baseando-se nos resultados para buscar melhorias para a grade do ensino médio. Além disso, o Enem surge como porta de acesso às universidades de todo o país, tendo em vista que, realizando a prova, o aluno pode concorrer a uma vaga na graduação que almeja para si.

Nesse sentido, compreende-se a importância do Enem como política pública, a qual pode transformar a realidade dos educandos egressos do ensino médio, oportunizando-os ao ingresso no ensino superior. O artigo dois da Portaria do MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, explicita a estrutura da prova:

Artigo 2º - O ENEM, que se constituirá de uma prova de múltipla escolha e uma redação, avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame.

Nessa ótica, a prova articula conhecimentos interdisciplinares os quais são cobrados em quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Além disso, o candidato também precisa redigir uma redação dissertativa-argumentativa sobre uma temática especificada pela prova.

Nessa ótica, a Portaria MEC nº 109, de 27 de maio de 2009, que estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, em seu artigo 15, norteia os documentos os quais regem a grade curricular da prova, e que servem para embasar a elaboração do exame.

Os documentos citados na portaria servem como base para o Exame, entretanto, além deles, têm-se a Base Nacional Comum Curricular, documento usado em todo o território nacional, e a legislação de educação vigente. Ainda sobre a estrutura da prova, o artigo 16, da Portaria MEC nº 109, de 27 de maio de 2009, que estabelece a sistemática para a realização do Enem, aborda a quantidade de questões cobradas em cada área de conhecimento:

Art. 16 O exame constituir-se-á em 04 (quatro) provas, contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, versando sobre as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da Educação Básica no Brasil e uma proposta para redação.

O Documento Básico do INEP sobre o Enem (2002, p. 07) aborda que o objetivo fundamental do Enem é: “avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania”. Como posto anteriormente, a prova é organizada em quatro áreas de conhecimento, entretanto, nesta pesquisa, o foco discutido será a prova de Linguagens, códigos e suas tecnologias, a qual possui 45 questões.

A prova de linguagens do Enem aborda em suas questões conteúdos interdisciplinares constituídos por matérias como língua portuguesa, artes, língua estrangeira (inglês ou espanhol) e Educação Física. O foco desta pesquisa serão as questões do eixo de Língua Portuguesa, tendo em vista o recorte temático da investigação proposta.

## **Análise da abordagem da variação linguística na prova de linguagens do enem**

Os documentos escolhidos para as análises foram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –, o qual é realizado pelo Ministério da Educação, órgão ligado ao Governo Federal do Brasil. O ENEM é aplicado desde 1998, de forma ininterrupta, entretanto, escolheram-se as provas das últimas edições do Exame, aplicadas nos anos de 2017, 2018

e 2019 como corpus de pesquisa. Ressalta-se que as questões escolhidas são as da área de “Linguagens, códigos e suas tecnologias”.

Para efeitos de análise, a metodologia descritiva será necessária para averiguar como o as questões de linguagens do Enem, por meio de sua composição, abordam as teorias da sociolinguística; e interpretar (observar) os conceitos de variedades linguísticas apresentados nos textos e questões do Enem. Consoante Gil (2002, p. 42), a metodologia descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A seguir, apresentamos as provas do ano 2017:

**Figura 1** – Questão 12 da prova do Enem 2017, caderno azul.

<p><b>QUESTÃO 12</b></p> <p><b>A língua tupi no Brasil</b></p> <p>Há 300 anos, morar na vila de São Paulo de Piratininga (peixe seco, em tupi) era quase sinônimo de falar língua de índio. Em cada cinco habitantes da cidade, só dois conheciam o português. Por isso, em 1698, o governador da província, Artur de Sá e Meneses, implorou a Portugal que só mandasse padres que soubessem “a língua geral dos índios”, pois “aquela gente não se explica em outro idioma”.</p> <p>Derivado do dialeto de São Vicente, o tupi de São Paulo se desenvolveu e se espalhou no século XVII, graças ao isolamento geográfico da cidade e à atividade pouco cristã dos mamelucos paulistas: as bandeiras, expedições ao sertão em busca de escravos índios. Muitos bandeirantes nem sequer falavam o português ou se expressavam mal. Domingos Jorge Velho, o paulista que destruiu o Quilombo dos Palmares em 1694, foi descrito pelo bispo de Pernambuco como “um bárbaro que nem falar sabe”. Em suas andanças, essa gente batizou lugares como Avanhandava (lugar onde o índio corre), Pindamonhangaba (lugar de fazer anzol) e Itu (cachoira). E acabou inventando uma nova língua.</p> <p>“Os escravos dos bandeirantes vinham de mais de 100 tribos diferentes”, conta o historiador e antropólogo John Monteiro, da Universidade Estadual de Campinas. “Isso mudou o tupi paulista, que, além da influência do</p>	<p>português, ainda recebia palavras de outros idiomas.” O resultado da mistura ficou conhecido como língua geral do sul, uma espécie de tupi facilitado.</p> <p>ÂNGELO, C. Disponível em: <a href="http://super.abril.com.br">http://super.abril.com.br</a>. Acesso em: 8 ago. 2012 (adaptado).</p> <p>O texto trata de aspectos sócio-históricos da formação linguística nacional. Quanto ao papel do tupi na formação do português brasileiro, depreende-se que essa língua indígena</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>A</b> contribuiu efetivamente para o léxico, com nomes relativos aos traços característicos dos lugares designados.</li><li><b>B</b> originou o português falado em São Paulo no século XVII, em cuja base gramatical também está a fala de variadas etnias indígenas.</li><li><b>C</b> desenvolveu-se sob influência dos trabalhos de catequese dos padres portugueses, vindos de Lisboa.</li><li><b>D</b> misturou-se aos falares africanos, em razão das interações entre portugueses e negros nas investidas contra o Quilombo dos Palmares.</li><li><b>E</b> expandiu-se paralelamente ao português falado pelo colonizador, e juntos originaram a língua dos bandeirantes paulistas.</li></ul>
--	---

**Fonte:** (Inep, Enem 2017, p. 7).

A Questão 12 da prova do Enem 2017 traz um texto que aborda a influência da língua tupi no Brasil, fazendo um traçado histórico e mostrando palavras do tupi que até a atualidade perduram no meio paulista. O enunciado da questão indaga sobre o papel do tupi na formação do português brasileiro, e na alternativa correta da questão temos que essa língua “contribuiu efetivamente para o léxico, com nomes relativos aos traços característicos dos lugares designados”.

A proposta trazida pela questão torna-se relevante, pois não só contém uma reflexão pautada na variação linguística histórica, mas faz

a relação entre a língua e a identidade de um povo, tendo em vista que é mostrado no texto as palavras do tupi as quais deram nomes a lugares como Pindamonhangaba e Itu, por exemplo. Sobre essa relação entre língua e identidade, Bortoni-Ricardo (2014, p. 28) pontua que:

Também no âmbito de uma mesma língua, é notável como os usos linguísticos são um instrumento que os falantes usam para marcar sua identidade, especialmente sua origem geográfica. No Brasil, comunidades de fala em cidades e regiões de colonização mais antiga já desenvolveram variedades que as identificam, seja pelo sotaque, seja por palavras e expressões típicas.

Nesse sentido, considerando o que pondera a autora Bortoni-Ricardo e a discussão construída pela questão, confirma-se que o candidato, ao responder tal questão na prova de linguagens, seria levado a pensar sobre as relações existentes entre a sociedade e a língua, constatando que ambas estão intrinsecamente relacionadas.

**Figura 2** – Questão 15 da prova do Enem 2017, caderno azul.

**QUESTÃO 15**

Sítio Gerimum  
Este é o meu lugar [...]  
Meu Gerimum é com g  
Você pode ter estranhado  
Gerimum em abundância  
Aqui era plantado  
E com a letra g  
Meu lugar foi registrado.

OLIVEIRA, H. D. *Língua Portuguesa*, n. 88, fev. 2013 (fragmento).

Nos versos de um menino de 12 anos, o emprego da palavra “Gerimum” grafada com a letra “g” tem por objetivo

- A** valorizar usos informais caracterizadores da norma nacional.
- B** confirmar o uso da norma-padrão em contexto da linguagem poética.
- C** enfatizar um processo recorrente na transformação da língua portuguesa.
- D** registrar a diversidade étnica e linguística presente no território brasileiro.
- E** reafirmar discursivamente a forte relação do falante com seu lugar de origem.

**Fonte:** (Inep, Enem 2017, p. 8).

A questão 15 da prova de linguagens do ENEM, aplicada no ano de 2017, traz um poema em que o autor fala de seu lugar de origem geográfica, o “Sítio Gerimum”. A palavra “Jerimum”, apesar de ser escrita com a inicial ‘j’, de acordo com a norma padrão, no poema é grafada com a letra ‘g’, e o enunciado da questão interpela justamente para questionar com qual objetivo a palavra foi escrita com a inicial ‘g’. No gabarito da questão compreende-se que o objetivo é “reafirmar discursivamente a forte relação do falante com seu lugar de origem”.

Na abordagem da questão 15 percebe-se, mais uma vez, a relação existente entre a língua e a identidade do falante. O autor do poema enfatiza “meu gerimum é com g/ você pode ter estranhado”, aqui nota-se que o estranhamento causado no leitor também se deve ao fato de ver a palavra “Gerimum” escrita com “g”, a qual deveria estar grafada com J. Entretanto, para além disso, o eu-lírico do poema, sendo um sujeito rural e fazendo a troca do j pelo g na palavra em questão, muito tem a dizer quanto a uma discussão sobre como a língua é usada em seu ambiente cotidiano.

Nesse viés, analisa-se que os falantes rurais têm uma tendência maior a trocarem letras que possuem os mesmos fonemas em alguns ambientes fonológicos, como é o caso das consoantes ‘J’ e ‘G’, quando estão antecedendo as vogais ‘E’ e ‘I’. Diante disso, reflete-se ainda sobre a passagem em que o autor diz “e com a letra g/ meu lugar foi registrado”, o que demonstra o entendimento sobre como o costume de se escrever “gerimum” com “g” se naturalizou e se impregnou ao uso linguístico cotidiano do lugar de origem do autor do poema supracitado.

Diante disso, é necessário considerar a gramática internalizada e os seus atravessamentos na vivência do sujeito, claramente quando este afirma “gerimum em abundância aqui era plantado”. Nesse viés, compreende-se que a sociolinguística tem um atravessamento que vai além do que rege a gramática tradicional. Dentro dessa perspectiva, vale salientar a necessidade de se considerar a linguagem atrelada às vivências cotidianas. Reafirmando, assim, a precisão de ampliar os conhecimentos sociolinguísticos de um povo, a partir de sua cultura, legitimando as variações que a língua pode sofrer, em vez de condená-las como erro.

**Figura 3** – Questão 22 da prova do Enem 2017, caderno azul.

**QUESTÃO 22**

**TEXTO I**

A língua ticuna é o idioma mais falado entre os indígenas brasileiros. De acordo com o pesquisador Aryon Rodrigues, há 40 mil índios que falam o idioma. A maioria mora ao longo do Rio Solimões, no Alto Amazonas. É a maior nação indígena do Brasil, sendo também encontrada no Peru e na Colômbia. Os ticunas falam uma língua considerada isolada, que não mantém semelhança com nenhuma outra língua indígena e apresenta complexidades em sua fonologia e sintaxe. Sua característica principal é o uso de diferentes alturas na voz.

O uso intensivo da língua não chega a ser ameaçado pela proximidade de cidades ou mesmo pela convivência com falantes de outras línguas no interior da própria área ticuna: nas aldeias, esses outros falantes são minoritários e acabam por se submeter à realidade ticuna, razão pela qual, talvez, não representem uma ameaça linguística.

Língua Portuguesa, n. 52, fev. 2010 (adaptado).

**TEXTO II**

**Riqueza da língua**

“O inglês está destinado a ser uma língua mundial em sentido mais amplo do que o latim foi na era passada e o francês é na presente”, dizia o presidente americano John Adams no século XVIII. A profecia se cumpriu: o inglês é hoje a língua franca da globalização. No extremo oposto da economia linguística mundial, estão as línguas de pequenas comunidades declinantes. Calcula-se que hoje se falem de 6 000 a 7 000 línguas no mundo todo. Quase metade delas deve desaparecer nos próximos 100 anos. A última edição do *Ethnologue* — o mais abrangente estudo sobre as línguas mundiais —, de 2005, listava 516 línguas em risco de extinção.

Veja, n. 36, set. 2007 (adaptado).

**Fonte:** (Inep, Enem 2017).

A questão 22 da prova do Enem 2017 traz dois textos em sua composição, ambos abordando a temática da língua em determinadas culturas. O primeiro texto aborda a língua ticumã, língua indígena mais falada entre os indígenas brasileiros, e o segundo texto aborda o inglês, destacando sua influência mundial. O enunciado da questão pede para que o candidato encontre por que as línguas citadas nos textos se aproximam. Logo em seguida, observa-se que o gabarito da questão aborda que é devido “ao predomínio em relação às outras línguas de contato”.

Nesse viés, a questão proposta traz um olhar sociolinguístico para as questões da língua, tendo em vista que o predomínio de uma língua em relação a outras línguas de contato é um fenômeno comum na história e na sociedade. Nesse viés, esse fenômeno pode ocorrer devido a causas diversas, como o poder econômico, político e cultural de uma região ou grupo de sujeitos que compartilham essa língua.

**Figura 4** – Questão 27 da prova do Enem 2017, caderno azul

**QUESTÃO 27**

**Nuances**

*Euforia*: alegria barulhenta. *Felicidade*: alegria silenciosa.  
*Gravar*: quando o ator é de televisão. *Filmar*: quando ele quer deixar claro que não é de televisão.  
*Grávida*: em qualquer ocasião. *Gestante*: em filas e assentos preferenciais.  
*Guardar*: na gaveta. *Salvar*: no computador. *Salvaguardar*: no Exército.  
*Menta*: no sorvete, na bala ou no xarope. *Hortelã*: na horta ou no suco de abacaxi.  
*Peça*: quando você vai assistir. *Espetáculo*: quando você está em cartaz com ele.

DUVIVIER, G. Folha de S. Paulo, 24 mar. 2014 (adaptado).

O texto trata da diferença de sentido entre vocábulos muito próximos. Essa diferença é apresentada considerando-se a(s)

- A** alternâncias na sonoridade.
- B** adequação às situações de uso.
- C** marcação flexional das palavras.
- D** grafia na norma-padrão da língua.
- E** categorias gramaticais das palavras.

**Fonte:** (Inep, Enem 2017).

A questão 27, de 2017, traz em sua construção um texto de Gregório Duviver, o qual trata das diferenças de sentido percebidas no uso de algumas palavras cotidianas. A escolha por um vocábulo ou por outro justifica-se pela “adequação às situações de uso”. Para além da adequação linguística, percebe-se que a questão aborda as escolhas particulares feitas pelos falantes quando vão se expressar em um contexto comunicativo ou outro.

Nessa conjuntura, compreende-se que a escolha de palavras pelos falantes em um contexto linguístico comunicativo é um aspecto essencial da linguagem, posto que ela está intrinsecamente ligada ao significado e à expressão de ideias de maneira apropriada e eficaz. Diante disso, os vocábulos usados em um contexto comunicativo são bastante influenciados pela situação social, a qual engloba o tópico conversacional, o público-alvo, o local e a intenção comunicativa dos sujeitos sociais envolvidos. Nesse prisma, elementos linguísticos específicos são escolhidos para se adaptar ao contexto. Compreende-se, então que, a seleção de palavras em um contexto linguístico comunicativo é um procedimento complexo que torna a linguagem uma ferramenta versátil e expressiva.

A seguir, apresentamos as provas de 2018:

**Figura 5** – Questão 21 da prova do Enem 2018, caderno azul

**QUESTÃO 21**

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!  
Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro dessa flâmula  
— “Paz no futuro e glória no passado.”  
Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.  
Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!  
Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada, Brasil!

Hino Nacional do Brasil. Letra: Joaquim Osório Duque Estrada.  
Música: Francisco Manuel da Silva (fragmento).

O uso da norma-padrão na letra do *Hino Nacional do Brasil* é justificado por tratar-se de um(a)

- A reverência de um povo a seu país.
- B gênero solene de característica protocolar.
- C canção concebida sem interferência da oralidade.
- D escrita de uma fase mais antiga da língua portuguesa.
- E artefato cultural respeitado por todo o povo brasileiro.

**Fonte:** (Inep, Enem 2018).

A questão 21, do ano de 2018, traz um trecho do Hino Nacional do Brasil, e o enunciado da questão indaga sobre o uso da norma-padrão na letra do hino. A questão, em sua composição, faz a conexão entre a escolha da modalidade linguística e o gênero no qual ela está sendo empregada. A questão não se aprofunda em outros aspectos nem em outras reflexões, o que a torna apenas uma questão conteudista, sem preocupação de gerar uma reflexão pautada em aspectos sociais como, por exemplo, o fato de as escolhas vocabulares não retratarem nenhuma palavra indígena, mesmo este povo sendo parte constituinte de nossa identidade nacional.

Além disso, devido ao preciosismo linguístico presente na letra do hino, seria impossível para as camadas mais populares da época em que foi escrito e até mesmo para as de hoje, possuir uma compreensão sobre o sentido expresso pela canção. O que se torna até contraditório na composição da canção, posto que o hino representa o povo de uma nação, mas, da forma como foi construído, ele não consegue ser compreendido nem interpretado em sua totalidade por todas as classes sociais. Nesse contexto, como as taxas de desigualdade social ligadas à educação sempre foram altas no Brasil, muitos cidadãos terão dificuldade de se sentirem representados por um hino no qual eles não entendem o que está escrito, devido ao rebuscamento usado em sua construção.

Além do mais, o hino foi escrito no período Parnasiano, que na literatura é conhecido devido ao rebuscamento linguístico, entretanto a escolha do léxico vai além disso. Com relação ao social, compreende-se que a intenção na produção do hino, era torná-lo compreensível tão somente às camadas sociais mais abastadas, pertencentes à elite do país, deixando o “povo” de fora.

Nesse prisma, o estilo parnasiano, que é muito mais “vago” e que provoca, por meio da inversão e das palavras que foram utilizadas baseadas nesse estilo, um estranhamento e uma leitura muito mecanizados do hino, desconsideram a questão mais fundamental, que é o sentido mais amplo do que está sendo colocado e o distanciamento popular do que está por trás das questões colocadas como parte da história e do legado do país. A leitura torna-se mecânica, dificultando o processo de decodificação popular, e torna-se, assim, não acessível e não inteligível.

**Figura 6** – Questão 37 da prova do Enem 2018, caderno azul

**QUESTÃO 37**

**“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto” utilizado por gays e travestis**

*Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade*

“Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acuê, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acuê’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia*, a *dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: [www.midiamax.com.br](http://www.midiamax.com.br). Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

- A ter mais de mil palavras conhecidas.
- B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- C ser consolidado por objetos formais de registro.
- D ser utilizado por advogados em situações formais.
- E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

**Fonte:** (Inep, Enem 2018).

A questão 37 da prova de linguagens do Enem 2018 aborda, em sua construção, uma reflexão sobre o dialeto “Pajubá”, o qual é usado em situações de comunicação pela comunidade LGBT. Esse dialeto tem origem no Iorubá, grupo étnico-linguístico da África Ocidental. A questão analisa o fato desse dialeto ter ganhado status e se tornado patrimônio linguístico.

A elaboração da questão torna-se significativa, no que concerne aos seus aspectos sociolinguísticos. Em primeiro lugar porque traz a discussão sobre um dialeto falado por um grupo que, por muitas vezes, é vítima de preconceito social, sendo marginalizado. Em segunda análise, porque se faz relevante trazer para o Enem, prova que é aplicada com uma dimensão nacional, a abordagem das expressões de variedades que não são tão prestigiadas, mas que fazem parte da comunicação de determinados falantes ou determinado grupo social. Nesse prisma, o fato de gerar essa discussão pode fazer com que as diversas formas de expressão sejam mais respeitadas, assim como quem faz uso delas.

Diante disso, as variedades linguísticas desprestigiadas tratam-se de formas de fala que são menos valorizadas socialmente e até mesmo estigmatizadas em comparação com outras variedades linguísticas. Isso acontece por diversos fatores, a exemplo de preconceitos sociais, discriminação linguística e estereótipos culturais.

É relevante reconhecer que todas as variedades linguísticas são igualmente válidas e possuem valor cultural. Sob essa ótica, a estigmatização das variedades linguísticas desprestigiadas muitas vezes resulta de preconceitos sociais e não reflete a qualidade da linguagem em si. Ademais, a promoção da diversidade linguística é essencial para a preservação da riqueza das línguas.

Nessa perspectiva, o dialeto abordado na questão de 2018 pode dar visibilidade social e um alcance a esse grupo que o utiliza, já que por meio da linguagem, o sujeito constrói suas relações em sociedade. Dessa forma, a linguagem torna-se instrumento de alcance e representatividade.

A seguir, apresentamos as provas de 2019:

**Figura 7** – Questão 30 da prova do Enem 2019, caderno azul.

<p><b>Questão 30</b></p> <p><b>TEXTO I</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Estratos</b></p> <p>Na passagem de uma língua para outra, algo sempre permanece, mesmo que não haja ninguém para se lembrar desse algo. Pois um idioma retém em si mais memórias que os seus falantes e, como uma chapa mineral marcada por camadas de uma história mais antiga do que aquela dos seres viventes, inevitavelmente carrega em si a impressão das eras pelas quais passou. Se as “línguas são arquivos da história”, elas carecem de livros de registro e catálogos. Aquilo que contém pode apenas ser consultado em parte, fornecendo ao pesquisador menos os elementos de uma biografia do que um estudo geológico de uma sedimentação realizada em um período sem começo ou sem fim definido.</p> <p>HELLER-ROAZEN, D. <i>Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas</i>. Campinas: Unicamp, 2010.</p> <p><b>TEXTO II</b></p> <p>Na reflexão gramatical dos séculos XVI e XVII, a influência árabe aparece pontualmente, e se reveste sobretudo de item bélico fundamental na atribuição de rudeza aos idiomas português e castelhano por seus respectivos detratores. Parecer com o árabe, assim, é uma acusação de dessemelhança com o latim.</p> <p>SOUZA, M. P. <i>Linguística histórica</i>. Campinas: Unicamp, 2006.</p> <p><b>Fonte:</b> (Inep, Enem 2019).</p>	<p>Relacionando-se as ideias dos textos a respeito da história e memória das línguas, quanto à formação da língua portuguesa, constata-se que</p> <ul style="list-style-type: none"><li>A a presença de elementos de outras línguas no português foi historicamente avaliada como um índice de riqueza.</li><li>B o estudioso da língua pode identificar com precisão os elementos deixados por outras línguas na transformação da língua portuguesa.</li><li><b>C o português é o resultado da influência de outras línguas no passado e carrega marcas delas em suas múltiplas camadas.</b></li><li>D o árabe e o latim estão na formação escolar e na memória dos falantes brasileiros.</li><li>E a influência de outras línguas no português ocorreu de maneira uniforme ao longo da história.</li></ul>
---	--

A questão 30, da prova de 2019, faz uma discussão sobre a perspectiva histórica da língua. Nessa conjuntura, é salutar que o estudo das línguas tenha um olhar direcionado à historicidade delas, pois com a influência do tempo, as línguas se transformam e acompanham as mudanças sociais. Olhar para o fator histórico é essencial para compreender a estrutura das línguas e seu funcionamento.

A questão supracitada constrói uma reflexão sobre as influências de outras línguas na língua portuguesa, mostrando como o português traz as marcas de outras línguas em sua bagagem. Observa-se na referida questão que o fator “tempo” desempenha um papel significativo na transformação das línguas e na forma como elas se desenvolvem ao longo das gerações. É notável que as línguas estão em constante evolução. Ao longo do tempo, sons, vocábulos, estruturas gramaticais e signos linguísticos podem mudar. Isso é possível devido a uma variedade de fatores, incluindo influências culturais, interações sociais e contato com outras línguas. Logo, as mudanças linguísticas podem levar à criação de novos dialetos e idiomas.

**Figura 8** – Questão 34 da prova do Enem 2019, caderno azul

**Questão 34**

Antes de Roma ser fundada, as colinas de Alba eram ocupadas por tribos latinas, que dividiam o ano de acordo com seus deuses. Os romanos adaptaram essa estrutura. No princípio dessa civilização o ano tinha dez meses e começava por Martius (atual março). Os outros dois teriam sido acrescentados por Numa Pompílio, o segundo rei de Roma.

Até Júlio César reformar o calendário local, os meses eram lunares, mas as festas em homenagem aos deuses permaneciam designadas pelas estações. O descompasso de dez dias por ano fazia com que, em todos os triênios, um décimo terceiro mês, o Intercalaris, tivesse que ser enxertado. Com a ajuda de matemáticos do Egito emprestados por Cleópatra, Júlio César acabou com a bagunça ao estabelecer o seguinte calendário solar: Januarius, Februarius, Martius, Aprilis, Maius, Junius, Quinctilis, Sextilis, September, October, November e December. Quase igual ao nosso, com as diferenças de que Quinctilis e Sextilis deram origem aos meses de julho e agosto.

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br>.  
Acesso em: 8 dez. 2018.

Considerando as informações no texto e aspectos históricos da formação da língua, a atual escrita dos meses do ano em português

- A** reflete a origem latina de nossa língua.
- B** decorre de uma língua falada no Egito antigo.
- C** tem como base um calendário criado por Cleópatra.
- D** segue a reformulação da norma da língua proposta por Júlio César.
- E** resulta da padronização do calendário antes da fundação de Roma.

**Fonte:** (Inep, Enem 2019).

Na questão 34, do ano de 2019 de aplicação do Enem, tem-se mais uma vez um destaque para a perspectiva histórica da língua, posto que a construção da questão enfatiza a relação dos aspectos históricos que mostram as origens da língua portuguesa, que estão vinculadas à língua latina. Essa questão está voltada à diacronia da língua, uma vez que aborda a nomenclatura dos meses do ano em latim, mostrando como se deu a passagem para o português, e fazendo com que se compreenda as transformações e influências que o fator histórico tem na língua.

**Figura 9** – Questão 45 da prova do Enem 2019, caderno azul

**Questão 45**

Irerê, meu passarinho do sertão do Cariri,  
Irerê, meu companheiro,  
Cadê viola? Cadê meu bem? Cadê Maria?  
Ai triste sorte a do violeiro cantadô!  
Ah! Sem a viola em que cantava o seu amô,  
Ah! Seu assobio é tua flauta de irerê:  
Que tua flauta do sertão quando assobia,  
Ah! A gente sofre sem querê!  
Ah! Teu canto chega lá no fundo do sertão,  
Ah! Como uma brisa amolecendo o coração,  
Ah! Ah!  
Irerê, solta teu canto!  
Canta mais! Canta mais!  
Prá alembá o Cariri!

VILLA-LOBOS, H. *Bachianas Brasileiras n. 5 para soprano e oito violoncelos* (1938-1945). Disponível em: <http://euterpe.blog.br>. Acesso em: 23 abr. 2019.

Nesses versos, há uma exaltação ao sertão do Cariri em uma ambientação linguisticamente apoiada no(a)

- A** uso recorrente de pronomes.
- B** variedade popular da língua portuguesa.
- C** referência ao conjunto da fauna nordestina.
- D** exploração de instrumentos musicais eruditos.
- E** predomínio de regionalismos lexicais nordestinos.

**Fonte:** (Inep, Enem 2019).

A questão 45, de 2018, traz um poema do autor modernista Villa-Lobos, no qual exalta-se o sertão do Cariri, por meio de expressões como “cantadô, amô, querê, alembá”, que são vocábulos que representam as variedades populares da fala desse “sertão do Cariri”, homenageado na composição do poema. O autor fez uma ponte entre essa homenagem e o vocabulário escolhido para que fosse possível a construção da mensagem geral do poema. A linguagem, por sua vez, tornou-se instrumento de representação desse cenário expressado pelo autor e a questão traz uma abordagem interessante ao usar a linguagem popular em sua composição com o objetivo de representar a homenagem ao sertão feita no poema.

Vale salientar que o Brasil é um país vasto e diverso, com uma rica mistura de culturas e etnias. As variedades populares da língua refletem essa diversidade, porque incorporam elementos de diferentes tradições culturais e étnicas. Nota-se que esse fator contribui para a construção de uma identidade linguística a qual agrega essa multiplicidade de influências.

Nessa perspectiva, as variedades populares do português desempenham um papel crucial na formação da identidade linguística nacional do Brasil. A importância dessas variedades reside na sua representação autêntica da diversidade cultural e social do país, e na contribuição para a construção de uma identidade linguística inclusiva e representativa. Por conseguinte, é necessário levar em consideração que as variedades populares da língua portuguesa representam a forma como a maioria da população brasileira se expressa em seu cotidiano. Então, negar ou estigmatizar essas variedades seria negar a voz e a identidade da maioria dos cidadãos da nação.

## **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, adentrou-se no complexo e fascinante campo da sociolinguística, explorando sua relevância e sua influência nas dinâmicas linguísticas em sociedades diversas e em constante evolução. Esta pesquisa permitiu analisar e compreender as interações entre língua, sociedade e cultura, bem como as maneiras pelas quais a linguagem reflete e molda a diversidade e as complexidades das comunidades humanas.

Para além disso, a pesquisa realizada buscou mostrar as nuances da sociolinguística em uma das avaliações mais importantes no setor da educação do Brasil, o ENEM. Abordou-se como a prova de linguagens do Enem é influenciada pela sociolinguística, teoria que considera a linguagem a partir de situações reais de uso.

Analisando as provas de linguagens do ENEM, investigaram-se temas que abrangem desde a variação linguística em diferentes contextos sociais e regionais até a relação entre linguagem e identidade, passando pela influência dos novos dialetos de comunicação no discurso humano. Cada tópico explorado revelou a riqueza e a importância da sociolinguística como uma disciplina capaz de enriquecer nossa compreensão da linguagem e das interações sociais.

A pesquisa também refletiu sobre a relevância da sociolinguística em contextos sociais e políticos em que as questões de poder, preconceito e desigualdade linguística desempenham papéis significativos. Observou-se como a língua é muitas vezes usada como instrumento de exclusão e marginalização, mas também como meio de empoderamento e afirmação de identidades culturais e sociais.

No encerramento deste trabalho, é fundamental destacar a necessidade contínua de uma abordagem sensível à diversidade linguística e cultural, bem como o papel central da sociolinguística na promoção de uma compreensão mais profunda e inclusiva da linguagem e das comunidades que a utilizam.

No transcorrer desta pesquisa, evidenciou-se que as discussões teóricas no campo da Sociolinguística têm experimentado uma gradual marginalização no contexto da prova de Linguagens do ENEM. Essa tendência, que emerge como uma constatação preocupante, instiga à reflexão acerca da necessidade premente de uma revisão e revalorização do papel dessa disciplina no âmbito do exame. Ressalta-se a importância vital da Sociolinguística na compreensão da língua em seu uso cotidiano e na análise da linguagem como um fenômeno intrínseco e dinâmico da sociedade. Os aspectos sociais, culturais, geográficos e históricos, que são inerentes a essa abordagem, revelam-se fundamentais para uma compreensão mais abrangente e contextualizada da linguagem.

Diante desse cenário, urge uma revisão nas diretrizes da prova de Linguagens do ENEM, a fim de reafirmar a importância da Sociolinguística e garantir sua presença efetiva no exame. Restabelecer o equilíbrio entre as diversas abordagens linguísticas é crucial para assegurar uma avaliação abrangente e coerente das habilidades dos estudantes no campo da linguagem.

## Referências

ALKMIN, T. M.. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.): **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, 2. ed. São Paulo: Cortez: 2001. p. 21- 47.

BORTONI-RICARDO, S. M.. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+Ensino Médio**: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LABOV, W.. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. v. 5, n. 9, ago. 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

PAGOTTO, E. G.. Sociolinguística. *In*: PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, J. H. (orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 49-72.

**A**  
**sociolinguística**  
**em perspectiva:**  
pesquisa e ensino de línguas

**Organizadores:**

Gilson Chicon Alves  
Cid Ivan da Costa Carvalho  
José Roberto Alves Barbosa

